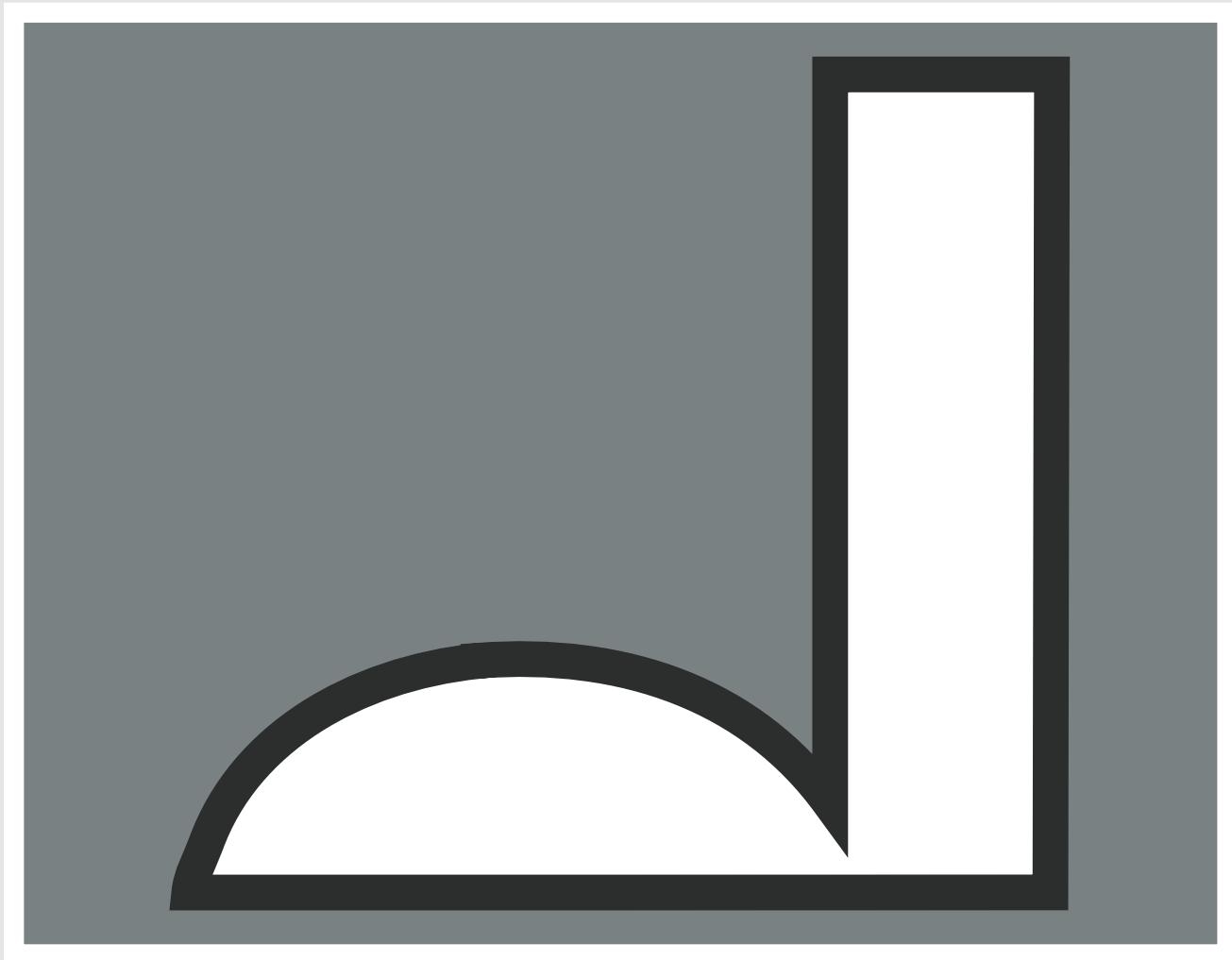




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e
Fiscalização do Congresso Nacional

ANO LXVI – SUP. AO N° 91 – TERÇA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-T0)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Cláudio - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 15 Humberto Costa</p> <p>Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p>Líder do PR - 4 Magno Malta</p> <p>Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (9)</p> <p>Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)</p> <p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes João Vicente Cláudio Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2</p> <p>Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>PPS - 1</p> <p>Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, OR- ÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO	
Ata da 4 ^a Reunião Ordinária, realizada em 4 de maio de 2011	4
Ata da 2 ^a Reunião Conjunta de audiência pública, realizada em 5 de maio de 2011	22
Ata da 5 ^a Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2011	53
Ata da 2 ^a Reunião Extraordinária, reali- zada em 18 de maio de 2011	54

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SÉSSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLAÇÃO, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 4. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, João Dado, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; - **Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, João Vicente Claudino, Magno Malta e Vital do Rêgo; - **Deputados suplentes:** Agnolin, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Daniel Almeida, Danilo Forte, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Heuler Cravinhel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Weliton Prado; - **Senadores suplentes:** Anibal Diniz, Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Ivo Cassol e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, João Magalhães, Jorge Pinheiro e Vitor Penido -**Senadores:** Cyro Miranda, Itamar Franco, Jayme Campos, Ricardo Ferreiro, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** Às quatorze horas cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** 1) o Presidente comunicou que a partir daquela data, estava disponível na WebCâmara a transmissão ao vivo dos vídeos das reuniões da Comissão; 2) no dia 5 de maio, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, estava marcada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos, e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para dis-

correr sobre o tema: “avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços” - referente ao 2º semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; 3) o Presidente informou que atendendo ao Requerimento nº 8/2011-CMO, aprovado em 19/4/2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), constituiu Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento. Em seguida, indicou os seguintes componentes: Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012; Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012; Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012; Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015; e o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), representante do Líder da Minoria no Congresso Nacional; 4) o Presidente esclareceu que foram concluídas as designações dos membros dos comitês permanentes da Comissão nos termos estabelecido no art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, cuja composição seria divulgada naquela semana, na página da Comissão na internet, em Notícias – comitês permanentes 2011; 5) O Presidente anunciou a presença, em plenário da CMO, do Governador do Mato Grosso do Sul, Sr. André Puccinelli; 6) o Presidente informou que as reuniões com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão seriam realizadas ordinariamente às terças-feiras, às quatorze horas e trinta minutos. Aproveitando, informou que está marcada, para o dia 10 de maio, reunião para definição dos relatores setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2012. O quorum regimental para deliberação foi atingido. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19/4/2011; 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 26/4/2011; e 3ª Reunião Ordinária, convocada em 27/4/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua in-

clusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA: PAUTA Nº 4. 1 – Apreciação do Requerimento nº 1/2011-CMO (Alterado)**, conforme decidido na 1ª Reunião Ordinária, em 6/4/2011, que “Requer a realização de Audiência Pública em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal.” Autor: Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA). O autor apresentou o Requerimento. Discutiram o assunto os Deputados Ademir Camilo (PDT/MG), André Vargas (PT/PR) e Hugo Leal (PSC/RJ). Encerrado o debate, o Relatório foi submetido à votação que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2 – Apreciação do Requerimento nº 3/2011-CMO**, que “Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização -CMO, determine que o Tribunal de Contas da União TCU, fiscalize “in loco” as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis”. Autor: Deputado Rubens Bueno (PPS/PR). O Requerimento foi **retirado** de tramitação, a pedido do autor. **3 – Apreciação do Requerimento nº 6/2011-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública.”(Para debater a atual situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. Solicita ainda, a presença das personalidades a seguir: Sra. Mirian Aparecida Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA). Autor: Deputado Rubens Bueno (PPS/PR). O autor apresentou o Requerimento. Iniciados os debates, a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) sugeriu que o objeto do requerimento fosse encaminhado ao Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI para, após a devida análise, fosse realizada a reunião de audiência pública. O Deputado André Vargas (PT/PR) con-

cordou com a proposta. O Deputado José Priante (PMDB/PA) discutiu o assunto. Finalizando, o autor concordou em solicitar as informações ao Poder Executivo e realizar a audiência pública oportunamente. A discussão foi finalizada. Em votação, o Requerimento alterado, com a concordância do autor, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no sentido de que seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitação para que envie à CMO relatório que contenha a relação de todas as obras paralisadas e inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União, além de dados referentes às datas de início, tempo de paralisação, recursos já aplicados pela União e custos para conclusão de cada uma das obras elencadas. O autor solicitou, ainda, que a Presidência da CMO constitua, o mais rapidamente possível, o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. **4 – Apreciação do Requerimento nº 7/2011-CMO**, que “Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a pagar”. Autor: Deputado José Priante (PMDB/PA). Ao apresentar o Requerimento, o autor indagou da Presidência o prazo para comparecimento do Secretário do Tesouro Nacional à CMO, tendo em vista o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente informou que o comparecimento do Secretário está previsto para o mês de maio, conforme estabelece o mesmo diploma legal. A Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) sugeriu que aproveitasse a vinda do Secretário para prestar as informações solicitadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e prestasse também as informações solicitadas no Requerimento. A Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) discutiu a matéria. O debate foi encerrado. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade, com a sugestão da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) de que se aproveitasse a vinda do Secretário do Tesouro Nacional, à CMO, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da *Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF)*, para que fossem prestados os esclarecimentos solicitados no requerimento. Requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 9/2011CMO, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA: Apreciação do Requerimento nº 9/2011-CMO**, que “Requer a realização de Audiên-

cia Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar sobre a efetivação dos direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na Proposta do Orçamento Geral da União para 2012". Autora: Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). A autora apresentou o Requerimento e sugeriu a data de 23 de maio para a realização da reunião. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e acatada a sugestão da autora que indicou o dia 23 de maio para realização da reunião conjunta de audiência pública. Requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 10/2011-CMO de autoria do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA). Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA: Apreciação do **Requerimento nº 10/2011-CMO**, que "Solicita informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre as consequências da vigência do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que *mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que específica, altera o parágrafo único art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências*". O autor, Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), apresentou o Requerimento. Discutiram a matéria os Deputados José Priante (PMDB/PA), Gilmar Machado (PT/MG), Danilo Forte (PMDB/CE), Ademir Camilo (PDT/MG), Edmar Arruda (PSC/PR) e André Vargas (PT/PR). A Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) sugeriu que primeiramente viesse o Secretário do Tesouro Nacional e, após, a matéria seria apreciada. A discussão foi encerrada. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 11/2011-CMO, de autoria do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB). Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA: Apreciação do **Requerimento nº 11/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, com a presença, do Presidente da Caixa Econômica Federal". O autor, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), apresentou a matéria. O Deputado Ademir Camilo (PDT/MG) sugeriu que o Presidente da instituição fosse convocado ao invés de convidado. O Presidente respondeu que seria encaminhado convite. Foi encerrado o debate. Em votação,

o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado José Airton (PT/CE) fez uso da palavra para comunicar a sua decisão de não apresentar o relatório à Medida Provisória 531/2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00, para os fins que específica", uma vez que não concordava com o seu caráter restritivo. O Deputado André Vargas (PT/PR) discutiu o assunto e posicionou-se contrário à decisão do relator da Medida Provisória. **ENCERRAMENTO:** tendo sido finalizada a apreciação das matérias da pauta, o Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia onze de maio, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **VITAL DO RÊGO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Senadora Lídice da Mata, que já salvou reunião, aqui veio salvar esta reunião. Palmas para ela! (Palmas.)

São 15 horas.

Evocando a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos, com número regimental, os nossos trabalhos.

Declaro iniciada a quarta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 4, de 2011. Informo que os avulso das matérias se encontram na mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara e do Senado.

Comunico que a partir de hoje, 4 de maio, estará disponível na página Web da Câmara a transmissão ao vivo de vídeos das reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. E informo que no dia 5 de maio, amanhã, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, será realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento com as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, e com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil — BACEN, que apre-

sentará a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas, monetárias, creditícias e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço, referentes ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que aniversaria hoje.

Vamos constituir, por deliberação desta Casa, através do Requerimento nº 08/2011, grupo de trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo legislativo orçamentário no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, e sugerir mudanças para seu aperfeiçoamento. O grupo de trabalho, segundo o requerimento aprovado pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras, pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas, será constituído pelos nossos Relatores: Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O Deputado Arlindo Chinaglia, como Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como Relator da LDO; e a Senadora Gleisi Hoffmann, como Relatora do PPA.

Comunico à Casa que, por designação dos Srs. Líderes e com o apoio unânime de todas as Lideranças, nós vamos ter, a partir de hoje, o Senador Acir Gurgacz como responsável pela relatoria da receita da nossa proposta orçamentária. Ele, portanto, juntamente com os outros Relatores e um Líder da Minoria (que Líder da Minoria!), que será o Deputado Claudio Cajado.

A Comissão de cinco Parlamentares será composta pelo Deputado Claudio, pelo Deputado Arlindo, pelo Senador Acir, pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira e pela Senadora Gleisi. A partir de hoje, oficialmente, esse grupo de trabalho passa a existir.

Os comitês permanentes estão liberados, conclusos e serão divulgados ainda hoje.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das ata por terem sido as cópias distribuídas antecipadamente.

Algum registro? (Pausa.)

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea “a”, do nosso Regimento Interno, art. 8º, coloco as atas em votação das seguintes reuniões: primeira reunião extraordinária, realizada no dia 19 de abril; primeira reunião conjunta, realizada no dia 26 de abril; e terceira reunião ordinária, realizada no dia 27 de abril.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deixe-me terminar a leitura do expediente, Deputado Cajado.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos das notas taquigráficas.

EXPEDIENTE

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OFGAB 10/2011, de 19 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Coordenador da Bancada da Bahia, informando que na reunião daquela Bancada, no dia 13 de abril de 2011, foi eleito como sub-coordenador, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) Ofício Nº 178/2011-BSB, de 19 de abril, do Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS), justificando ausência no período de 15 a 20 de abril. 2) OGCC 065/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), justificando ausência no dia 19 de abril.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):

1) Ofício nº 160-L-DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Heuler Cruvinel (DEM/GO). 2) OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT). 3) OF. Nº 032/2011 – GLDPP, de 3 de maio, do Senador Francisco Dornelles, Líder do PP, indicando o Senador Ivo Cassol (PP/RO).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) Ofício nº 159-L-DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Vitor Penido (DEM/MG). 2) OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE).

-Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

1) Ofício nº 164-L-/2011/DEM, de 27 de abril, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democratas, indicando o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expediente encaminhando indicação para Relatoria da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:

1) Ofício nº 049/2011 – GLDBAG, de 28 de abril, do Senador Humberto Costa, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 066/2011/ASPAR-GM-MP, de 19 de abril, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, confirmando a presença da Ministra, Sra. Miriam Aparecida Belchior, na reunião de audiência pública a ser realizada no dia 26 de abril, nesta Comissão.

2) Ofício nº 11.057/SE/SFC/CGU/PR, de 27 de abril de 2011, do Secretário-Executivo Substituto da Controladoria-Geral da União, encaminhando um exemplar da Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 20 de abril: **1)** Aviso nº 503/2011 (Acórdão nº 1.039/2011): Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 027.921/2010-7, pelo Plenário do TCU na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 20/4/2011, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. **2)** Aviso nº 514/2011 (Acórdão nº 1.026/2011): Fornecimento de trilhos para trechos das obras de Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no Estado da Bahia, e de Construção da Ferrovia Norte-Sul, nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Avisos Seses de 27 de abril: **1)** Aviso nº 521/2011 (Acórdão nº 1.065/2011): Obras de construção do Aeroporto Internacional de Natal, no Município de São Gonçalo do Amarante – RN. **2)** Aviso nº 527/2011 (Acórdão nº 1.076/2011): Obras de infraestrutura e urbanismo do Complexo Militar do Planalto, no Setor Militar Urbano em Brasília-DF. **3)** Aviso nº 531/2011 (Acórdão nº 1.084/2011): Obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin

Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 27 de abril: **1)** Aviso nº 546/2011 (Acórdão nº 1.054/2011): Obras de duplicação e recuperação da BR 101/RJ, no subtrecho compreendido entre Santa Cruz (km 385,8) e Itacuruçá (km 411,96), e do acesso ao Porto de Itaguaí, inicialmente designado Porto de Sepetiba (no Km 403,5 da Br 101/RJ).

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por meio de correio eletrônico aos gabinetes dos senhores membros e das lideranças partidárias.

Registro, com muita honra, a presença do italiano e mais brasileiro do que todos nós, André Puccinelli, campeoníssimo no Mato Grosso do Sul. O nosso querido Governador está muito bem instalado ao lado de dignos Parlamentares, como Geraldo Resende.

Esta Casa é sua, Governador. Espero que ela possa trabalhar para trazer benefícios para o seu Estado. A responsabilidade é dos seus representantes, Governador.

O Deputado Cajado pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, de acordo com o art. 214, parágrafo único, item 3, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inclusão de um requerimento de informações de minha autoria, e para o qual peço o apoio dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Os requerimentos extrapauta, na forma regimental, estarão incluídos na pauta para avaliação do Plenário.

Há ainda outro, o Requerimento nº 11, de nossa autoria.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim, Sr. Presidente. De acordo com o art. 17, nós já temos o prazo esgotado para poder apresentar os relatores setoriais. Peço a V.Exa. que nos informe como vai elaborar a relação desses relatores, reunir os partidos políticos, para que estes possam apresentar as suas indicações, já que me parece que nós já estamos fora do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. tem razão. Consulto os Líderes partidários sobre se podemos marcar para a próxima quinta-feira, para não perdermos tempo na divulgação desses relatórios — amanhã de manhã temos reunião à tarde, às 16 horas. Ou será às 14 horas? Porque o Tombini estará aqui. A reunião é grande. Vamos ouvi-los — senão, só na próxima semana. Então, vamos ordenar os trabalhos.

O SR. O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Que tal terça-feira? Vamos marcar para terça-feira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Na terça-feira fica melhor.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - André, terça-feira? Terça-feira, Ademir?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Priante, terça?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Terça-feira está bem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Por mim poderia ser até hoje, depois desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Então, terça-feira reunião tem reunião de Líderes.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, estou pedindo a retirada de pauta do Item 2, do Requerimento nº 3, porque o Requerimento nº 6, que é o Item 3 da pauta, substitui o de número 2, tendo em vista que ele é mais abrangente. Nós tomamos essa decisão no sentido de trazer aqui as pessoas e as instituições representativas para um grande debate, ocasião em que vamos tratar das obras paradas, das obras inacabadas, enfim, dos projetos em andamento. Nós queremos discutir isso atentamente. Portanto, o requerimento que nós gostaríamos que permanecesse em pauta, para discussão e votação, é o de número 3, constante da pauta de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deferida a solicitação de V.Exa.

Reconfirmo que teremos reunião de Lideranças para tratar das relatorias setoriais — ordinariamente, como deve ser feita todas as semanas, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos. Como em todas as terças-feiras haveremos de fazer. Então, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero também requerer a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 9, que solicita a realização de audiência pública conjunta com a Comissão dos Direitos Humanos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Será atendida a solicitação de V.Exa. na forma regimental.

Foi apresentado também o Requerimento nº 11, de 2011, que requer audiência pública com o Presidente da Caixa Econômica Federal.

Ordem do Dia.

Apreciação do Requerimento nº 1, de 2011, conforme decidido na primeira reunião ordinária, que requer a realização de audiência pública, em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal.

O autor é o Deputado Claudio Cajado, a quem passo a palavra para apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, o requerimento é autoexplicativo. Proponho ouvir aqui, primeiro, os representantes de órgãos e as autoridades que fiscalizam a execução dos recursos públicos; e, segundo, aqueles que os executam, especificamente alinhados com a realização da Copa do Mundo, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e Jogos Militares, a fim de alterarmos uma legislação que nasceu sob a égide da pós-corrupção da era Collor.

Para alterar a Lei nº 8.666 temos que convencer a sociedade acerca dessa necessidade. E temos de fazê-lo da forma mais adequada que o Parlamento têm: por meio de ampla discussão, com a realização de audiências públicas, para que possamosclarear o tema com os diversos entes envolvidos, sejam do setor de fiscalização, como a AGU, a Caixa Econômica e o Tribunal de Contas da União, sejam aqueles que têm a responsabilidade da execução.

Não quero dizer aqui que sou contrário. O gestor público sabe das amarras que impõe a Lei nº 8.666. Modificá-la não é um ato a ser feito especificamente para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, mas, em especial, para futuros contratos e processos licitatórios.

Portanto, a realização de audiência pública é justamente para debater essa questão.

Informo aos Parlamentares que estamos para deliberar sobre a MP nº 521, que trata dessa questão. Mas parece que não há consenso, e a matéria não deverá ser votada.

Nós, do Democratas, obstruiremos a votação, utilizaremos todos os meios, juntamente com outros partidos de oposição, para que essa medida provisória não seja votada, não apenas pela falta de discussão, mas, acima de tudo, por causa deste requerimento,

que vem ao encontro das aspirações daqueles que desejam se aprofundar no assunto.

Peço a todos o apoioamento. Espero que este requerimento seja aprovado. Se for, que V.Exa. marque com brevidade essa audiência pública, de suma importância para nós, Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo. Em seguida, ouviremos os Deputados André Vargas e Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, Senadoras e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu peço encarecidamente às senhoras e aos senhores presentes no auditório e aos companheiros de trabalho que, em respeito ao colega que está falando, façamos silêncio, a fim de a reunião transcorrer na mais alta normalidade e eficácia.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, Senadores e Deputados, estão presentes aqui Líderes de alguns partidos. Ontem, na reunião de Líderes que aconteceu na sala do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, ficou decidido que hoje iríamos discutir e provavelmente votar a 521. Ontem à noite havia a boa vontade dos Líderes do Democratas que lá estavam, o Líder e o Vice-Líder, de colocar essa matéria hoje em discussão e votação.

Discutimos com o companheiro Cajado que, se a votássemos hoje, inclusive no Senado, essa audiência pública poderia ser realizada, mas também que, depois de votada a matéria, seria discutido, no plenário da Câmara ou no plenário do Senado, esse regime diferenciado para contratação.

O que ocorre, Deputado Cajado, é que, se formos nos aprofundar na matéria, veremos que é um pregão eletrônico ou um pregão presencial. E, se ainda ficar subsidiariamente à 8.666, praticamente teremos algumas facilidades. Mas o que tem acontecido no País? Hoje, para se fazer qualquer contratação pública, todos nós, a grande maioria do povo brasileiro já sabemos que fica muito mais caro para o ente público do que para o particular. Então, precisamos dar agilidade; precisamos resolver definitivamente o problema da Copa.

Vamos aprovar essa audiência pública com um grande acordo. Se conseguirmos votar tanto na Câmara como no Senado, perde a iniciativa da audiência, porque então já se votou.

Essa a minha contribuição.

Ontem à noite, o Democratas, presentes o Líder e o Vice-Líder, mostrou que não seria empecilho para a votação da 521 hoje no plenário da Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, o PT votará favoravelmente a esse requerimento do Deputado Cajado. Mas, de antemão, levanto uma questão com relação às sistemáticas convocações de Ministros ou de autoridades por esta Comissão.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que os Ministros têm suas missões, e várias Comissões os convocam. Recentemente, recebemos aqui a Miriam Belchior numa memorável audiência, em que houve o mais profundo debate.

Então, vamos votar favoravelmente, junto com o Deputado Cajado, entendendo que, mesmo que haja votação, esse debate é importante porque esclarece as verdadeiras intenções do Governo no tocante a agilizar as licitações das obras mais importantes para esses dois grandes eventos, com fiscalização e com tudo o que o Governo entende seja correto e que a sociedade exige. Mas, antecipando o debate, gostaria de alertar os companheiros da base no sentido de que o PT vai orientá-los e lhes solicitar que votem contrariamente a esses requerimentos sistemáticos de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Hugo Leal tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, já tive oportunidade de discutir esse requerimento numa outra reunião desta Comissão Mista de Orçamentos, e quero falar da sua importância.

Vou filiar-me a essa corrente do Deputado Claudio Cajado sobre a importância de debatermos o tema antes que ele vá para o plenário, uma vez que a perda de prazo da Medida Provisória nº 521 vai se dar bem

mais à frente. Particularmente, no meu modesto entendimento, não vejo necessidade premente de votarmos essa matéria hoje, obviamente falando enquanto Parlamentar do meu partido, e isoladamente, não do Governo. Por quê? Essa matéria inova em muitos aspectos não só na questão do pregão, como disse o Deputado Ademir Camilo, como também ela traz pontos extremamente positivos. Porque estamos estabelecendo uma relação, dizendo que esse sistema, sistema diferenciado de compras ou sistema diferenciado de processo licitatório, está sendo criado como uma ação para atender exclusivamente à Copa e às Olimpíadas — e não é isso. Assim, vamos acabar tendo uma legislação permanente; e, se vai haver uma legislação permanente, que tenhamos todo o cuidado.

Tive oportunidade de apreciar as modificações. Fui Relator da Medida Provisória nº 510, cuja matéria chegou a ser prevista nessa medida provisória, e a vejo com bastante cuidado.

Minha intenção, obviamente, é a de corroborar esse requerimento do Deputado Claudio Cajado e fazer um apelo para que essa audiência pública seja realizada antes da votação no plenário, até porque, se fôssemos seguir o rito da medida provisória, teria de haver uma Comissão Especial. Como nós não seguimos o rito da medida provisória por não ter Comissão Especial, nada mais importante do que discutir nesta CMO, que é uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, matéria que, depois, com certeza, terá sua votação facilitada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço, Deputado Hugo Leal.

Não há mais oradores inscritos.

Coloco em votação na representação da Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

O Item 2 foi retirado pelo autor.

Item 3, Requerimento 6: requer a realização de audiência pública para debater a atual situação das obras paralisadas e inacabadas, custeadas no todo ou em parte com recursos da União; solicita ainda a presença das personalidades a seguir: Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas; Sr. Marcos Túlio, Presidente do Conselho Federal de Engenharia.

O autor é o Deputado Rubens Bueno, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, este requerimento é exatamente mais abrangente — por isso o pedido da retirada do requerimento anterior. Ele quer discutir algo que chama a atenção; e veja que isso chama a minha atenção desde 1991, quando aqui cheguei. Na época, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o andamento das obras inacabadas ou paralisadas em todo o País, era o Senador Carlos Wilson, do Estado de Pernambuco, de saudosa memória. Desde então estamos vendo isso se agravar. E agora, com a recente notícia do decreto que vem cancelar restos a pagar dos últimos três anos, preocupa-nos a questão da aplicação do dinheiro público, porque mais obras inacabadas significam mais desperdício.

Sei que a Ministra Miriam Belchior esteve na Comissão na última semana, mas também sei que não tratou desse assunto. E não é porque a Ministra aqui esteve uma vez que não pode mais estar. Creio que te-

mos de ter a boa prática, por exemplo, a do Parlamento inglês. O Primeiro-Ministro vai todas as quartas-feiras — repito: todas as quartas-feiras — ao Parlamento inglês para prestar contas dos seus atos. Logo, isso é fundamental para esclarecermos, para fazermos pelo menos um diagnóstico da situação que envolve obras paralisadas ou inacabadas em todo o País.

Portanto, estou aqui fazendo este pedido de audiência pública, convidando ainda o Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, e o Presidente do CONFEA, Dr. Marcos Túlio de Melo.

Submeto-o e peço apoio aos nobres pares dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço, Deputado Rubens Bueno.

Em discussão.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero tentar fazer aqui uma mediação e uma consulta a V.Exa. e também ao Deputado Rubens Bueno.

Temos o Comitê de Obras Inacabadas na Comissão Mista de Orçamento, que, aliás, vem fazendo um belíssimo trabalho, e que, no ano passado, elaborou um relatório muito consistente.

Sr. Presidente, acho que antes de pedirmos uma audiência pública com esse objetivo nós poderíamos indicar os membros do Comitê, fazê-lo funcionar e ter como uma das consequências desse trabalho a realização da audiência, mas já preparando a pauta que queremos discutir, ou seja, examinando quais são as obras e como estão. Creio que teríamos de dar essa condição à Comissão que tem o grupo, que tem o comitê, para que pudéssemos preparar a audiência.

E ainda solicito ao Deputado Rubens Bueno que essa audiência seja consequência de um trabalho do comitê.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Senadora Gleisi solicita ao Deputado Rubens Bueno, autor do requerimento, que esse motivo, objeto do requerimento de S.Exa., seja encaminhado ao COI — Comitê de Obras com Indícios de Irregularidades, para que faça uma avaliação. Depois, naturalmente, a reunião mais ampla vai acontecer.

Essa é a palavra da Senadora.

Consulto S.Exa. sobre se concorda ou se deixamos caminhar a votação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu só gostaria de... A Senadora Gleisi tem até uma visão ampla da questão, e aqui as coisas já estão caminhando. Mas o que eu estou pedindo na verdade é saber quais as obras inacabadas e paralisadas no Brasil. Porque nin-

guém sabe. Esta Casa tem o dever, a obrigação de ir a fundo nisso, buscar das entidades, dos órgãos, enfim, de tudo que for possível, essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos continuar discutindo, até uma decisão final.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E eu comprehendo que ela esteja... Perfeitamente. Só que aí fala-se de obras irregulares, e eu não estou tratando de obras irregulares; estou tratando de obras paralisadas e inacabadas, de saber qual é o volume delas, onde estão, do que precisam, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Vejam, então, que esse seria outro requerimento, para solicitar quais são as obras inacabadas, para dialogar efetivamente com o nosso Comitê.

Aliás, nós estamos no começo do nosso trabalho. Essa afirmação de que tem obras paralisadas... Vejam, sou do Paraná e ando pelo Estado, como o Deputado Rubens Bueno, como a Senadora Gleisi e muitos outros. São raríssimas as obras paralisadas. Não é um fenômeno.

Então, nós do PT gostaríamos que essa solicitação da Senadora fosse acolhida. Porque, em não o sendo, nós teremos uma posição contrária a esse requerimento. Até porque, por outro assunto, a Ministra Miriam Belchior permaneceu nesta Casa por quase 5 horas, debatendo todos os assuntos, inclusive outros quaisquer, ainda que não estivessem na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Continua em discussão.

Deputado Rubens Bueno, para dizer se aceita ou não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu acho que é importante discutir, porque nós estamos aqui tratando de... O Deputado André sabe, por exemplo, que no Paraná nós também temos obras inacabadas.

A estrada Boiadeiro é um exemplo de 50 anos. Não se está aqui culpando o Governo do PT. Não é nada disso. Se se quiser levar para esse campo, então nós não vamos cumprir o nosso papel. Nós estamos falando de obras inacabadas e paralisadas no País ao longo do tempo. Não é coisa de um governo ou de dois governos.

Também a questão do anel viário de Curitiba, que até hoje não foi concluído, como a do ramal ferroviário. Quer dizer, são obras que vêm para o Orçamento, saem, começa-se, põe-se dinheiro, e o dinheiro desaparece, o desemprego acontece...

Nós vivemos uma crise permanente do ponto de vista de boa gestão. Então, cabe a nós fiscalizarmos isso.

A Ministra esteve aqui na semana passada, Presidente, e eu reconheço; só que não foi tocado esse assunto. E também não estou preocupado se tenha que vir a Ministra ou que venha o Secretário Executivo de Planejamento do Ministério, para poder começarmos a discutir isso com atenção.

O Comitê Permanente da Comissão Mista de Orçamento poderá, a partir daí, nos ajudar a fazer o desdobramento das informações necessárias para a boa gestão pública no País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado José Priante. Depois, a Senadora Gleisi Hoffmann, para logo iniciamos o processo de deliberação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que esse requerimento apresentado pelo Deputado Rubens Bueno traz uma preocupação pertinente e indiscutível.

Agora, digo que ele poderia ser desdobrado em duas situações. Em primeiro lugar, o TCU, órgão auxiliar do Poder Legislativo: não me passa pela mente que ele tenha uma relação das obras que foram paralisadas e das que não foram paralisadas, das que estão acabadas e das que não estão acabadas, até porque isso é uma ação, ou uma negativa de ação, do Poder Executivo.

Então, acho que isso poderia ser, Deputado, desdobrado em dois momentos. Em primeiro lugar, nós tomarmos conhecimento das obras que estão paralisadas no Brasil — está certo? Daí, isso poderia ser desdobrado num pedido de informações, para o Governos nos informar. E aqui a Senadora colocou com muito propriedade: temos um Comitê de Acompanhamento das Obras Inacabadas. Então, num segundo momento, o Deputado, a Comissão, ou quem entender dessa forma, pode provocar o Tribunal de Contas da União no que diz respeito à obra A, B ou C, enfim, ao número de obras que entender devam merecer uma visita *in loco* do TCU. Até mesmo porque essa é uma obrigação do TCU. Mas é claro que o TCU, com certeza, não tem essa relação, a das obras que foram paralisadas, até mesmo porque, entre o dia da aprovação deste requerimento e a semana que vem, uma obra pode ser paralisada por deliberação do Poder Executivo, por falta de recursos, por iniciativa de qualquer fiscalização, por ação do Ministério Público. Enfim, vários caminhos podem levar a que uma obra seja paralisada.

Então, Deputado, eu sugiro a V.Exa., a fim de não prejudicar o encaminhamento da sua preocupação, e, evidentemente, se isso for do seu entendimento, que desdobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Deve-se tentar uma composição aqui, porque é função desta Casa fazer a fiscalização.

O Deputado Rubens Bueno tem razão em querer as informações. Eu só estou querendo que partamos para um método que permita melhor resultado. O Deputado José Priante falou agora. Poderíamos indicar o Comitê sobre Obras com Indícios de Irregularidades, até porque uma obra paralisada ou inacabada tem indícios de irregularidades, e no sentido não só de desvio de recursos, mas, às vezes, de ato de gestão, de ato processual. Então, esse comitê poderia analisá-las. Nós indicaríamos o Comitê. Seria uma das consequências desse trabalho e do levantamento que o Comitê faria, até para que a Comissão tivesse as informações fizesse audiências com as informações de um parecer do nosso comitê, que tem assessoria, tem técnicos. Haveria muito mais qualidade num debate em uma audiência pública do que se recebêssemos as informações só no momento da audiência.

Então, faço um apelo para que realmente possamos acertar com o Comitê. Na sequência, faríamos uma audiência pública, mas já com elementos e informações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço à Senadora.

Com a palavra o Deputado autor, para decidir o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Perfeito, o encaminhamento. Eu acolho a sugestão tanto da Senadora quanto do Deputado Priante: transformar esse requerimento num requerimento de informações, de acordo com o pedido que nós estamos fazendo no requerimento, e também indicar os membros do comitê sobre obras inacabadas, da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - As informações seriam requeridas ao Poder Executivo ou ao TCU?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ao Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ao Poder Executivo.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação o requerimento, com as alterações, na representação da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

Providências à Secretaria.

Requerimento nº 7, de 2011.

Solicita-se ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

— CMO que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a Pagar.

Com a palavra o autor, o Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, já me solicitaram que eu retire o requerimento, em função de um dispositivo que, salvo engano, é da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece que, a cada quadrimestre, é preciso haver um relatório e uma explanação por parte do Governo

— no caso, seria por parte do Secretário do Tesouro — no que diz respeito ao cumprimento das metas fiscais do quadrimestre.

A minha preocupação — faço com a maior tranquilidade essa ponderação, e é claro que o Secretário do Tesouro deverá comparecer à Comissão para prestar esclarecimentos, eu não tenho dúvida disso — diz respeito aos prazos, em função exatamente do decreto que foi feito no dia 30 passado, prorrogando os restos a pagar de 2009 e estabelecendo critérios quanto aos restos a pagar de 2007 e 2008.

Ora, no que se refere a essas preocupações, este aqui presente a Ministra Miriam Belchior. Então, vejam só, apesar de todas as preocupações e de todos os posicionamentos — neste momento, eu retrato que houve um sentimento unânime dos Parlamentares quanto aos restos a pagar —, o decreto trouxe uma inovação: os restos a pagar de 2007 e 2008 cairiam se a obra não tivesse começado. É claro que, em se tratando de obra iniciada, de obra em execução, seria uma imprudência cancelar restos a pagar. Resultaria em mais uma coleção de obras inacabadas no País. Então, falou o óbvio e ululante o decreto de prorrogação dos restos a pagar de 2007 e 2008.

Confesso, como Parlamentar da base do Governo, que estou preocupado no que diz respeito aos restos a pagar de 2009. Posso retirar, sem nenhum problema, o requerimento, até mesmo porque o Secretário do Tesouro deverá comparecer a esta Comissão para esclarecer a questão do quadrimestre, por força de dispositivo de lei, mas é preciso que haja esclarecimento antes que acabe o prazo estabelecido no

decreto com referência aos restos a pagar de 2009. Se não, a preocupação que eu trago esta Comissão estará prejudicada.

É preciso que os representantes mais próximos da Liderança do Governo revelem a data em que o Secretário do Tesouro vai comparecer. Dessa forma não terei problema algum em retirar o requerimento, em colaboração com o andamento da Comissão, em colaboração de um modo geral, e também como Deputado da base do Governo.

Trago essa preocupação porque, nas minhas contas, o meu Estado, por exemplo, o Estado do Pará, sucumbiu em relação a empenhos — cerca de 500 milhões — relativos a obras, devido ao cancelamento dos restos a pagar de 2007 e 2008.

São essas as preocupações que eu trago, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo)

- Acolho a preocupação de V.Exa., Deputado José Priante, e principalmente a prudência quanto à retirada do requerimento, em virtude de dispositivo legal — § 4º do art. 9º da LRF, a qual hoje completa 11 anos — que determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

Já determinei à Secretaria não que oficie, mas que entre em contato com o Secretário, para cumprimento da lei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Que seja o mais breve possível, Sr. Presidente, para não chegarmos em cima da hora e termos que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Solicitação atendida.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Atendendo a solicitação da Senadora, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu ia até fazer uma sugestão ao Deputado José Priante. Nem era a retirada, mas a adequação do conteúdo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Então, eu "desrreiro" o requerimento. (Riso.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não. Queria dizer que V.Exa. tem essa preocupação e que esses questionamentos fizessem parte da audiência que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não deixaríamos de discutir a questão. E fica claro aqui que isso fará parte do debate quando o Secretário do Tesouro estiver aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Eu acato a sugestão da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k. Está inclusa a sugestão.

Com a palavra o Deputado Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, quero apenas informar que, hoje, ao meio-dia, aconteceu, ou deveria acontecer, uma reunião entre todos os Líderes da Câmara dos Deputados e o Ministro Luiz Sérgio para se encontrar uma possibilidade de fazer uma revisão do decreto. Isso foi discutido ontem à noite, e foi marcado que o Ministro estaria na sala da Presidência da Câmara ao meio-dia.

Essa é a ponderação que faço ao Deputado Priante, porque pode ser que haja alguma outra novidade nessa reunião que aconteceu, ou iria acontecer, ao meio-dia. De repente, nós temos um outro. Já está em andamento uma proposta de decreto legislativo, do Deputado Bala Rocha, do PDT do Amapá, cancelando os atos anteriores e fazendo uma ponderação sobre prazos diferentes.

Há essa informação, portanto, de que se poderia retirar dessa apreciação de hoje o requerimento, para que seja apresentado posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Que continuem gestos de boa vontade relativamente a essa questão, Deputado Ademir.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, na verdade, quero estimular a manutenção do requerimento nos termos já propostos pela Senadora Gleisi. Em minha opinião, é uma questão muito preocupante.

Eu diria que, com a Marcha dos Prefeitos na semana que vem, esse assunto tem cheiro de pólvora. Ele atinge de forma avassaladora as Prefeituras e os Municípios brasileiros. Realmente não entendo que não tenha havido um senso prudencial por parte do Palácio do Planalto no que se refere a essa questão e uma sensibilidade expressa.

O decreto realmente, como foi dito aqui, trata do óbvio e mantém uma posição extremamente prejudicial aos Municípios brasileiros. Na maioria das vezes, os que mais precisam são justamente os menores Municípios, que vivem com pires na mão em Brasília, dependendo das emendas parlamentares.

As justificativas que existem são muito claras nesse processo. Há até um comitê voltado para, digamos assim, desburocratizar os procedimentos dentro da Caixa Econômica para o atendimento das emendas, o que confirma o que já sabemos: as dificuldades de que as emendas cheguem ao seu destino e sejam executadas, por conta do processo que existe hoje.

Esse requerimento ficaria como um alerta, como mais um sinal aceso, para que o Governo percebesse

que essa é a posição de toda a base aliada do Governo na Câmara e no Senado. Não existe ninguém dentro do Congresso Nacional, Senador ou Senadora, Deputado ou Deputada, que concorde com esse decreto.

Nós estamos absolutamente solidários com o Governo naquilo que significa corte de recursos para manter o equilíbrio das finanças do País. Quanto a isso, não temos dúvida. Agora, é preciso discutir onde cortar. O corte não pode atingir a todos de forma igual, porque existe exatamente a ideia de que os desiguais devem ser tratados de forma desigual, para que possamos garantir a justiça. Portanto, quero me associar a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa. o posicionamento

O autor retira o requerimento, mas solicita a presença do Secretário do Tesouro, com o adendo da Senadora Gleisi, para tratar dos assuntos pertinentes às metas fiscais, mas também das questões oriundas do decreto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, permita-me, em função do debate, fazer uma nova sugestão, inspirado na Senadora paranaense.

Nós poderíamos transformar o requerimento para que, quando presente, o Secretário do Tesouro nos trouxesse os esclarecimentos. Este é o meu sentimento, o da Senadora e o de todos os Parlamentares: transformar esse requerimento numa solicitação dessa ordem.

Na verdade, o Secretário do Tesouro não estará aqui presente por causa desse tema, certo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não, não. É claro que não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Tendo em vista essa preocupação, é exatamente isso o que eu gostaria de ver atendido. A Senadora foi no âmago, no espírito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu comprehendo.

Com a “desistência de desistir” do Deputado Priante, vamos à votação.

Em votação na Câmara...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Só um esclarecimento: nós vamos votar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O requerimento. Ele desistiu de desistir. O requerimento continua em pauta.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Estou entendendo que ele está requerendo que esse tema, objeto desse requerimento, seja incluído na pauta do Secretário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Quando da presença do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Para isso tem que haver um requerimento. A presença do Secretário decorre da lei. Agora, para inclusão desse assunto na presença do Secretário, tem que haver um requerimento.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Então, é só transformar, para que não seja mais um requerimento de convite ou convocação; poderá haver o entendimento de que são dois. Nós temos acordo de que será na reunião do Secretário quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É na reunião do Secretário.

Em votação na Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos à extrapauta.

Requerimento, para inclusão em pauta, da Senadora Gleisi Hoffmann.

V.Exa. já o tem em mãos.

Em votação.

Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Agora vamos votar o requerimento.

Requerimento nº 9, da Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar sobre a efetivação dos direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual, quadriênio 2012-2015, e na proposta do Orçamento Geral da União.

Com a palavra a Senadora, para que faça as suas considerações.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

É um requerimento de audiência pública por meio do qual se pretende reunir a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes; a Secretária de Orçamento Federal, Dra. Célia Corrêa; a Secretária de Planejamento e Investimento, Dra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón; V.Exa., na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Orçamento; os Relatores do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do projeto de Lei Orçamentária Anual, Deputados Márcio Reinaldo Moreira e Arlindo Chinaglia; a coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados; e um representante do colegiado gestor do Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA e da Articulação de Mulheres brasileiras — AMB. É um requerimento conjunto com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, e nessa

Comissão há a Subcomissão de Defesa dos Direitos da Mulher. E o que queremos é fazer um debate e dar visibilidade aos programas, ações e projetos constantes do Orçamento da União que têm a ver com os direitos das mulheres e com os seus interesses.

Ultimamente temos consubstanciado vários programas na Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas sabemos que há muito mais programas e projetos no nosso Orçamento que afetam a vida cotidiana das mulheres, em relação ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde. Gostaríamos de dar visibilidade a esses programas e fazer um debate qualificado dessas políticas públicas. Por isso requeremos essa audiência.

Tenho uma sugestão de data, Sr. Presidente: dia 23 de maio, segunda-feira, para que possamos começar essa mobilização. Antes, porém, peço a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Parabenizo V.Exa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

Data: 23 de maio, para providências.

Parabenizo V.Exa.

Requerimento para inclusão de pauta, do Deputado Cajado. Já foi lido nesta reunião.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 10, de 2011, do Deputado Claudio Cajado, em que solicita informações à Ministra do Planejamento sobre as consequências da vigência do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto nº 93.872, de dezembro de 1986, e dá outras providências.

Com o palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado. Sr. Presidente, quero cumprimentar os Senadores, as Senadoras, os Deputados, as Deputadas.

Esse requerimento já foi apresentado na sessão plenária da Câmara dos Deputados ontem à noite. Porem, faço questão de reiterá-lo na Comissão de Orçamento, dada, na minha opinião, a necessidade pre-

mente de termosclareado essas questões referentes aos restos a pagar.

Sem sombra de dúvida, a questão de pano de fundo me parece ser a falta de recursos para atender aos restos a pagar que foram acumulados no Governo Lula e no Governo Fernando Henrique Cardoso.

A Presidente Dilma — não tenho dúvida — deve estar querendo limpar esse passado, essa herança, não sei se maldita ou bendita, pelo jeito uma herança “inconcebida”, porque o remédio que está sendo aplicado é extremamente grave. Por quê? Eu digo que, na linha de V.Exa., punir um único lado é, no mínimo, injusto.

E por que único lado? Porque, quando se apresentam os recursos para um Município, seja de emenda de bancada, seja emenda individual, objeto desses restos a pagar em sua grande maioria, repassa-se o recurso do Ministério para a Caixa Econômica administrar e fiscalizar. E a Caixa demora 2, 3, 4 ou mais meses para dar um parecer sobre os projetos que são objeto das emendas. Por que não se pune a Caixa? Por que estão sendo punidos apenas Estados e Municípios brasileiros que não conseguiram, no prazo assinalado pelo Governo da Presidente Dilma — 4 meses, no caso de 2008, prorrogado para 2 meses —, iniciar as obras? Isso é injusto! Se a Caixa tivesse um prazo de 30 dias para dar o parecer, e a parte que fez o convênio ou assinou o contrato atrasasse 3, 4, 5 meses, menos mal, tudo bem que se punisse. Agora, nem digo que a Caixa aja com má intenção ou má vontade, é que não há como administrar e fiscalizar e, no caso, atestar tantos contratos ao mesmo tempo País afora.

Esse Restos a Pagar, se permanecer, Deputado André Vargas, fulmina, mata o espírito republicano, prejudica o ente federado, porque Estados e Municípios ficarão sem recursos, muitos dos quais referentes a projetos em pleno andamento, já aprovados, com licitações em andamento. Então, simplesmente desconsiderar esse fatos é rasgar todo um trabalho que foi feito.

E a base do Governo, inclusive, arvorando-se no papel da Oposição, porque nesse caso não há Oposição nem Situação, mas sim interesses de Estados e Municípios, tem dito que, sem dúvida alguma, deixar que esse trabalho se perca é um prejuízo irrecuperável. E o decreto apenas prorrogou, estabeleceu que as obras já iniciadas terão mais 1 ano de prazo, e, em relação a 2009, apenas 2 meses.

Quero fazer um desafio, Sr. Presidente. Digam-me quantos — daí a razão do requerimento —, quantos contratos estão suspensos ou serão suspensos; qual o volume de recursos; qual o volume de recursos a não serem enviados aos conveniados. E digo mais: se a

Caixa não tiver tempo hábil, nesses 2 meses, de atestar as obras que já se iniciaram, quem será punido? Estados e Municípios. Para a Caixa Econômica, nada. Nada! Nem em uma linha sequer o decreto abordou essa questão. Isso é injusto, Sr. Presidente.

Nesse requerimento se pedem essas informações até para que nós Parlamentares tenhamos uma justificativa para os nossos Prefeitos, para os nossos Governadores, porque o ano passado foi de eleição, e essas emendas referem-se a 2009, 2008 e 2007. Se a Caixa ficou, no ano passado, quase 2 meses em greve, muitos desses projetos de 2007 e 2008 não foram analisados, porque a Caixa estava em greve. Isso não se levou em consideração? No ano passado houve eleição, e praticamente não aconteceu nenhum trabalho, pelo que eu tenho de conhecimento por intermédio dos gestores públicos que me apoiam lá na minha querida Bahia. Simplesmente não havia nenhum tipo de atuação no sentido da análise de projetos. E agora, com esse

decreto, não se dando o tempo necessário para que Estados e Municípios possam adequar-se, é algo injusto. Eu considero isso injusto.

Não vou ler o requerimento. São cinco itens. O requerimento é autoexplicativo. Eu espero que os meus pares, Congressistas, possam aprová-lo, para que tenhamos, no mínimo, essas informações, já que a consequência está estabelecida, e será danosa, se não for revisto.

Quero ainda dar uma informação a V.Exa., Sr. Presidente. O Ministro da Secretaria de Relações Institucionais esteve hoje numa audiência, convocada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, a qual contou com a presença de todos os Líderes desta Casa. Ouviu, principalmente dos Líderes da base e da Oposição, seus reclamos, mostrando a necessidade de se prorrogar esse decreto. Na verdade, o que ocorreu foi meramente manter-se tudo, com exceção das obras iniciadas, o que não resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos discutir. Peço rapidez, porque daqui a pouco vai começar a Ordem do Dia, na Câmara e no Senado.

Concedo a palavra ao Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Vou ser breve. Em primeiro lugar, quero dizer que existe uma préliminar nesse requerimento, Deputado Cajado. É um pedido de informação. Pedido de informação sequer necessitaria passar pela Comissão. Pedido de informação é prerrogativa de qualquer Parlamentar. Inclusive, esse dispositivo está inserido na Constituição Federal, que estabelece prazos para resposta. A falta de resposta resulta inclusive em crime de responsabilidade.

Então, eu acho que não há por que esta Comissão ter qualquer dificuldade de aprovar o requerimento.

Gostaria de fazer uma breve consideração para alertar esta Comissão, particularmente o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que diz respeito à questão dos restos a pagar. O problema surgiu para que despertassemos e tivéssemos condições de lhe dar um tratamento. Trata-se de obrigação.

Lembro-me de que, entre 2000 e 2003, salvo engano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecia um critério para os restos a pagar, inclusive um critério decrescente. A cada ano, cairia tantos por cento e tal. Quer dizer, havia um alerta para que os Municípios, os Estados e a própria União trabalhassem no que diz respeito aos restos a pagar. Agora, é extremamente injusta uma situação. Por exemplo, Municípios em que o projeto estava aprovado na Caixa Econômica, ou seja, analisado, contratado na Caixa Econômica, e não liberada a parcela, em função não da parte contratante — o Município ou o Estado —, mas em função da Caixa Econômica ou do próprio Governo Federal, tiveram esse projeto cancelado. É diferente daquele inadimplente que não apresentou projeto, daquele que estava com cláusula suspensiva, daquele que não podia receber o recurso. Trata-se daquele que tinha o projeto aprovado na Caixa Econômica, daquele que tinha o projeto contratado pela Caixa Econômica. E foi solicitado em função do não repasse da primeira parcela. Há algo de errado, e nós precisamos consertar.

Então, se ainda há tempo, acho que é profundamente pertinente a preocupação do Deputado Cajado. Merece o nosso apoio, da minha bancada, do PMDB.

Desde já, encaminho favoravelmente à aprovação do requerimento, levantando essas preocupações, porque elas podem ser incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nós não vemos nenhum problema no requerimento, já que, como bem disse o Deputado Priante, é um requerimento de informação. Ninguém aqui é contra a busca de informações.

Eu só queria tranquilizar um pouco o Deputado Cajado, dizendo-lhe que o decreto tem a ver com o que disse a Ministra a todos nós. Não podemos mais continuar com o projeto de 2007 e 2008. As Prefeituras não entraram com documentação, não há projeto nenhum e tal. Portanto, não podemos continuar com esse processo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, ela não disse prazo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Ela só disse que ia resolver o problema de 2007 e 2008, e resolveu; disse que ia prorrogar 2009, e prorrogou. E prorrogou o início, para o ano que vem. São os quatro pontos que foram abordados aqui. Todos estão assegurados, garantidos.

Eu concordo, a Caixa Econômica Federal precisa agilizar esse processo — estamos trabalhando nesse sentido. Se ela disser que não tem condições, esperamos que o Banco do Brasil, o BASA e o BNB possam também entrar no processo.

Neste momento, queremos dizer que vamos votar favoravelmente ao requerimento. Não há nenhuma dificuldade nisso. Se há uma coisa que este Governo quer é transparência — ele trabalha com esse elemento central.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, podem ficar tranquilos. Se houver algum problema de movimentação na Caixa, eu tenho certeza de que a Ministra Miriam vai ter sensibilidade para examinar a situação. Se realmente for curto, prorrogação. Mas, primeiro, vamos todos fazer o dever de casa, tanto as Prefeituras quanto o Governo, para que o processo ande com tranquilidade e tenhamos nossas emendas liberadas. O essencial é termos como pagar. Isso é o mais importante no momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, pelo menos aqui nós estamos discutindo um bom problema. Nós temos programas, projetos, obras, e a Caixa Econômica está com muito trabalho e muita dificuldade. Já houve neste País um tempo em que não tínhamos programas, projetos ou repasse para os Municípios, e sequer a Caixa Econômica fazia parcerias locais. Acho que nós já avançamos bastante, e, de fato,

o tema merece nossa atenção. Gostaria, contudo, de fazer uma sugestão. Acabamos de aprovar que vão ser parte da pauta com o Secretário do Tesouro as informações sobre a

disponibilidade financeira para restos a pagar, o que me parece ser a essência do requerimento do Deputado Cajado, ou seja, saber quanto temos disponível.

Independentemente do requerimento — não acho ser o caso de encaminhar contrariamente —, entendo que seria bom, primeiro, termos essa informação do

Tesouro e, se não satisfeito com isso o Deputado, então encaminháramos o requerimento de informações. O Secretário do Tesouro está vindo a esta Casa neste mês, V.Exa. até pediu que se consultasse a agenda. E nada melhor do que nós, na conversa com o Secretário, podermos dirimir todas essas dúvidas. Parece-me que seria recorrente mais um pedido de informações, uma vez que na Comissão teremos o Secretário à disposição para responder sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com profunda preocupação que volto aqui a falar sobre os restos a pagar.

Logo que foi editado o primeiro decreto, o prazo de 30 de abril seria inexecutável, porque as Prefeituras não têm governabilidade sobre prazos não determinados por elas próprias. Hoje, em nenhum Estado brasileiro consegue-se em menos de 1 ano uma licença ambiental para um projeto de estação de tratamento de esgoto ou de aterro sanitário. Nenhuma Secretaria Estadual de Meio Ambiente libera licença para estação de tratamento de esgoto ou aterro sanitário em prazo inferior a 1 ano.

Além disso, é sabido que a Caixa Econômica tem um grande acúmulo de projetos para acompanhar, o que não é culpa da Caixa Econômica, mas, dadas a extensão e as peculiaridades do País, e a burocacia com a qual a Caixa trabalha, isso prejudica muito o andamento dos projetos, assim como a execução das obras.

Outra agravante é que o primeiro decreto de suspensão de restos a pagar citava que a área de saúde estava fora da vigência daquele decreto, ou seja, o decreto não se colocava diante dos convênios com a área de saúde. O segundo decreto não reza nada sobre a área de saúde e, em sua parte final, manda desconsiderar o decreto anterior. Isso faz com que, juridicamente, a área de saúde vá para dentro do segundo decreto, suspendendo-se também os convênios de restos a pagar da área de saúde, o que, também do ponto de vista jurídico, vai causar um problema muito grande, mesmo porque, constitucionalmente, não podem ser suspensos os convênios da área de saúde com relação à execução.

Como diz também o caboclo do sertão, a emenda ficou pior do que o soneto, porque realmente não se deu solução às pendências anteriores, sendo que se faz necessária uma tomada de posição relativamente a esse problema — a não ser que a Casa queira arcar com o ônus de ser responsabilizada pelo corte dos restos a pagar, prejudicando principalmente os pequenos Municípios.

Então, Sr. Presidente, entendo ser importante encontrarmos uma forma célere de resolver as pendências trazidas pelo segundo decreto, porque, da forma como está, o transtorno será inevitavelmente ainda maior do que no primeiro decreto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado.

Com a palavra o Deputado Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, discordo, em parte, do Deputado Danilo Forte quando diz que a Caixa em alguns casos não tem essa responsabilidade. Tem, sim. Ela coloca muitos empecilhos. Foi muito bem lembrado pelo Deputado Cajado o caso da greve. Chega-se ao cúmulo de a Caixa autorizar a licitação de obras, função que não compete a ela. Mais ainda: recebe 2,5% para gerenciar todo

o contrato. Portanto, quando o Deputado Danilo Forte diz que a Caixa não tem culpa, eu discordo, porque ela tem, sim. Fez de tudo para concentrar nela a grande maioria dos projetos enviados pelo Governo Federal.

O ex-Deputado Wellington, lembro-me, no ano passado, quando a Comissão de Fiscalização Financeira marcou audiência com a Caixa, disse: *“Não vai acontecer. A Presidenta não estará presente para receber a Comissão”*. Chegamos lá, o que aconteceu? Ela não estava. Ele falou isso durante a discussão e a aprovação do requerimento. Vejam que absurdo! *“Ela não vai nos receber, não adianta aprovar este requerimento”*. Chegamos lá, e ela não estava presente.

Quero falar sobre uma situação referente ao Ministério da Integração. Havia um problema com o Ministério do Planejamento que foi resolvido depois de 1 ano e 8 meses pelos técnicos do Planejamento — na penúltima sexta-feira. Na sexta-feira seguinte, foi cancelado.

São falhas do próprio sistema, e nós precisamos estar atentos porque, como disse meu amigo Deputado Danilo, com quem quero comungar, esse ônus vai recair sobre todos nós, sobre o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, pela bancada do PDT, encaminho favoravelmente a esse pedido de informação e faço uma indagação a V.Exa. V.Exa. disse que a relação nominal dos comitês sairá ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Exato.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu gostaria, se possível, de indicar o companheiro Deputado João Dado, engenheiro civil, contabilista e auditor fiscal, para compor o Comitê sobre Obras Inacabadas. S.Exa. poderá nos ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Atesto a competência do insigne Deputado.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, segundo informações do Ministro Luiz Sérgio, uma equipe de trabalho do Ministério da Integração, do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda e, por último, a Ministra Miriam Belchior disseram que este decreto estava pronto e que eles iriam submetê-lo à Presidenta Dilma.

Eu não acho que a vinda do Secretário do Tesouro a esta Casa neste mês — de antemão, quero dizer que apoio o requerimento — vai resolver esse problema. Mais uma vez, teremos uma audiência, ele nos vai passar informações, mas não vai resolver o problema. Não vai resolver! Se três Ministérios e a Presidenta decidiram dessa forma, eu não acredito que o Secretário do Tesouro vá resolver.

Da maneira como está, temos consciência de que estamos prejudicando e muito, porque a própria Caixa Econômica autorizou — se ela autorizou, é porque tinha autonomia para fazer isso, sim — a licitação de obras. Ela recebeu uma autorização do Governo. Enquanto não houver a rubrica do Orçamento, ela não autoriza. E o pior é que os Municípios que iniciaram as obras, fizeram uma medição simbólica e deram entrada na Caixa estão sendo beneficiados, em detrimento daquele Prefeito que ficou com medo, licitou, contratou, mas não começou. Não dá para ser dessa forma.

Sou um defensor da Caixa Econômica, que tem feito um excelente trabalho, mas é desumano o que se está colocando sobre a Caixa Econômica sem lhe dar, em contrapartida, uma estrutura. Eles não têm como fazer, não é que não querem. Eles estão trabalhando com vários terceirizados, e, mesmo assim, a dinâmica do trabalho não acontece no ritmo necessário, porque o volume é muito grande.

Como disse a Senadora Gleisi, ótimo que tenhamos bastantes obras, ótimo que tenhamos bastantes financiamentos, ótimo que tenhamos um programa, mas não podemos deixar que sejam penalizados os Municípios, principalmente os menores, em detrimento da falta de estrutura da Caixa Econômica.

Os 60 dias estão estabelecidos no decreto, e, para mim, Deputado, a Ministra sinalizou com 120 dias, sim, com 4 meses de prorrogação. Nós até dissemos que podia ser até dezembro. Não sei se V.Exas. estão lembrados disso. Eu mesmo disse: *“Ministra, vamos até dezembro. Pelo menos fica o ano todo, até o final do ano”*. Mas sinalizou com 4 meses. E agora vem com 2?

Não é possível que nós, no Congresso, aceitemos o decreto da forma que está. Pensando melhor, ele já está aí, não tem mais jeito. É preciso então que se edite outro e que a base do Governo — nem estou dizendo Oposição ou Situação — fale com a Presidenta. É a única que poderá resolver isso. Se três Ministérios não resolveram, não será o Secretário do Tesouro que vai resolver.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Daqui a pouco levantaremos esta sessão, mas ainda há um requerimento para votarmos, referente à audiência pública com a Caixa Econômica sobre o decreto.

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, naturalmente um requerimento dessa ordem é prerrogativa parlamentar. Se não o aprovarmos aqui, será aprovado no Plenário, e vai acontecer. Portanto, não faremos uma oposição em princípio relativamente ao requerimento.

É importante dizer que a questão dos restos a pagar precisa ser tratada, no sentido de ampliar um pouco o prazo, como requerem alguns Parlamentares, solicitar os efeitos, agilizar a Caixa, agilizar o trabalho dos prefeitos. Nós estamos com restos a pagar de 4 anos atrás. Vamos discutir agora a LDO e o Orçamento. Estamos falando de 2007. Há muitos restos a pagar que têm a ver com o problema de procedimentos nas Prefeituras, que não dão curso, não dão andamento às obras.

Não é possível demonizar nenhum segmento. Nós sabemos que tratamos aqui de lado a lado. É importante também que haja, do ponto de vista dos Governos Estaduais, a real intenção de fazer as obras, de aportar suas contrapartidas, licitar. Sabemos que muitos Prefeitos, mesmo de cidades pequenas, assim agiram e agora estão habilitados a receber, porque foram contemplados pelo decreto.

É importante dizer isso também, porque senão vamos ficar demonizando o Governo, a Caixa, esquecendo-nos de que há responsabilidade daqueles que vão aportar neste Parlamento na semana que vem.

Não vamos criar obstáculos para a votação, mas é importante que nesse debate não se diga que há um vilão nesse processo. Há responsáveis, agentes públicos, de lado a lado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra por 30 segundos para abordar dois pontos. Primeiro, fala-se em Município, Município e Município. Eu defendi Municípios e Estado. Tenho em mãos três convênios do Estado da Bahia, dois de 2007 e um de 2008. Estado da Bahia! É um dos Estados mais importantes da Federação, que perdeu para

Pernambuco agora a preferência. Enfim, são três convênios do Estado da Bahia. Se o Estado da Bahia não consegue preparar um convênio, imagine a dificuldade que ele está enfrentando. Não é punir só Municípios, mas Estados.

Segundo, o requerimento trata não apenas da questão dos recursos, mas das obras inacabadas. Há medições apresentadas, mas não foram atestadas pela Caixa. A obra começou, mas não está atestada, não está no sistema.

Quero saber dessas informações para confrontar com o equívoco que está sendo esse decreto. Não é apenas o requerimento, é uma discussão pontual que temos de mudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em votação.

Na representação da Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento último. Inclusão de pauta. Requerimento nº 11, de nossa autoria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Na representação da Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

O Requerimento nº 11, de nossa autoria, é sobre a convocação do Presidente da Caixa Econômica Federal para discutir a operacionalização do Decreto nº 7.468, no sentido dos restos a pagar de 2009.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É convocação ou convite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Convite. Vamos convidá-lo. Ele virá, não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Vamos convocá-lo, ele não virá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Acho que ele virá.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A prerrogativa é do autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Então, vamos marcar uma semana para ele vir.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A prerrogativa é do autor do requerimento, não é do Senador...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Antes do Natal. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ele virá logo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

Concluída a pauta primeira, ainda há a explicação do Deputado José Airton, Relator designado por esta Comissão para a Medida Provisória nº 531, do Ministério da Educação — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Sr. Presidente, quero chamar a atenção do meu coordenador, Deputado Pepe Vargas, para o fato de que temos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É irmão do Pepe, é André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sou Vargas, mas não sou gaúcho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Quero justificar a esta Casa, à Comissão e a V.Exa., Presidente, que me designou para ser Relator desta medida provisória, por que não apresentei o parecer hoje, prazo final.

Sr. Presidente, peço um pouco de atenção, porque essa é uma questão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Solicito atenção ao Plenário. Há uma informação importante do Deputado José Airton.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Deixei de apresentar o parecer hoje, porque, na minha leitura, há um problema grave: a medida provisória foi estabelecida no sentido de criar crédito extraordinário de 74 milhões de reais a favor do Ministério da Educação para que esse recurso pudesse ser transferido para Estados e Municípios com vistas a reconstruir, reformar e adequar infraestrutura física, predial de escolas públicas bem como reequipá-las e a promover outras ações necessárias à continuidade do atendimento aos respectivos alunos, em função de prejuízos ocasionados por desastres naturais, tais como enchentes e deslizamento de encostas ocorridos em diversas localidades do País.

A medida provisória tem uma abrangência nacional. Portanto, causou-me espécie e surpresa o fato de

o Ministério da Educação, com quem não tivemos até o momento nenhum diálogo para tentar pactuar, negociar emendas apresentadas e chegarmos a um bom termo, ter baixado um decreto desconsiderando os objetivos da medida provisória. Aliás, foi uma resolução do Ministério da Educação que não atendeu às

demandas dos Estados e Municípios acometidos por estado de calamidade pública e que apresentaram demandas para serem contemplados com esse recurso. Inclusive o meu Estado, a minha cidade, Icapuí, onde foi decretado estado de calamidade pública, pois houve um processo de avanço do mar que destruiu escolas, casas e estradas, enquadra-se perfeitamente nos objetivos da medida provisória. No entanto, o Ministério da Educação baixou a Resolução nº 18, de 2 de maio, direcionando esse recurso especificamente para o Estado do Rio de Janeiro.

Então, eu não poderia apresentar um parecer desconhecendo a demanda dos outros Municípios, dos outros Estados, excluindo essas demandas que se enquadram nos objetivos da medida provisória, estabelecendo parecer direcionado a um único Estado. Se fosse assim, era para a medida provisória ter sido direcionada especificamente para o Estado do Rio de Janeiro e não ter abrangência nacional, como foi o objetivo, creio eu.

Por isso, não tenho como apresentar um parecer excluindo as demandas das outras cidades, dos outros Municípios e sem o Ministério da Educação nos dar uma explicação convincente para esta matéria.

Portanto, não vou apresentar o parecer.

Essa matéria vai ao plenário, e nós vamos ter a oportunidade de chamar o Ministério da Educação para

repactuar essa questão, porque essa medida, dessa forma, é excludente, discrimina as demandas das cidades, nas quais foi decretada calamidade pública. Foram reconhecidos pelo Governo Federal, por meio do Ministério

da Integração Nacional, os decretos de calamidade. Portanto, não é correta e não é justa essa postura do Ministério da Educação.

Por isso não apresento o meu parecer neste momento. Se fosse para apresentá-lo, seria contra a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a explicação a V.Exa.

Entendo que, quando a Comissão receber medidas provisórias, ela vai designar com rapidez para receber o parecer, para protagonizar o trabalho da Comissão Mista de Orçamentos.

Acolho a explicação de V.Exa.

Deputado André Vargas com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, que nós não temos hoje ainda o Líder do Governo.

Respeitamos a posição do Deputado José Airton, mas discordamos — talvez até concordamos com o conteúdo — do posicionamento de que nós não assimi-

laríamos posicionamento contrário à medida provisória do Governo, que é do PT, do PMDB e dos aliados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com toda certeza, podia indicar o Deputado Gilmar Machado, que o Governo continuaria bem competente.

Concluída a votação das matérias constantes na pauta.

Encerro os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para 11 de maio, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

Fiquem com Deus.

Boa tarde.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2011, PELAS COMISSÕES: DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; DO SENADO FEDERAL, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO; DO CONGRESSO NACIONAL, MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização(CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio(DEIC/CD); e Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), Dr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referente ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal* e, ainda, atender aos requerimentos de autoria dos Deputados Audifax, Cláudio Puty, Alfredo Kiffer, Rui Palmeira e Arlindo Jardim, todos demandando a sua presença para fazer alguns esclarecimentos acerca da política financeira e cambial conduzida por aquele Órgão. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - **Deputados**: Aguinaldo Ribeiro, titular da CFT/CD; Alexandre Santos, titular da

CFFC/CD; Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Andre Moura, titular da CDEIC/CD; Andre Vargas, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; André Zacharow, titular da CMO/CN; Arlindo Chinaglia, titular da CMO/CN; Audifax, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD; Carlos Brandão, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Claudio Cajado, titular da CMO/CN; Cláudio Puty, titular da CFT/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Domingos Sávio, suplente da CMO/CN; Dr. Carlos Alberto, titular da CDEIC/CD; Edmar Arruda, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Eduardo Cunha, suplente da CFT/CD; Fábio Ramalho, titular da CMO/CN; Fernando Francischini, titular da CFFC/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Jean Wyllys, titular da CFT/CD; João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN; João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; José Airton, suplente da CMO/CN; José Guimarães, titular da CFT/CD; José Humberto, titular da CFT/CD; Luciana Santos, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Marçal Filho, titular da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN; Roberto Britto, titular da CMO/CN; Roberto Teixeira, suplente da CMO/CN; Rubens Bueno, titular da CMO/CN; Rui Costa, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Rui Palmeira, titular da CFT/CD; Sérgio Barradas Carneiro, titular da CFFC/CD; Sérgio Brito, titular da CFFC/CD; Sueli Vidigal, suplente da CMO/CN; Weliton Prado, suplente da CMO/CN e Zé Geraldo, suplente da CMO/CN. ; - **Senadores**: Delcídio Amaral, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Eduardo Braga, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF; Eunício Oliveira, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF; Flexa Ribeiro, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Gleisi Hoffmann, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF; Inácio Arruda, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Jayme Campos, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Jorge Viana, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Lídice da Mata, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF; Rodrigo Rollemberg, titular da CMA/SF; Vanessa Grazziotin, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Vital do Rêgo, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Walter Pinheiro, titular da CMO/CN; Compareceram, ainda, os Deputados Oziel Oliveira, Guilherme Campos, Dr. Grilo e Izalci, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA**: A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), que convidou as seguintes

autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Cláudio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA), Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Delcídio Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e o Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Presidente informou que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. O Presidente anunciou a presença de autoridades do Banco Central do Brasil: Sr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalização; Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração; Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica. Destacou, ainda, as presenças do Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012; e da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Relatora do Projeto de Lei do Plano Pluriannual para o período 2012-2015. Em seguida, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini saudou o Presidente, cumprimentou os parlamentares e autoridades presentes e fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, dividindo-a em quatro partes: 1. demonstrações financeiras; 2. avaliação das políticas conduzidas pelo Bacen; 3. desafios econômicos de curto prazo; e 4. perspectivas para a economia brasileira. Finalizou a exposição às onze horas e vinte e sete minutos. O Presidente teceu comentários enaltecedores à apresentação e anunciou o início do debate, concedendo a palavra aos membros da mesa. Antes, convidou o Senador Delcídio Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. O Presidente em exercício, Senador Delcídio Amaral (PT/MS), deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Cláudio Puty (PT/PA), que teceu alguns questionamentos relativos ao tema. Interpelaram, ainda, o expositor, os Deputados Carlos Brandão (PSDB/MA), Alfredo Kae-

fer (PSDB/PR), os Senadores Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) e Lindbergh Farias (PT/RJ). O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. O Presidente em exercício anunciou a continuidade da discussão, outorgando a palavra ao segundo bloco de inscritos. Antes, convidou o Deputado Cláudio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. Participaram do segundo bloco de interpeladores a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) e os Deputados Rui Palmeira (PSDB/AL), Edmar Arruda (PSC/PR), Audifax (PSB/ES), Alexandre Santos (PMDB/RJ), Domingos Sávio (PSDB/MG), Osiel Oliveira (PDT/BA), Fábio Ramalho (PV/MG), Eduardo Cunha (PMDB/MG) e Rui Costa (PT/BA). Foi assegurada réplica aos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Audifax (PSB/ES). O expositor respondeu os últimos questionamentos proferidos, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente. O Presidente em exercício, Deputado Cláudio Puty (PT/PA), agradeceu a presença do Dr. Antonio Tombini, dos Diretores e Equipe Técnica do Banco Central, em nome das Comissões e ressaltou a confiança da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no trabalho do Ministro frente àquele Órgão. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu as presenças dos parlamentares remanescentes e demais autoridades, e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às treze horas e quarenta e sete minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Havendo número regimental, declaro, sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2011, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Bom dia a todos.

O tema a ser debatido na manhã de hoje será este: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, com referência ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Para honra desta Comissão, anuncio a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, convidado que já se encontra à mesa.

Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central: o Diretor de Fiscalização, Sr. Anthero de Moraes; o Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; o Diretor de Política Econômica, Sr. Carlos Vasconcelos Araújo.

Vou chamar os representantes das Comissões. Pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Deputado Cláudio Puty; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, o Deputado João Maia (caso não esteja presente, chamo o Deputado Felipe Bornier ou o Deputado Natan Donadon); pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente Sérgio Brito ou o Deputado Carlos Brändão, seu representante; pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, meu colega Senador Delcídio do Amaral, que já se encontra presente; pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, o seu Presidente, o rápido Senador Rodrigo Rollemberg, que foi votar no Senado e já se encontra aqui.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, podendo ser aparteado desde que antecipadamente o permita.

Conforme estipulado também no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Tem o interpelado igual tempo para responder. É facultada a réplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Registro a presença de dois Relatores desta Comissão: o Relator da Lei Orçamentária Anual, o Deputado Arlindo Chinaglia, e a Relatora do Plano Plurianual, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, estou hoje aqui, na condição de Presidente Banco Central do Brasil, para, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2010.

Pretendo ainda atender a requerimentos em que se demanda a minha presença em algumas Comissões que integram esta audiência conjunta.

Destaco o Requerimento nº 23, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Audifax, para discorrer sobre políticas de combate à inflação; o Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, para discorrer sobre a liberalização financeira e a questão dos controles de capitais; o Requerimento nº 25, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Alfredo Kaefer, para discorrer sobre política cambial; o Requerimento nº 15, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Rui Palmeira, para

discorrer sobre política econômica nacional diante da ameaça inflacionária; e o Requerimento nº 26, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Arnaldo Jardim, para discorrer sobre medidas de combate à inflação.

(Segue-se exibição de imagens.)

O roteiro da minha apresentação hoje está dividido em 4 partes: item 1, as demonstrações financeiras do Banco Central propriamente ditas; item 2, avaliação das políticas conduzidas pelo Banco Central; item 3, desafios econômicos de curto prazo; e item 4, perspectivas para a economia brasileira.

Em relação às demonstrações financeiras que aqui apresento, no primeiro semestre de 2010, o resultado do Banco Central do Brasil foi positivo em 10,8 bilhões de reais. De acordo com a legislação aplicável,

o resultado do primeiro semestre de 2010 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro do ano passado. Quanto ao resultado do segundo semestre de 2010, o Banco Central apresentou resultado líquido positivo de 4,9 bilhões de reais. Esse resultado foi transferido, de acordo com a legislação em vigor, para o Tesouro Nacional em março de 2011.

Aqui está o resultado. Algumas rubricas do exercício de 2010. Na última linha, o resultado do período: os 4,9 bilhões do segundo semestre. Para o ano como um todo, 15 bilhões e 730 milhões de reais de resultado positivo do Banco Central do Brasil, resultado esse transferido como acabei de mencionar.

Aqui estão abertas algumas rubricas, como resultado das operações de mercado aberto: depósitos compulsórios, que é uma rubrica de despesa; juros com o Governo Federal; remuneração da conta única do Tesouro no Banco Central do Brasil; resultado das operações com instituições em liquidação; marcação a mercado dos ativos em poder do Banco Central; operações de moeda estrangeira; outras receitas e despesas administrativas e outras despesas financeiras. Isso compõe as principais rubricas do balanço do Banco Central,

o resultado sumarizado desses 15 bilhões e 700 milhões para todo o ano de 2010.

Reservas internacionais. Custo de captação, 7,74%. Rentabilidade, 1,88% ao longo do exercício de 2010. Ou seja, um custo de carregamento líquido de 5,86%, em 2010, que, aplicado ao saldo médio das reservas internacionais brasileiras convertidas em reais, daria esse resultado de custo de carregamento de 26,6 bilhões de reais, custo das reservas no exercício de 2010.

Políticas do Banco Central — o material foi distribuído a V.Exas. e a assessores, para que acompanhem a apresentação. Vou dividir a questão das políticas conduzidas pelo Banco Central em política monetária, creditícia, cambial e os efeitos fiscais, conforme mencionei, da política monetária.

O Banco Central é o encarregado de operacionalizar a política monetária adotada pelo Brasil. O arca-bouço institucional remete ao Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que diz, em relação ao cumprimento das metas, em seu art. 4º, o seguinte:

“Art. 4º Considera-se que a meta [de inflação] foi cumprida quando a variação acumulada da inflação — medida pelo índice de preços referido no artigo anterior [Índice de Preços ao Consumidor], relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário — situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância.”

Esse é o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999. A aferição do cumprimento ou não da meta de inflação se dá a cada fim de ano, em 31 de dezembro de cada ano.

O Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções nºs 3.748 e 3.880, respectivamente, estabeleceu as metas de inflação a serem seguidas pelo Banco Central para 2011 e 2012 em 4,5%, com tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais. Essa é inflação medida, naturalmente, como todos sabemos, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE em bases mensais.

O regime. Esse regime vem servindo bem ao País, tem ajudado a política econômica, a política macroeconômica, a coordenação das expectativas, a ancoragem das variáveis nominais na economia, que é um ponto importante para permitir o planejamento, as decisões de consumo e investimento de longo prazo. Vemos, quanto a esse regime, desde a sua criação, em 1999, como evoluiu a inflação — está representada nessa linha escura, azul —, o centro das metas e as bandas, a tolerância.

Vemos que, afora alguns períodos em que, de fato, a inflação escapa por razões diversas, esse regime permite que o Governo da época e, enfim, o Banco Central consigam trazer a inflação de volta para um processo de convergência. Vemos que, ao longo do tempo, esse regime tem contribuído para a estabilidade macroeconômica no País.

Estamos vendo a evolução recente. Nessa pequena tabela, na parte superior direita da transparência, do *slide*, observamos as expectativas de mercado coletadas por aquele sistema que o Banco Central utiliza toda

a semana. Vemos a inflação para 2011. O dado está atualizado levando-se em conta a última pesquisa Focus, de segunda-feira passada. A expectativa de inflação para 2011 está na casa dos 6,37%; para 2012, 5%; para 2013 e 2014, mais a longo prazo, está cravada, no centro da meta, em 4,5%. Vemos, no gráfico, a inflação corrente acumulada em 12 meses, tocando o índice de 6,37%.

Conseguimos manter a inflação estabilizada dentro das metas, girando ao redor do centro da meta de inflação com uma política monetária, com ciclos monetários ao longo do tempo, e podemos ver que, de fato, as taxas de juros de mercado têm baixado consistentemente desde 2001, ainda que oscilem em torno de uma trajetória. Essa oscilação indica os diversos ciclos monetários por que passa a economia, mas a trajetória das taxas de juros de mercado é claramente descendente.

Portanto, conseguimos manter a inflação estabilizada ao redor da meta, ao longo do tempo, afora alguns episódios, com uma taxa de juros de mercado declinante. A taxa de juros real também é declinante. Cresce nos ciclos monetários, como é o caso desse ciclo, mas com uma trajetória consistentemente declinante ao longo do tempo.

Política creditícia. Vou expandir rapidamente a questão do acesso ao sistema financeiro. Nós não temos metas de crédito. Temos o objetivo de ampliar, ao longo do tempo, a oferta e o acesso da população ao crédito e ao sistema financeiro, mais amplamente falando, mas não há metas formais nesse sentido. Tem havido progressos importantes no aprofundamento do mercado de crédito, assim como no sistema financeiro em geral.

Por meio de uma moderna regulação prudencial, a ideia é sempre que o Banco Central procure garantir expansão de crédito sem comprometimento da estabilidade financeira.

Acesso a serviços financeiros. A tabela 14 é interessante, pois mostra como evoluiu o número de contas, de clientes bancários, de agências, de postos de atendimento. No final dessa tabela, vemos que, hoje, 100% dos Municípios brasileiros, os 5.566, são atendidos com serviços bancários em alguma dessas modalidades.

Vemos alguns números impressionantes. Contas do sistema bancário. Em 2002, eram 55 milhões e 700; hoje, são 90 milhões e 600 contas.

Em termos de clientes, um conceito mais abrangente, eram 87 milhões e 600 mil clientes em 2002; hoje, são 161 milhões clientes do sistema financeiro, quase o dobro. Isso é muito importante, cria condições econômicas, amplia o acesso ao sistema financeiro, às condições econômicas.

É importante também do ponto de vista da própria política monetária. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao sistema financeiro, tanto pelo lado do crédito quanto pelo lado dos instrumentos de investimento e poupança financeira, tanto mais eficaz tende a ser a nossa política monetária. Por exemplo, agora, no ciclo de aperto em que estamos, cria-se um incentivo para o poupar, que vai ser mais bem remunerado nas suas aplicações financeiras. Se quiser adiar o consumo, moderar o consumo presente para consumir mais adiante, este é o momento de fazê-lo, em que o rendimento das aplicações financeiras está em elevação, em função da política monetária.

É igualmente um aspecto importante. Eu acho que devemos olhar o sistema financeiro não só pelo lado do acesso ao crédito, mas também pelo lado das oportunidades de investimentos financeiros, em parti-

cular no momento em que a remuneração desses investimentos se eleva. São 31 milhões de pessoas com acesso ao crédito bancário, um crescimento bastante forte ao longo do período, com novos entrantes. São oportunidades, geram algumas questões a que o Banco Central tem que estar atento, como regulador, para que esse crescimento se dê em bases sólidas e trate de questões que não coloquem em risco a estabilidade financeira. Esse é o nosso papel. Temos atuado de forma ativa nessa matéria.

Aqui nós temos uma ideia da participação do crédito sobre o Produto Interno Bruto. O que nós vemos é que, desde, por exemplo, 2002, 2003, o crédito era um quarto da economia, 25% do PIB; hoje, está perto de 50% do PIB. Nós vemos a importância desse segmento da economia, desse canal de transmissão da política monetária. O mercado de crédito, de fato, cresceu bastante em relevância econômica e em importância para o País.

Isso tudo se dá com segurança. Esse gráfico expressa a reserva de capital dos bancos. Aquela linha vermelha representa o que é cobrado hoje. Isso está mudando lá fora, mas, atualmente, o requerimento de capital de Basileia cobra que 8% dos ativos de um banco têm que estar em reserva de capital. O nosso requerimento sempre foi maior, na faixa de 11% — é o que representa a linha verde.

As barras azuis indicam a média do colchão de capital do sistema. Está acima do mínimo. Tem-se mantido acima, com certa folga. Isso demonstra que esse crescimento, essa expansão, esse acesso é possível, como vimos por meio dos números, e que é possível fazê-lo com segurança, como tem ocorrido no País.

Em relação à política cambial, vou focar dois aspectos: o regime de câmbio flutuante e a política de acumulação de reservas internacionais.

A taxa de câmbio está expressa em vermelho, na escala do lado direito. Nós vemos que o câmbio tem flutuado, por razões de fundamentos na economia brasileira, que melhoraram ao longo do tempo, mas também por outras questões relacionadas aos fluxos de capitais, enfim, à política de outros países, o que vou explorar mais adiante, quando abordar os desafios de curto prazo. Eu queria demonstrar aqui que o câmbio tem seguido o regime flutuante.

Em azul, nós vemos as intervenções do Banco Central, ou seja, as aquisições no processo de acumulação de reserva. Estamos formando esse colchão de liquidez, que, certamente, foi muito útil naquele período da crise. Vemos as barrinhas azuis abaixo da linha zero. Foi o momento em que o Banco Central virou a intervenção, o País começou a dar liquidez para o mercado, para as suas empresas, para os seus ex-

portadores, para fazer a ponte quando secou o crédito internacional, quando não havia recursos disponíveis para a economia brasileira, para o setor exportador, para as empresas que captaram lá fora. Nós acabamos provendo essa liquidez, o que gerou essas intervenções de venda de moeda estrangeira naquele momento, mas logo em 2009 recompusemos a política de aquisição, política que está sendo mantida.

Volume das reservas. Hoje, são 328 bilhões de dólares que temos em reserva. Houve uma grande acumulação, desde 2004 mais especificamente. Serviu bem ao País.

Podemos comparar este nível de reserva, 328 bilhões, com o dos países que compõem o BRIC, com o de países comparáveis ao Brasil, nós veremos. A última barra, que é a barra do Brasil, mostra a proporção entre reservas internacionais e o tamanho da economia, o Produto Interno Bruto. O que vemos é que a Índia tem cerca de 20% do PIB como volume de reservas internacionais, como colchão de liquidez; a Rússia, cerca de 32% do PIB; a China, cerca de 47% do PIB. O índice do Brasil, a despeito de estar fazendo um colchão de liquidez importante, é de 14,4%, gira em torno de 15% do PIB. É um nível mais moderado, em relação ao desses países.

Os benefícios das reservas internacionais. Nós vimos o custo de carregamento nas primeiras transparências. Em relação aos benefícios, as reservas funcionam como um seguro, garantem a rolagem de empréstimos externos em períodos de maior estresse, impedem o contágio do sistema financeiro doméstico, como foi o caso, de fato, em 2008, 2009; geram menor impacto sobre a atividade econômica quanto a emprego e renda. No caso, nós fomos um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela, o que demonstra a importância da reserva naquele momento.

Isso permite que a política monetária e, mais amplamente, a política macroeconômica sejam anticíclicas ou contracíclicas. No momento em que há o choque externo, pelo fato de o setor público ter uma posição credora em divisas, em moeda estrangeira, o primeiro impacto, com a desvalorização, como foi o caso em 2008, é melhorar a situação fiscal ou a situação patrimonial do setor público. Isso sugere um espaço para fazer política anticíclica, reduzir juro, ampliar gastos, expandir o crédito interno, sem colocar em risco a estabilidade financeira, a estabilidade econômica, justamente porque há esse espaço.

Cortou-se aquele círculo vicioso de uma desvalorização cambial gerar dúvidas em relação à capacidade de pagamento da dívida, e mais desvalorização, na realidade tendo o Governo que, em momento de

estresse, de maior dificuldade na economia internacional, subir juros, aumentar o fiscal. Política pró-cíclica, como acontecia no passado, isso foi superado, muito em função dessa posição líquida credora no setor público brasileiro, em moeda estrangeira.

Também ajuda a ampliar a confiança no câmbio flutuante, amplia a sustentabilidade das contas externas e, como eu mencionei, funciona como um estabilizador automático da dívida líquida do setor público, o que eu vou considerar mais adiante.

Dívida externa líquida. Esse gráfico mostra, a partir de 2007, posição credora, dívida externa líquida do setor público negativa. Isso quer dizer que nós somos credores líquidos de moeda estrangeira.

O comércio avança. A corrente de comércio já supera a casa dos 400 bilhões, quando somamos exportações e importações. As exportações têm evoluído mais que as importações no Brasil, nós continuamos com superávit na balança comercial. Essa história se dá no meio de um país com regime de câmbio flutuante, com a moeda de apreciando, com constituição de reservas, ao longo do tempo, nas proporções que vimos agora há pouco.

O crescimento das exportações é sempre uma preocupação. A despeito da força relativa da nossa moeda ou, de outra forma, da fraqueza global do dólar, o que já vem de algum tempo, no primeiro trimestre de 2011, em comparação com o primeiro trimestre de 2010 — está sendo considerada só a evolução da exportação em quantidade, não o efeito preço —, as exportações cresceram 3,6%. A história da quantidade exportada é dominada por semimanufaturados, mas também os manufaturados cresceram 4,5% nesse ambiente. Enfim, o comércio exterior está dinâmico no País.

Conta corrente. Nós temos uma conta corrente de 2,3% do PIB de déficit. Esse foi o valor que fechou o ano de 2010, é o valor acumulado em 12 meses, na posição de março de 2011. Isso demonstra que havia expectativas de que, em função da economia global, em função da posição do País, teríamos um alargamento do déficit de conta corrente este ano.

Todas as revisões que estão sendo feitas nas projeções de conta corrente têm sido de melhora da conta corrente. Havia uma projeção inicial de que a conta corrente fosse para 3% do PIB. Nós estamos vendo que está em 2,3% ainda, e está caminhando mais para 2% do que para 3% do PIB o déficit de conta corrente, déficit esse que é altamente financiado, por exemplo, pelo investimento estrangeiro direto.

O investimento estrangeiro direto fechou o ano passado com déficit de conta corrente de 2,3% do Produto. Um investimento direto de 2% do produto se equilibrou, e, neste ano, acumulado até março de 2011,

nós temos 2,8% do PIB de investimento estrangeiro, meio ponto do PIB acima do déficit de conta corrente. Então, o déficit de conta corrente é amplamente financiado inclusive pelo investimento estrangeiro, que é um fluxo de capital mais estável ao longo do tempo.

Efeitos fiscais da política monetária. Eu vou tratar de dois grandes temas, principalmente do primeiro, redução do custo de rolagem da dívida pública ao longo do tempo, e alongamento do perfil de vencimentos da dívida mobiliária do Tesouro Nacional.

Esse é o quadro da dívida líquida em proporção do PIB. Nós vemos consistentemente desde 2002, para não ir muito para trás, a redução da participação da dívida líquida sobre o Produto Interno Bruto. Está, em março de 2011 — o último dado que eu trouxe para os senhores e para as senhoras —, em torno de 40% do PIB.

Essa evolução da dívida líquida se dá ao longo do tempo, como mencionei. A política monetária vem sendo conduzida entregando a meta para a inflação dentro de um ambiente de redução consistente ao longo do tempo, os juros nominais, os juros reais, afora os ciclos monetários, mas oscilando numa tendência claramente declinante ao longo desse período. Vemos os juros nominais pagos pelo setor público também declinantes ao longo de todo o período considerado nessa transparência.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. O que afeta a dívida líquida do setor público? Considerei fatores selecionados. Obviamente há arrecadação do primário do outro lado, mas só para ver alguns fatores que nós sempre temos em mente e que têm a ver com as políticas do Banco Central. Aqui estou prestando contas a respeito delas. Basicamente os principais fatores condicionantes de aumento ou diminuição da dívida são a taxa SELIC, a variação cambial e a inflação. Sabemos que essa taxa é um fator, é a base da remuneração da dívida, e não necessariamente a taxa SELIC, mas responde a taxa SELIC, que está aí representada em vermelho. Então, responde por uma parte significativa do aumento da dívida líquida do setor público.

Quero mostrar também que a variação cambial tem afetado a nossa posição credora. Vemos que, em relação a 2008, a barra verde está abaixo da linha zero, o que indica que o câmbio reduziu a dívida líquida do setor público. Quando houve a desvalorização cambial em decorrência da crise, a situação patrimonial do setor público brasileiro melhorou. Isso dá condições de se adotar no País, naquele momento, uma política macroeconômica de expansão do crédito, de redução de juros, de aumento do gasto público, em função dessa característica hoje das finanças públicas brasileiras.

Nesse gráfico, há uma parte amarela, que diz respeito à inflação. A inflação também é um fator importante para aumentar a dívida líquida do setor público. Se a SELIC for baixa, insuficiente para fazer com que a inflação fique estabilizada, não escape do controle, nós certamente veremos aquela barra amarela subindo, trazendo como consequências, por exemplo, o aumento da dívida líquida do setor público.

Então, temos que controlar esses fatores. Obviamente, o objetivo do Banco Central é fazer com que a inflação converja para a meta de inflação. Temos essas políticas, tanto a cambial quanto a monetária, que são

políticas do Banco Central. Isso é só para ilustrar os fatores condicionantes da base, que tem relação com o que fazemos lá no Banco Central.

A composição da dívida do setor público. Na segunda linha, índice de preços, uma fatia considerável, 30% na posição mais recente, de 11 de março de 2011. A prefixada, 35%. O índice de preços, 29,8%, 30%. A pós-fixada, 33%. E há os outros fatores menores em relação à dívida mobiliária.

Custo médio da dívida mobiliária interna, também ao longo desse período. Já é um período mais recente, de 2006 para cá. Mostra-se uma redução ao longo do tempo, uma tendência de redução.

Esse também é um enfoque por meio do qual podemos ver o custo fiscal das políticas, da política monetária, da política macroeconômica. Assim que o País evolui e reduz o risco macroeconômico, isso é refletido, por exemplo, no risco soberano, medido pelo *default* de crédito. Vemos uma redução pronunciada do Risco País ao longo do tempo. Isso permite que o setor público, por exemplo, capte a custos menores no mercado internacional, mas também permite que as empresas brasileiras financiem a um custo menor, já que o Custo Brasil, o prêmio de Risco Brasil vem diminuindo consistentemente ao longo do tempo, muito em função das nossas políticas macroeconômicas, incluída aí a política monetária.

Desafios econômicos de curto prazo. Em nossa opinião, na opinião do Banco Central, são dois. Eu recentemente falei sobre isto, e volto nesta prestação de contas a enfatizar: fazer a inflação convergir para o centro da meta, mesmo diante do forte aumento dos preços das *commodities* agrícolas, do petróleo, ambos no contexto internacional, e das pressões inflacionárias internas. Esse é um desafio. O Banco Central está endereçando esse desafio nesta administração, certamente vem endereçando isso desde janeiro.

O segundo desafio é lidar com esse intenso fluxo de capitais estrangeiros, que, em nossa opinião, são inflacionários, dependendo do volume. Isso não quer

dizer que o Brasil não precise de capitais estrangeiros ao longo do tempo. Nós somos um país aberto ao capital. Nós vimos aí como o investimento estrangeiro direto evoluiu ao longo do tempo. Nós temos uma série de desafios em que esse capital será importante.

Agora, a depender da intensidade, esses fluxos trazem desafios. O primeiro deles é a inflação. Por quê? Porque eles servem de combustível para rápida expansão interna do crédito. Isso vira liquidez interna, expande o crédito numa velocidade maior do que deveria no momento em que se precisa de moderação e também impacta diretamente o preço dos ativos. Há mais dinheiro em reais, em função dessa liquidez ampla que entra no País, e isso vai refletir em preços de ativos, imóveis, terras etc., inclusive na taxa de câmbio, que é um ativo. A taxa de câmbio responde aos fundamentos econômicos, mas, em determinado momento — nós vimos isso no País —, ela também tem o impacto dessa liquidez global que está aí à procura de retorno e que, de certa forma, vem entrando no País nos últimos tempos.

Inflação corrente. Há um gráfico por meio do qual se pode mostrar rapidamente a V.Exas. como está o quadro da inflação corrente no mundo. Aqui, o acumulado em 12 meses, em março, considerando uma fonte única. Nós vemos primeiro os BRICs: Rússia, com 9,5% de inflação ao consumidor; China, com 5,4% de inflação acumulada, inflação corrente; Índia, com 8,8% de inflação, preço ao consumidor. África do Sul, 13,7%. Indonésia, 6,8% de inflação ao consumidor. Reino Unido, inflação de 4%, preço ao consumidor. Zona do euro, com uma inflação de 2,7%. Os Estados Unidos, também com o mesmo nível de inflação, 2,7%.

É um conjunto de países que têm economia comparável à economia brasileira. Percebe-se uma elevação, no momento, da inflação corrente. Isso, no caso dos emergentes, tem relação com o preço das *commodities* agrícolas. Alimentos, por um lado, pesam mais quanto aos índices. Isso tem a ver também com aquecimento. Foram economias que saíram mais rápido da crise, que, em 2010, já estava com uma expansão forte.

Isso tem a ver também com o aquecimento da economia nos países emergentes e tem a ver, mais recentemente, com os preços da energia, do petróleo. O choque mais recente atinge não só os emergentes, mas também, em cheio, os países desenvolvidos, pois a energia pesa mais na cesta do consumidor dessas economias, digamos assim, mais maduras.

Em relação às expectativas de inflação para 2011, também com a mesma base, esperada pelos respectivos mercados, para a Rússia, 9,1%; para a China, 4,6%; para Índia, 8%; para África do Sul, 4,7%; para Indoné-

sia, 6,7%; para o Reino Unido, 4,1%; para a Zona do Euro, 2,4%; para os Estados Unidos, 2,7%.

Então, temos aí o quadro das expectativas de inflação para 2011. É um quadro de expectativa de inflação elevada, de maneira geral refletindo o que vem ocorrendo com a inflação corrente e o desafio que os países e os seus respectivos bancos centrais têm pela frente, para fazer com que essa inflação baixe num período com um horizonte um pouco mais largo.

Países com metas de inflação. Regimes análogos ao regime de política monetária que temos no Brasil. Então, vamos ver em vermelho primeiro os países que estão acima do nível de tolerância das suas metas. Temos a Zona do Euro, que está acima do nível de tolerância, a inflação, como nós vimos, está em 2,7%; o máximo que eles almejam é ligeiramente abaixo de 2%. Então a inflação está acima. O Reino Unido tem uma meta de inflação de 1%, com uma banda de mais ou menos 1%, e a inflação está em 4%, ou seja, está acima da banda.

Turquia, Israel, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Chile, esses países estão com a inflação corrente acima da meta de inflação para 2011. Nós temos aqueles países que estão acima da meta e dentro da tolerância, em verde: Suécia, Hungria, República Tcheca, Polônia, África do Sul, Coreia do Sul, Filipinas, Canadá, México, Colômbia, Peru, Brasil. Então, são esses os países que têm inflação acima do centro da meta, acumulada em 2011 em relação à meta, mas estão ainda dentro da tolerância. Abaixo da meta há dois países: Noruega e Suíça.

E aqui temos países que não possuem metas explícitas de inflação, mas que estão com a inflação elevada. São países de relevância econômica. Temos a China, a Rússia, a Índia e os Estados Unidos também com uma inflação elevada, ainda que não tenham o regime, mas, se tivessem, certamente estariam por cima de suas metas de longo prazo.

Ouvindo o caso do Brasil, nós temos o preço das *commodities*. É uma parte importante para explicar a elevação da inflação, não só no caso do Brasil, mas os emergentes, como mencionei agora há pouco. Nós temos, de julho de 2010 a abril de 2011, a evolução dos preços de *commodities* medidas pelo ICBR. Esse é o índice de *commodities* feito pelo Banco Central, que pega o preço internacional das *commodities* e traduz isso para nossa cesta de consumo do índice de preços ao consumidor.

Então, nós vemos uma aderência muito grande entre o que acontece aí e o que vai bater na inflação de IPCA ali na frente. Isso dá 78% de julho de 2010 a abril. O preço das *commodities* em reais e em dólares também apresenta uma evolução de 56% de julho de

2010 a abril de 2011. Nós vemos uma viradinho em ambos os casos, uma viradinho na ponta em relação ao preço das *commodities*.

A nossa história tem *commodity*, mas também tem uma economia que cresceu fortemente em 2010 e ainda continua em ritmo bastante dinâmico e bom, e isso se reflete, entre outras coisas, na inflação do serviço. A inflação do serviço tem a ver... No Brasil, está girando, no acumulado de 12 meses, acima da inflação medida pelo IPCA. Isso não é novo, não é de hoje e tem a ver com aspectos estruturais da economia brasileira, onde 30 milhões de pessoas ingressaram na classe média e demandam serviços. Isso tem um impacto importante sobre o preço dos serviços, mas também existe a questão conjuntural de uma economia aquecida, por isso que estamos no Banco Central tratando de conter as pressões inflacionárias e de fazer a inflação convergir para a meta em 2012. O centro da meta é de 4,5%.

A evolução do IPCA. Nós temos aqui, ao longo do tempo, limite superior e a meta central. Como mencionei, no nosso regime, a cada 31 de dezembro verificamos se a inflação está na meta, fora da meta, enfim, há toda uma governança estabelecida, uma institucionalidade do regime de metas da inflação. Essas são as metas para cada um desses períodos, entrando também no futuro, 2011, 2012.

Nós temos a evolução da inflação ao longo do tempo e vimos que ela cumpriu as metas nos meses de dezembro de cada ano. Daqui para a frente, estou considerando a expectativa de mercado atualizada, publicada segunda-feira pela Pesquisa Focus, que demonstra expectativa de inflação para 2011, como mencionei anteriormente, de 6,37%, ou seja, um pouco abaixo do limite superior da meta, mas acima do seu centro, convergindo para 5% em 2012, ligeiramente acima do centro, mas bem dentro do intervalo de tolerância para esses 2 anos.

Sobre medidas de combate à inflação, nós tivemos três reuniões e aumentamos a taxa de juros de 125 pontos. Há um esforço importante do Governo. O primeiro corte nos gastos é de 50 bilhões, e o primário é de 117. E os resultados, até o momento, têm sido bastante positivos em relação ao cumprimento da meta de superávit primário para o ano de 2011, inclusive com um resultado fiscal bem mais forte do que foi no ano passado, contribuindo seguramente com o esforço de combate à inflação.

Há uma série de medidas macroprudenciais que visam à estabilidade financeira e têm repercussões sobre a demanda, que foram colocadas. Uma série de medidas, no final do ano passado, aumentou o requerimento de capital para o financiamento ao consumo,

dando mais segurança para as operações, mas gerando também impacto sobre o crédito concedido para o financiamento ao consumo.

Depósitos compulsórios. Também foram retirados, no final do ano, cerca de 80 bilhões, num total de 200 bilhões retirados no pós-crise. Portanto, essa liquidez que estava no sistema financeiro voltou para o Banco Central.

Há algumas outras medidas, que vou listar aqui rapidamente: a questão do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que sobe para 15% em junho de 2011 e 20% em 1º de dezembro de 2011. Essa é uma medida importante, uma medida prudencial, que visa conter riscos de superendividamento, uma vez que o financiamento no cartão de crédito é concedido a taxas bastante elevadas. Então, aumenta-se o pagamento mínimo da fatura nesse cronograma.

Efeitos das medidas macroprudenciais. Já houve efeitos importantes sobre as linhas de financiamento. Se examinarmos as concessões de crédito na margem e os dados mais recentes de março de 2011, comparados ao dado de pré-medida de novembro de 2010, veremos que há uma retração da concessão. Quando se analisa o estoque, observa-se que ele vai crescendo, principalmente porque a taxa de juros está crescendo. Mas, quando se analisam as concessões, vemos que há uma contenção das concessões, o que é importante neste momento, e as medidas têm mostrado sua força.

Em relação aos fluxos de capital, vou falar rapidamente. Esse é o fluxo acumulado em 12 meses, que está na faixa dos 170 bilhões (fluxo bruto). Temos aqui dois tipos de fluxo, renda fixa e ações, que têm mostrado moderação ao longo do tempo. Renda fixa foi objeto de IOF de 6% no ano passado. Essa linha vermelha mostra uma certa moderação no ingresso líquido.

Em relação aos fluxos que cresceram mais, nos últimos tempos, em preto está o investimento estrangeiro, que cresceu fortemente desde o final do ano e vem crescendo com bastante força no início de 2011. Temos também os títulos privados e empréstimos, ou seja, as captações de empresas feitas diretamente no exterior e as captações de bancos também cresceram muito fortemente.

Os volumes de ingresso desses capitais montam em 54 bilhões em 2011, no período de janeiro a abril. Podemos ver a força desse ingresso no início do ano, se comparado a anos anteriores. Aí nós vemos algumas modalidades, como títulos privados e empréstimos, na faixa de 30 bilhões nesses 3 meses; no ano passado, eram 14 bilhões; em 2009, era negativo; em 2008, era pequeno.

Constatamos que alguns fluxos cresceram muito e muito rapidamente, gerando preocupações relativas a impactos inflacionários e também a possíveis riscos para a estabilidade financeira. No dia em que as políticas lá fora se reverterem e esses fluxos saírem do País, poderão potencialmente gerar riscos para a estabilidade financeira. É disso que estamos cuidando de tratar também no Banco Central, para mitigar, reduzir e minimizar esses riscos.

Esse é o saldo do balanço de pagamentos. Peguei 3 meses só para ilustrar o que eu estava dizendo. São 35 bilhões de dólares que entraram liquidamente no País nos 3 meses, comparados a 24 bilhões de dólares que ingressaram em todo o ano passado. Analisando esses 3 meses, vemos o mês de abril como produto do ambiente internacional, mas também das medidas tomadas, moderando bastante esse saldo líquido do balanço de pagamentos, quero crer também que em função das medidas que foram tomadas, sobretudo das medidas sobre captações diretas de empresas e captações de bancos lá fora.

Isso tem uma outra implicação para a política monetária, que é fazer com que as condições monetárias que prevalecem no País tenham mais efetividade de atuar sobre a demanda agregada e sobre os preços, porque, com um fluxo menor de captações diretas lá fora, reduz-se esse vazamento da política monetária, ou seja, nós apertamos as condições aqui, e bancos e empresas vão buscar dinheiro supostamente mais barato lá fora, na presunção de que não há risco cambial, quando, na verdade, há.

Com essas medidas e com a redução desses fluxos, nós temos também trazido mais efetividade e tração para a política monetária em curso no País.

Como uma das medidas para lidar com o excesso de capitais, temos as intervenções. Eu demonstrei a acumulação de reserva ao longo do tempo, mas temos também as medidas macroprudenciais, a adoção de compulsório sobre posição vendida de câmbio, o que foi importante, além do aumento do IOF nos ingressos de capital.

Aqui estão algumas medidas selecionadas sobre a renda fixa, sobre o recurso para composição de margem no mercado de derivativos, mas sobretudo este último sobre os empréstimos e títulos com maturidade inferior a 720 dias, ou seja, captações de curto prazo que vinham sendo feitas lá fora.

Só para fechar, temos a última transparência. Falamos da prestação de contas propriamente, das nossas políticas, dos desafios de curto prazo. A visão do Banco Central é que o País tem excelentes

perspectivas futuras, perspectivas de crescimento forte e sustentável nos próximos anos, ampliação da

classe média, um processo que se intensificou e continua aumentando. Há ainda a questão do bônus demográfico, ou seja, mais pessoas no Brasil em idade ativa em relação a inativos e indivíduos fora da idade mais produtiva. Isso gera uma maior capacidade de poupança e maior produtividade na economia até 2025, mais uma década e meia. Por isso, é importante aproveitar essa fase. Certamente, nós no Brasil aproveitaremos esse período de bônus demográfico.

Há diversas oportunidades de investimento, como exploração na camada do pré-sal, ampliação e modernização da infraestrutura, vastas reservas de *commodities* de minerais, potencial de ampliação da área cultivável, incremento da produção agrícola e eventos esportivos já definidos para 2014 e 2016. Essas são perspectivas que certamente tornam o País muito atrativo. Nós devemos aproveitar ao longo dos próximos anos essas excelentes perspectivas.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Estou à disposição dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo)

- Sr. Presidente do Banco Central, esta Presidência no mínimo pode dizer a V.Exa. que se sente tranquila após ouvir sua brilhante exposição, segura, coerente, prudente, pois vem de um técnico de sua grandeza, criado no Banco Central, com uma formação extraordinária. Esta Comissão certamente se sente muito lisonjeada em receber V.Exa.

Por isso, sem mais delongas, vamos iniciar com a palavra da Mesa. Peço inclusive que nós tenhamos rapidez nas intervenções, por força da multiplicidade de inscrições. O Presidente Tombini responderá a todas as indagações desta Comissão.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso querido Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Peço ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para me suceder nesta Presidência. Tenho audiências na Presidência da Comissão Mista de Orçamento e devo receber outras autoridades. Assim, peço a V.Exa., Senador Delcídio do Amaral, que comande esta reunião. Tenho certeza de que ela estará sob comando muito melhor do que o meu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Com a palavra o Deputado Cláudio Puty. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Bom dia, Sr. Presidente; saudações, Senador Vital do Rêgo, Senador Delcídio do Amaral.

Sáudo o nosso Presidente do Banco Central, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados, Senadores e Senadoras presentes, assim como os membros

da Diretoria e técnicos do Banco Central, senhoras e senhores da imprensa.

Sua apresentação, Presidente Tombini, como disse o Senador Vital do Rêgo, nos deixa muito tranquilos em relação ao rumo que o Banco Central tem dado à condução da política monetária no Brasil. Deixa-nos mais tranquilos à medida que percebemos que há total afinação, total harmonia entre os distintos Ministérios do Governo Dilma.

Há poucos dias, estivemos aqui com a Ministra Miriam Belchior, que obviamente discorreu sobre a LDO e falou muito de política fiscal, mas, no que se refere a aspectos da política monetária, percebemos que há uma grande sintonia entre os diversos Ministérios do Governo. Como nós sabemos que na história dos governos brasileiros nem sempre foi assim, isso nos permite crer que o nosso risco de prêmio esteja sob controle, ou seja, há um grau de harmonia entre as metas fiscais e monetárias do Governo brasileiro.

Eu diria que nós vivemos tempos interessantes no Brasil e gostaria de fazer algumas perguntas associadas a isso.

Não obstante o crescimento do IPCA nos últimos meses, nós temos uma queda no IGP, se eu não me engano. Nós produzimos um gráfico sobre o IGP e o IGPM de fevereiro a abril. Em fevereiro, o IGPM era de 1%; em março, 0,62% e em abril, 0,45%. Obviamente, o IGPM não é o índice utilizado para as metas de inflação, mas gostaria de saber se, de uma maneira ou outra, essa queda refletiria algum previsor futuro no que se refere a comportamento de preço ao consumidor, à medida que o IGP é um indicador mais amplo do que o IPCA. Talvez isso já seja efeito das medidas de controle da inflação.

Em relação às medidas macroprudenciais, gostaria que V.Exa. avaliasse o seguinte. Apesar do aumento do requerimento de capital, apesar das outras medidas macroprudenciais tomadas, nós ainda temos um boom de crédito no Brasil, talvez associado à enorme inclusão social proporcionada pelo nosso Governo. Nos últimos 3 meses, mesmo com as restrições aqui elencadas, tivemos a variação percentual de 2,7%, e as operações de crédito para pessoa física nos recursos livres tiveram participação expressiva, com aumento de

3%. E, nos 12 meses, ocorreu variação nominal de 20% no crédito, mesmo em situação de restrição monetária. Temos, como eu disse, tempos interessantes. Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso.

Em uma reunião alguns meses atrás, na Comissão de Finanças e Tributação, tivemos a honra de receber a Diretoria do Banco Central e tratamos do custo de carregamento das reservas. Foi mencionado, *en passant*, eu diria, que obviamente há um processo

de esterilização das reservas e parte disso envolveria oferta de moeda, no que se refere à ampliação da base da monetária.

Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre se há, no processo de esterilização das reservas, aumento da oferta monetária obviamente por parte do Banco Central, e se isso poderia ser também um dos elementos de vazamento de fomento ao crédito, além do influxo internacional de capitais.

São essas as questões que eu faço no sentido de provocar o debate aqui, reafirmando a total confiança nos rumos da política monetária do nosso Governo.

Aqui deixo as minhas saudações e meus parabéns pela tranquilidade, prudência e seriedade com que o Banco Central tem conduzido a política monetária do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Vou passar agora a palavra ao Deputado Carlos Brandão.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Bom dia.

Primeiro gostaria de cumprimentar o nosso Presidente Alexandre Tombini, que fez uma bela exposição. Cumprimento também o Presidente Delcídio, os Deputados e Senadores.

Quero fazer apenas uma colocação que nos preocupa muito, Presidente Alexandre: é sobre a questão do câmbio. Nós nunca tivemos, na história do Brasil, um câmbio tão baixo, e isso nos preocupa. Por um lado, isso é bom para o consumidor, que sai daqui para o exterior para fazer compras, para passear. No entanto, os exportadores, que vendem em dólar, estão tendo um imenso prejuízo, o que termina preocupando.

Estamos, de certa forma, ansiosos, aflitos, por saber até quando a moeda americana, uma moeda sólida, mesmo com os problemas orçamentários, imobiliários, toda essa questão que houve nos Estados Unidos, até quando isso vai durar ou se isso não é uma bomba-relógio. Qual é a sua preocupação quanto ao que isso pode comprometer a inflação aqui no Brasil?

Essa é a nossa preocupação. Para os consumidores, está muito bom lá fora, mas os exportadores estão sofrendo um problema sério, tendo prejuízos, e isso pode afetar sensivelmente a nossa balança comercial. Gostaria que V.Exa. nos dissesse de que forma o Banco Central está se preocupando com essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Deputado Carlos Brandão.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG -

Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral. Quero cumprimentar V.Exa., assim como cumprimento o Deputado Cláudio Puty e o Deputado Carlos Brandão.

De forma muito especial, cumprimento o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, e todos os Parlamentares aqui presentes, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

Quero compartilhar com os oradores que me antecederam a confiança em relação à condução da política monetária realizada pelo Banco Central nos últimos anos, o que trouxe estabilidade econômica ao Brasil.

Eu quero ser muito breve ao fazer duas indagações. Uma das características marcantes dos dois últimos Governos, especialmente o segundo Governo do Presidente Lula, foi ter conseguido aliar crescimento econômico com geração de milhões de postos de trabalho, redução da pobreza, redução das diferenças sociais e das diferenças regionais com o controle da inflação. E o que nós percebemos é o aumento da pressão inflacionária, especialmente em função do aumento do preço do petróleo e das *commodities*, o que tem levado o Banco Central a aumentar a taxa de juros. Isso pode vir a comprometer o crescimento econômico. A pergunta que faço é: como compatibilizar crescimento econômico, importante para o País, com combate à inflação?

Segunda questão: na sua apresentação, V.Exa. mostra que, no primeiro semestre de 2010, o resultado positivo do Banco Central, repassado ao Tesouro, foi de 10,8 bilhões de reais, e no segundo semestre foi de 4,9 bilhões de reais, ou seja, menos da metade do resultado do primeiro semestre. Que fatores econômicos levaram a uma diferença tão grande em relação aos resultados do primeiro para o segundo semestre de 2010?

São esses os questionamentos que faço, cumprimentando mais uma vez o Presidente Alexandre Tombini pela sua apresentação e pela sua gestão à frente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Senador Rollemburg.

Eu só queria fazer um registro, meu caro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Primeiro, parabenizo V.Exa. pela didática, competente exposição e pela maneira equilibrada e serena com que vem conduzindo o Banco Central, tendo, mais do que nunca, a percepção nítida de que nós temos de combater a inflação e fazer com que o País continue se desenvolvendo, crescendo e distribuindo renda. Essa composição não é simples, não é fácil, mas eu tenho

absoluta convicção do papel que o Banco Central cumprirá exatamente no sentido não só de controlar a inflação, mas de manter o crescimento do País e a distribuição de renda.

Eu só quero fazer duas perguntas a V.Exa. Lendo o último relatório do COPOM, observamos que a questão da taxa de juros volta com destaque. A pergunta é: os juros voltaram novamente à ribalta, uma vez que nós temos visto que as medidas macroprudenciais estão fazendo efeito e são alternativas importantes para combate da inflação?

Segundo ponto: no ano passado, se eu não estou equivocado, nos meses de junho, julho e agosto a inflação foi próxima a zero. A partir do momento em que esses três meses saírem da anualização, o pico anualizado ficará dentro da banda, ou seja, entre os 4,5% e os 6,5% previstos pelo sistema de câmbio flutuante adotado pelo Banco Central para economia brasileira?

São essas as duas perguntas. Se todos estiverem de acordo, eu gostaria que o Presidente Tombini respondesse às perguntas da Mesa e, em seguida, abriríamos para o Plenário, para os inscritos, e faríamos em blocos de cinco.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Sr. Presidente, não daria para neste bloco falarem mais uns três? É claro que advogo em causa própria, pois estou inscrito, sou o segundo e tenho que presidir a Comissão da Pessoa com Deficiência lá no Senado. (Risos.)

Se puder aumentar para mais uns três, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - O problema é que nós estamos com um enxame, com uma inflação de Comissões. E essa inflação está difícil de debelar.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Por isso é que temos de aplicar macroprudência...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Nós temos que adotar medidas macroprudenciais no Senado para fazer frente a essa inflação de Comissões e Subcomissões.

Eu sei que essa audiência pública no Senado é muito importante, especialmente para o Senador Lindbergh. Por isso, peço a V.Exas. que se abra somente essa exceção. Vou conceder a palavra para o Deputado Alfredo, que chegou aqui pontualmente às 10 horas, e depois para o Senador Lindbergh. Em seguida,

o Presidente Tombini responderá e, em seguida, faremos blocos de cinco Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Agradeço a V.Exa. e a todos os Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Se todos estiverem de acordo,... (Pausa.)
Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente Delcídio do Amaral, obrigado pela defé-
rencia.

Meus cumprimentos ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, às Sras. e aos Srs.

Deputados e Senadores. Eu considero que a economia tem três pilares onde tudo se sustenta: o pilar do câmbio, o pilar do juro e o pilar da tributação. V.Exa. está inserido em dois aspectos: juros e câmbio. Vou fazer, dentro disso, as minhas considerações e as minhas indagações.

A estabilidade, todos sabem, é uma conquista da sociedade. Não foi só implantada no Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, mas também foi o fator de sustentação deste atual Governo. Se nós não tivéssemos tido a estabilização econômica do Plano Real e a tomada de providências em paralelo, certamente não teríamos passado à margem dessa crise da forma como passamos.

Então, a dúvida da volta da inflação é algo que nos deve atormentar e preocupar a todos. A estabilidade não é uma conquista de um Governo ou de outro. É, realmente, uma conquista da nossa sociedade.

Outra situação é a do câmbio. Vemos, nas demonstrações, a situação de inflação de outros países, mas temos que levar em conta que aqui tivemos o impacto de *commodities*, que têm preços internacionais listados, mas aqui nós tivemos inclusive uma redução da nossa taxa. Ou seja, em vez de contribuir com a inflação, a taxa de câmbio, com a redução do valor do dólar, praticamente equilibrou a situação desse impacto que as *commodities* poderiam ter em cima dos preços.

Muitas vezes ficamos em dúvida se o Banco Central quer, de fato, manter o dólar estabilizado ou num patamar competitivo ou se, por outro lado, isso não é interessante. É absolutamente certo. Se nós tivéssemos um dólar de R\$1,90 ou de R\$2,00, o que seria razoavelmente competitivo para os nossos exportadores, principalmente em alguns setores, e refrearia também a importação de tantos outros produtos, isso seria impactante e, certamente, essa inflação, que está fora da meta, estaria ainda mais descentralizada.

Então, indago aqui o seguinte: a ata do COPOM, como já foi dito, sinaliza efetivamente que a inflação de 6,3% pode ir para 7% dos preços livres. Alega-se sempre que as *commodities* internacionais são o impacto, mas, na verdade, o que se vê é que os preços livres, os preços dos serviços é que têm impactado a inflação, porque as *commodities* têm refreado pelo

simples fato de que o dólar caiu de valor. Não é essa a função, não é essa a situação que vai fazer com que tenhamos a inflação fora da meta.

O Banco Central cumpre a sua obrigação, e às vezes fazemos a mesma indagação que fiz no ano passado para o Presidente do Banco Central e toda a equipe, quando debatímos o assunto do Banco Panamericano. O Banco Central está tão perto da Caixa Econômica Federal, e um não sabia que o outro tinha problemas. Às vezes indagamos: o Banco Central é uma instituição de Estado, está tão próxima da Fazenda, mas parece que não existe sintonia entre o Banco Central e a área econômica. O Banco Central tem todo o empenho em relação a taxa de juros e depósito compulsório para tentar segurar a inflação, e me parece que a área econômica não faz essa sintonia.

Eu fiquei abismado, por exemplo, quando vi o Ministro Guido Mantega no Senado, outro dia, usando um discurso que nós ouvimos no Plano Cruzado, de pedir aos empresários que segurem os preços. Ora, quando chegamos à situação de pedir preço ou começar a falar em controle de preços, aí a coisa vai para a linha do absurdo.

Outra coisa me preocupou muito. A pesquisa Focus apresenta todo o enredo de sinalização da inflação. Eu queria saber se procede a informação de que o Banco Central estaria mudando a forma, a metodologia de avaliação disso. Isso é preocupante. Em outras épocas, mudamos a forma de medir a inflação, ou seja, quebramos o termômetro para impedir a medição da temperatura do paciente com febre ou da temperatura do paciente da economia, que é a inflação.

Pergunto também outra coisa: nós aprovamos aqui o Fundo Soberano, e a indagação é a respeito de como V.Exa. vê a área econômica, o Ministério da Fazenda fazendo uma espécie de competição com o Banco Central sobre aquisição de moeda, que é, classicamente, uma atribuição do Banco Central, e não da Fazenda, no momento em que constitui um Fundo Soberano para comprar dólares e tentar frear a queda da moeda.

A situação do custo das reservas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Deputado Alfredo Kaefer, eu peço a V.Exa. que objetive as perguntas, porque há muitos Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Vou acelerar.

Sr. Presidente, dediquei muito tempo a esta audiência, porque eu tinha uma solicitação pessoal, mas vou tentar abreviar.

Ao custo de carregarmos essa reserva interna-
cional, até quando vamos suportar isso? Vinte e seis

bilhões sinalizam 60 bilhões de custo. Estamos comprando dólar, deixando o dólar lá fora, aplicando-o a 1% ou 2% e pagando aqui a taxa SELIC.

O Fundo Monetário e as instituições internacionais têm inclusive recomendado a países emergentes o controle de fluxo de capitais, e essa é uma indagação e uma preocupação que temos. Há uma tese acadêmica da época do Governo do meu partido, o PSDB, que preconiza o dólar flutuante. Seria melhor situação se estivéssemos em situações normais, mas esta era uma tese que valia no momento em que precisávamos de fluxo de capitais de entrada. Por que hoje nós continuamos insistindo com o dólar flutuante sem nenhum controle ou com pouco controle, apenas com o IOF, que apenas serviu para aumentar a arrecadação e não contribuiu com a freada da redução da moeda?

A China, por exemplo, há muitos anos faz controle de fluxo de capitais. Eu pergunto: há falta de investimentos naquele país? Outros países têm feito controles sistematicamente, de uma forma ou de outra, e nós apenas insistimos em comprar os dólares, interná-los aqui dentro, emitir títulos públicos, pagar taxa SELIC de 12% ao ano e deixar o dinheiro aplicado no Tesouro americano a 1%.

Eu teria muitas indagações, mas, em respeito aos demais colegas que também querem fazer suas indagações, reservo-me a isso. Acho que, se o Presidente responder dentro dessa linha, já estaremos satisfeitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS -Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, confesso, Presidente Tombini, que, por muito tempo, até no Governo do Presidente Lula, quando nós tínhamos possibilidade de discutir sobre o Banco Central, nossa postura era muito crítica.

Eu venho aqui pela primeira vez, neste último período, defendendo não uma mudança, mas um aperfeiçoamento da política monetária do Banco Central, a utilização de outras ferramentas, como medidas macroprudenciais e intervenções no câmbio.

Ao contrário do que disse o Deputado Alfredo Kaefer, eu acho que, pela primeira vez, nós temos tido uma ação articulada de todo o Governo no combate à inflação.

Eu quero inclusive citar o discurso da Presidenta Dilma em que ela diz que o Governo está atento a todas as pressões inflacionárias, venham de onde vierem, fazendo permanente análise delas e discutindo as causas da inflação.

Semana passada, na sexta-feira, houve autorização do Governo Federal para que houvesse a redução da participação do álcool na gasolina até 18%. É um instrumento de fora, preocupado com a inflação.

Eu quero falar também ao Deputado Alfredo Kaefer sobre o esforço fiscal. Na semana passada, nós tivemos a divulgação dos números do superávit, e eu sei que existe uma inquietação por parte do mercado sobre a dureza dessa consolidação fiscal, se iria acontecer de fato esse aperto fiscal.

Pois bem, foram 40 bilhões em um trimestre. Ultra-passamos a meta do quadrimestre. Eu falava inclusive a alguns Deputados e Senadores que o problema foi a farra fiscal do Governo do Presidente Lula. Ora,

o que fez o Presidente Lula no final do seu Governo? Medidas de expansão do crédito e desoneração tributária. Eu não vi ninguém defendendo que a desoneração do IPI, por exemplo, deveria acabar antes de março de 2010. E nós vemos concretamente, pelos números, que chegamos, em 2009, a 42% do PIB, a relação dívida/PIB; em 2010 caímos para 40%; em 2011, a previsão é 37%.

O nosso déficit nominal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, está em 2,6%, e a previsão para este ano é que chegue a 1,9%. Vale dizer que a Inglaterra está acima de 10%, e os Estados Unidos estão na faixa de 9% de déficit nominal. O que nos falta então? Um esforço fiscal coerente do Governo. Todos sabemos que o Governo aumentou a taxa SELIC.

Então, qual é a grande diferença? Este é o grande debate em que o Parlamento tem que entrar. O debate com alguns articulistas da imprensa e com o mercado se dá da seguinte forma: alguns acham que o Banco Central tinha que ter tomado uma postura mais forte, tinha que ter aumentado não 0,25%, mas 0,50% na última reunião do COPOM.

Eu quero parabenizar o Governo, neste momento, pelo esforço de combater a inflação, não só com a taxa SELIC, mas com vários outros instrumentos, com a preocupação também de não derrubar a economia, e isso ficou claro na fala da Presidenta Dilma no Conselho, ao mencionar dois de seus compromissos: combate à inflação e não derrubar a economia.

Por isso eu faço as seguintes perguntas, Presidente Tombini: quando discutimos o IPCA e os números da inflação, observamos claramente que houve uma diminuição do peso do preço das *commodities* e um aumento de serviços. Refiro-me aqui ao final de 2010, quando o IPCA estava em 5,9%, sendo que 2,3% correspondiam a alimentos e bebidas e 1,8%, serviços. Agora, aumentou para 2 pontos.

De fato, há uma pressão em cima de despesas pessoais, como serviços prestados por cabeleireiros

e empregadas domésticas. Há uma pressão também nos serviços educacionais, serviços sazonais. Mas a minha pergunta a V.Exa. é a seguinte: o que houve em relação ao relatório trimestral da inflação e essa ata do COPOM? O relatório trimestral da inflação apontava um caminho. Ele falava centralmente das medidas macroprudenciais. Na última ata do COPOM, há uma mudança de linha. No seu item 30, o COPOM fala de um ajuste mais prolongado das taxas básicas de juros.

Eu queria perguntar a V.Exa. o que houve nesse período. Houve uma mudança significativa no cenário? O que há de diferente entre o relatório trimestral da inflação e a ata do COPOM?

E a última pergunta, em relação às medidas macroprudenciais, ao aumento no compulsório dos bancos em dezembro, enquanto em janeiro, fevereiro e março houve uma grande entrada de capitais no País, superior a todo o ano passado, superior em 40%: será que o Banco Central não levou um drible de algumas instituições financeiras que foram captar recursos a 0,25% fora do País e colocaram de volta uma grande liquidez no mercado? A partir do aumento do IOF, por parte do Governo Federal, vemos que essa entrada de recursos no País foi moderada.

São estas as duas perguntas que deixo para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Seguindo a determinação de V.Exa., Sr. Presidente, serei breve nas respostas, para que possamos evoluir no debate.

Primeiro, gostaria de agradecer por todas as perguntas.

O Deputado Cláudio Puty, na sua intervenção, fez três perguntas. Em relação ao IGPM, a notícia é alvissareira. O IGPM mensal está recuando, está em linha com o que já foi feito lá atrás em termos de política, mas também existe uma sazonalidade marcada. Há a questão das *commodities*, um certo recuo na margem. Há a questão da própria taxa de câmbio, que foi mencionada. Recentemente, o dólar conseguiu se desvalorizar ainda mais em relação a várias moedas, inclusive ao real.

Há também a questão da entrada da safra doméstica, mas esse é um indicador antecedente que, num prazo de alguns meses, veremos refletido nos preços ao consumidor. Sem dúvida, é uma informação importante que está dentro das nossas avaliações.

Em relação às medidas macroprudenciais, a sua questão, diferentemente de outros Parlamentares, foca no fato de que já adotamos uma série de medidas,

mas, na sua visão, ainda não estaria totalmente refletida nos números.

Procurei mostrar na minha apresentação que, quando saímos da questão da evolução do estoque de crédito e olhamos as concessões na margem, ajustando isso para efeito de sazonalidade e também efeitos da própria inflação, vemos uma redução, em termos reais, dessazonalizados, das principais linhas que foram afetadas pela política macroprudencial.

Deixo aqui a apresentação, que tem um *slide* específico que trata um pouco do impacto das medidas prudenciais. É fato que nos 12 meses acumulados, até o mês de março, o crescimento está ainda na faixa de 20%, mas obviamente que ao longo do ano esse crescimento, em nossa visão, fechará num nível menor. O Banco Central estima algo entre 10% e 15%, na realidade, em torno de 13%. Esse dado hoje está na casa dos 20%, mas as concessões nas margens. O efeito das macroprudenciais não está integralmente sentido. O efeito do próprio ciclo de aperto da política monetária refletirá nessa questão do crédito. E o crédito evoluirá mais em linha com o que o Banco Central tem pensado.

Em relação ao custo de carregamento das reservas, V.Exa. faz uma observação específica, uma questão sobre como se dá o processo de esterilização e se não estaria sobrando recurso e ampliando a oferta monetária, uma espécie de vazamento para a política monetária. De fato, o Brasil tem adotado essa política de cumulação de reservas e, ao mesmo tempo, uma política monetária independente em relação ao resto do mundo. Quer dizer que nós conseguimos manter as nossas condições monetárias para atingir a meta de inflação, ainda que tenhamos de conviver com entrada de recursos, adquirir esses recursos da moeda estrangeira, esterilizar o impacto monetário. Ou seja, quando o Banco Central adquire essas reservas do mercado, ele injeta reais, então, capta esses reais de volta e faz este processo que nós chamamos na economia de esterilização das intervenções.

Obviamente, a depender do volume, da intensidade e da rapidez que esse processo se dá, como foi agora no começo do ano, a esterilização nunca é perfeita, não se retiram todos os reais, sobra dinheiro em cima da mesa. E esse dinheiro vai alimentar a expansão do crédito, vai alimentar eventualmente alguma elevação de preço de ativos.

E é isso que estamos fazendo, buscando, com as macroprudenciais, cercar essa questão de modo a que os fluxos internacionais, que dão origem à aquisição, que depois dão origem à política de esterilização — e existe esse impacto que V.Exa. mencionou... Estamos procurando, com medidas anteriores, medidas macro-

prudenciais, o IOF na captação, por exemplo, reduzir, moderar esse fluxo de entrada.

Há as questões do Deputado Carlos Brandão sobre o câmbio tão baixo, sobre quanto vai durar essa questão norte-americana. Estou olhando para o Deputado Sérgio Brito, mas o Deputado Carlos Brandão, que estava também compondo a Mesa, fez esta pergunta sobre quanto tempo vai demorar para que a situação Internacional, em particular nos Estados Unidos, se reverta.

Essa é uma questão em aberto. Há sinais, obviamente, de recuperação da economia norte-americana, o que tende a levar a uma situação de maior normalidade das condições monetárias e financeiras. Isso reequilibraria a questão do dólar no mercado internacional.

Por outro lado, há também dados que indicam na direção de que esse processo demora. Há a própria evolução do mercado de trabalho norte-americano e a questão do mercado imobiliário. Não sou especialista em Estados Unidos, mas obviamente tenho que entender um pouco daquela economia: os mercados, por exemplo, têm uma expectativa de princípio de normalização das condições monetárias para o início de 2012.

Neste momento, não temos por que pensar muito diferente, ou seja, há um processo pela frente em que o dólar ainda reflete o impacto das políticas domésticas daquele país. Agradeço ao Senador Rollemburg as palavras de confiança na condução da política monetária nos últimos anos e nesta gestão.

Sobre a questão de como compatibilizar, ao longo do tempo, o combate à inflação e o crescimento econômico, creio que essas duas importantes variáveis macroeconômicas não são incompatíveis. Obviamente, temos ciclos monetários em que uma ênfase no controle deve ser maior, como neste momento, mas o nosso País investiu bastante nos últimos anos, tem progredido em diversas áreas, tem uma capacidade de produção maior do que no passado e tem um produto potencial que cresce a uma determinada velocidade, a oferta da economia.

Em tudo o que fazemos no Banco Central, procuramos controlar, nesse período, a demanda da economia, para que as pressões inflacionárias diminuam. Convergimos para a meta, mas, ao longo do tempo, é possível, sim. Não dá para crescer sustentavelmente com inflação descontrolada. Também de nada vale uma inflação controlada com uma economia que não cresce. Em determinados momentos, há queda e moderação. Neste momento, estamos moderando. Saímos de uma taxa de crescimento de 7,5%, em que a demanda crescia 10,5% em 2010. Certamente, não estamos mais

nesse mundo, mas num mundo de crescimento. Sobre uma base maior é possível crescer, sim. As projeções do Banco Central indicam um crescimento significativo da economia este ano.

Vamos combater a inflação e continuar crescendo. Ao longo do tempo, obviamente, inflação sob controle é condição não suficiente, mas necessária para alargar os horizontes, as decisões de consumo de longo prazo das famílias e das pessoas, as decisões de investimento. É fundamental que haja esse controle, que ajuda inclusive a baratear o custo, porque os prêmios de risco da economia vão diminuindo, como vimos na apresentação. As duas coisas são totalmente compatíveis.

A segunda pergunta de V.Exa., mais específica, é em relação à prestação de contas e aos fatores que levaram o Banco Central a sair de 10,9 bilhões de reais no primeiro semestre de 2010 para 4,9 bilhões de dólares no segundo semestre.

Vou ser breve. Basicamente, quando se olha a abertura no *slide* nº 5, o que se vê essencialmente é a remuneração dos compulsórios. Como no ano passado e começo deste ano trouxemos cerca de 200 bilhões de reais de volta para os cofres do Banco Central, uma boa parte desse dinheiro que estava no sistema e que retorna ao Banco Central é remunerado. Isso não havia no primeiro semestre. Foi escalonado a partir de abril. Então, isso pegou mais em cheio no segundo semestre. Esse é o impacto da política de esterilização desses recursos via retorno dos compulsórios para o Banco Central.

Ainda sobre as perguntas, também gostaria de agradecer ao Presidente da Mesa, Senador Delcídio do Amaral, pela convicção na condução da política, no controle da inflação com crescimento e distribuição de renda.

Há uma questão mais ou menos na linha do que foi perguntado pelo Lindbergh Farias, mas vou responder cada pergunta individualmente.

A primeira pergunta é se a taxa de juros volta com destaque à ribalta, uma vez que a macroprudencial está funcionando, como eu mesmo demonstrei. Vai na linha do que foi dito aqui também pelo próprio Senador Lindbergh. Há um esforço articulado em várias frentes nesse combate à inflação.

Em nenhum momento, o Banco Central abdicou do seu instrumento. Pelo contrário, no relatório de inflação já tínhamos 100 pontos de aumento de SELIC. Não abriremos mão de macroprudenciais doravante, até porque elas têm o objetivo precípua de assegurar estabilidade financeira e econômica ao longo do tempo. Na medida em que vejamos riscos para instituições ou para segmentos da economia, vamos atuar com as

macroprudenciais. Atuando com as macroprudenciais, elas têm impacto econômico.

Vimos aqui o canal de crédito subindo de 25% para 50% do PIB. Se atuarmos em cima do canal do crédito, certamente haverá um impacto sobre a demanda e, consequentemente... Dois terços de uma economia é consumo; 50% da economia é financiada. Logo, uma larga parte do consumo é financiado, que é o que move a economia. Portanto, as medidas macroprudenciais que já foram tomadas e as que eventualmente forem

tomadas com o objetivo de assegurar estabilidade econômica e financeira serão levadas em conta no processo de aperto das condições monetárias que está em curso para trazer a inflação definitiva e consistentemente para o centro da meta no horizonte 2012, como já comunicamos.

Então, não há mudança alguma. Simplesmente, na comunicação, estamos tratando de dar o destaque necessário para o instrumento convencional, sem esquecer que as macroprudenciais têm o seu papel. E há outras políticas. Não vou abordá-las aqui, mas já foi dito. Eu inclusive mencionei que a questão fiscal também vem cooperando, ajudando bastante nesse processo.

V.Exa. menciona, em sua segunda pergunta, na mais específica, junho, julho e agosto de 2010, aquele período em que a inflação ficou muito baixa, próxima de zero. O que gostaria de enfatizar, na apresentação não o fiz, é a questão da evolução da inflação neste ano. Este mês ainda é de inflação alta. Sexta-feira, sairá o resultado. Veremos: inflação alta. Este primeiro quadrimestre foi de inflação no preço ao consumidor girando mensalmente na faixa de 0,80, acima do que é compatível com o centro da meta, certamente. É reflexo de tudo o que falamos aqui, da demanda, mas também das *commodities*, da energia, enfim.

A inflação mensal começa a cair. Em maio vai cair bem. Vimos aqui o próprio Deputado Cláudio Puty mencionar a evolução do IGP. Com alguma defasagem, ele vai bater as *commodities*. Então, crescimento mais moderado. Tudo o que já foi feito em política monetária, apesar de haver uma defasagem de 6 a 9 meses — mas já foram feitas coisas lá atrás, em 2010 —, está começando a impactar a economia.

Veremos a inflação mensal rodando consistentemente com a meta. Qual é o equivalente mensal da meta de 4,5? Entre 0,35 e 0,40. Mais especificamente, 0,37 seria o 4,5 anualizado. Então, veremos a inflação já convergindo mensalmente para a meta. Inclusive, há, no mercado, expectativa de que a inflação de junho e julho fique muito baixa, até abaixo do que seria o centro da meta. Enfim, não estamos contando com

isso no momento, mas essa é uma questão mais de detalhe da própria inflação. Não depende da política em si. Mas veremos uma inflação mensal girando a valores mais baixos. Talvez não tão baixo quanto giraram em junho, julho e agosto de 2010.

Portanto, no acumulado de 12 meses, quando sai um mês de inflação zero e entra um de 0,20, a inflação acumulada em 12 meses, por definição sobe 0,20, ainda que a inflação esteja hoje sob controle e caminhando para a convergência da meta; ou seja, teremos uma inflação mensal já nos padrões de centro de meta e uma inflação acumulada de 12 meses em função de tudo o que aconteceu neste primeiro trimestre e no último trimestre, adicionada do efeito estatístico, dos zeros que saem lá de 2010, uma inflação de 12 meses que cresce, ainda que esteja sob controle e que estejamos caminhando para o seu controle.

Esse seria basicamente o meu comentário em relação à pergunta mais específica de V.Exa. sobre a inflação no Brasil.

O Deputado Alfredo Kaefer tem uma série de questões em relação a se o Banco Central manterá o real competitivo. O nosso regime é de câmbio flutuante, como mencionado. Há uma segunda pergunta de V.Exa. em relação a isso. Temos flutuado em patamares. Estava em 1,76, em meados do ano passado. Fomos para 1,66 e ficamos assim por um bom tempo. Hoje estamos no nível de 1,60, 1,55. Quer dizer, tem flutuado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Ajudou na queda da inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - O dólar ajuda um pouco menos. O que existe na nossa política monetária é um traço já consagrado em relação à política monetária no regime de meta de inflação. Quando temos experiência com campo flutuante — e lá se vão 11, 12 anos com isso —, a contribuição das variações cambiais para a inflação diminuem ao longo do tempo. O chamado repasse cambial vai diminuindo. Esse é um fato estilizado, aconteceu em várias economias. Por quê? Quando o câmbio é fixo e muda de repente, quase a integralidade é passada para os preços, porque se sabe que aquele novo patamar é permanente. Quando o câmbio é flutuante, aquele patamar pode não permanecer. Há uma certa resistência em fazer o ajuste no preço a qualquer flutuação no câmbio. Então, diminui a contribuição das variações de câmbio para a variação de inflação. A contribuição do câmbio para a inflação diminui ao longo do tempo. Não dá para contar com isso para fazer a inflação convergir. Então, não é essa a ferramenta do Banco Central. Certamente, não é, porque o câmbio é flutuante.

Obviamente, nós temos preocupações em relação a fluxos, porque o próprio câmbio pode refletir não só os nossos fundamentos, como os termos de troca, que estão muito bem, porque os preços das *commodities* ainda continuam bastante elevados e as perspectivas de crescimento da economia brasileira são amplas. Enfim, há uma série de fundamentos que fazem com que o nosso País seja atraente do ponto de vista dos recursos externos. Por outro lado, há também uma massa de recursos em função das políticas que foram adotadas nas economias maduras, em particular, na Europa e nos Estados Unidos. Então, houve aí um volume de recursos. Tem a ver com afrouxamento quantitativo, com compra de títulos soberanos, com juros muito baixos. E esse volume de recursos acaba afetando as diversas economias, as economias emergentes, no caso, a do Brasil; entre outras coisas, afetando o preço dos seus ativos. Sendo a taxa de câmbio também um ativo financeiro, afeta também a taxa de câmbio. Ou seja, pode ser que a taxa, em alguns períodos, esteja além do que ela seria justificada pelos fundamentos. Por isso, nós temos atuado também com as medidas para moderar os fluxos internacionais.

Nos últimos 5 dias, o real foi uma das moedas que mais se desvalorizaram em relação ao dólar, juntamente com o dólar australiano. Nos últimos 30 dias, o real vem apresentando uma desvalorização, enquanto as outras moedas comparáveis se valorizaram em relação ao dólar. O fato é que, independentemente do regime e das condições econômicas, na semana anterior à Semana Santa, o dólar australiano chegou, por exemplo, na máxima de 30 anos. Desde 1983, o dólar australiano não estava tão forte em relação ao dólar norte-americano. O dólar canadense, para citar economias um pouco diferentes da nossa, mas também exportadoras de *commodities*, estava no seu valor máximo em 3 anos.

Esse é, de fato, um problema internacional. Nós temos procurado neste momento moderar esse ingresso de recursos para evitar problemas de outra natureza, como V.Exa. mesmo mencionou, o potencial efeito inflacionário desses fluxos e o potencial efeito desestabilizador da economia, do setor financeiro, de uma entrada muito grande de fluxos. Quando há reversão desses fluxos, pode gerar riscos à estabilidade financeira. Então, nós estamos olhando para o câmbio pela dimensão dos fluxos.

Creio também que foi explorada a questão da articulação das políticas. Acho que a política fiscal contribui no trabalho de combate à inflação. Nós temos visto resultados primários realizados até março. Isso tem sido bastante forte. Quer dizer, há indicativos seguros de que o primário de 117 bilhões para este ano

está bem, está numa boa trajetória para ser atingido. Vimos também, por exemplo, a despesa nominal crescendo abaixo do crescimento do PIB. Isso também dá uma ideia, um indicativo da qualidade do ajuste, que é importante para a política monetária.

A Focus é uma pesquisa importante. Não há qualquer mudança à vista. Há muita falação, certamente não vinda do Banco Central. É uma pesquisa reconhecida, que segue os padrões internacionais de qualidade. Eu, inclusive, fui um dos precursores que criaram, lá atrás, em 1999, esse grupo. Não há qualquer mudança na linha que V.Exa. aludiu na sua intervenção.

Em relação ao Fundo Soberano, creio que olhando estrategicamente o País desenvolvendo seus recursos naturais lá na frente e gerando superávit em conta corrente, o Fundo Soberano vai ser um veículo importante. Em algum momento, lá na frente, o Banco Central vai chegar ao julgamento de que o seu colchão de liquidez, suas reservas internacionais estão com um nível suficiente. Mas ainda continuam crescendo. Estou falando hipoteticamente, lá na frente. Continuam crescendo, porque a economia cresce. Então, em relação à economia, ainda que o volume cresça, se mantém constante, uma vez decidido que aquele colchão de liquidez é suficientemente amplo para a economia brasileira.

Mas não creio que a aquisição de reservas, a aquisição de moeda estrangeira cesse, principalmente tendo em vista as perspectivas da economia brasileira. Então, no desenvolvimento desses recursos naturais lá na frente, quando tivermos um expressivo superávit em conta corrente, teremos que encontrar um outro veículo. Esse veículo de aquisição dessas moedas estrangeiras será, na minha visão — enfim, estamos desenvolvendo isso —, o Fundo Soberano do Brasil.

Então, a diferença em relação à aquisição por parte do Banco Central é que o Fundo Soberano também tem a segurança como seu primeiro critério, mas a liquidez não é o segundo critério. A reserva internacional tem que ter a liquidez presente. Quando a liquidez está presente, tem de haver a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso as reservas. Consequentemente, as aplicações são mais de curto prazo, mais líquidas e menos rentáveis. Então, o custo de carregamento de recursos no Banco Central *vis-à-vis* um custo de carregamento no Fundo Soberano, lá na frente, pode ser mais vantajoso.

Em relação à competição, não há nada de competição. Inclusive, há um convênio já firmado entre Banco Central e Tesouro Nacional. No momento em que o Fundo Soberano quiser fazer uma leilão de aquisição — nós já temos todo o leilão definido —, o Banco Central o fará, porque tem a *expertise*, coloca-

rá a placa do Fundo Soberano. O mercado vai saber que quem está atuando é o Fundo Soberano. Não há confusão nenhuma; pelo contrário, há uma boa articulação nesse sentido. Estamos nos preparando para o futuro nesse caso.

Custo da reserva, até quando isso? O FMI sugere o controle, por que não mudar? Acho que a parte da mudança do FMI também tem a ver com o que o Brasil tem feito e defendido internacionalmente. Hoje a questão é global. Tem muito mais a ver com os fatores das economias centrais, que estão tentando se recuperar ainda da crise; ainda estão administrando as consequências das políticas de recuperação da crise, a crise soberana na Europa e outras questões de natureza fiscal. Estão com as suas políticas de liquidez bastante amplas. Enfim, existe um nível extraordinário de liquidez hoje no mundo. Isso tem-se refletido nos países emergentes.

É legítimo, é necessário. Nós temos que fazer, estamos fazendo, faremos mais, se for possível, para nos proteger em relação a esses fluxos. São fluxos temporários. Entram e, em algum momento, sairão quando as condições normalizarem-se lá fora.

Creio que estamos fazendo isso dentro de um regime de câmbio flutuante, lembrando, como eu mesmo mencionei, que, às vezes, a própria taxa do câmbio, que é um ativo financeiro, pode refletir coisas além dos fundamentos econômicos, e nós temos não só a legitimidade, mas temos instrumentos e estamos agindo nessa matéria.

Então, é isso. Acho que procurei atender às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer.

Senador Lindbergh Farias, também agradeço os comentários relativos à questão do aperfeiçoamento do regime, à própria articulação do Governo nas diversas áreas nesse processo de combate à inflação. Certamente, concordo com as suas palavras.

Em relação ao IPCA, a questão dos serviços foi mencionada. Os serviços, de fato, estão pressionados. Em função disso, refletem-se questões estruturais, mas também questões conjunturais de demanda. Por isso, nós estamos também atuando com a política monetária, nesse ciclo monetário que estamos adotando hoje no País.

Uma pergunta relacionada — eu até mencionei na resposta ao Senador Delcídio do Amaral —, sobre o que mudou no Banco Central. Não mudou absolutamente nada. O Banco Central vem fazendo a sua política articulada. Tem recebido contribuições de outras áreas do Governo no combate à inflação. É apenas uma questão de ênfase, mas se forem lidos com detalhe todos os documentos do Banco Central, a postura tem sido consistente ao longo do tempo. O próprio relatório de

inflação sinaliza que poderia haver uma mudança de estratégia, um ajuste na estratégia, talvez, por exemplo, prolongando o ciclo num nível menor, como foi, de certa forma, sinalizado mais recentemente.

Essa é uma necessidade. Isso é feito porque nós precisamos, de fato, ter garantias de que a inflação, em 2012, convergirá para o centro da meta.

Como mencionei recentemente, não se trata de uma corrida de 100 metros; é um esforço prolongado. Obviamente, a política monetária opera com defasagens. A política macroprudencial tem reforçado a política monetária, mas também tem as suas defasagens.

Então, tudo o que foi feito nesta administração, nos 3 meses, não tem condição de atingir a inflação corrente. Vai atingir ao longo do tempo. Nós estamos levando isso em consideração na nossa conta. O que nós estamos fazendo é ter segurança de que aquela elevação da inflação acumulada de 12 meses volta já no terceiro e no quarto trimestre deste ano e rumo, com segurança, na direção dos 4,5% em 2012.

Em relação a controle de capital, pergunta se o Banco Central levou um drible do mercado. Creio que não. Enfim, o País continua extremamente atraente aos investidores internacionais. Boa parte desses fluxos tem a ver com investimento direto, de médio e longo prazos. Há uma série de questões de eventos, de necessidade de investimento no País. Estão sendo atendidas.

Em relação às captações, sim, talvez tenha havido um pouquinho de antecipação, mas o fato é que nós estamos vendendo já, na margem, uma moderação. Esses recursos são, de qualquer maneira, o que se capta lá fora e depois se paga.

São essas as minhas breves palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Presidente Tombini.

Vamos ouvir agora 5 Parlamentares. Os próximos são: Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Rui Palmeira, Deputado Edmar Arruda, Deputado Audifax e Deputado Alexandre Santos.

Vou começar pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Vou passar a Presidência ao Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, porque sou Relator de um dos projetos apreciados por uma Comissão que está funcionando neste momento no Senado.

Parabéns ao Presidente Alexandre Tombini e à sua equipe. Todos nós estamos empenhados, trabalhando duro e torcendo para que o Banco Central continue fazendo esse excelente trabalho pelo bem do País, pelo bem dos brasileiros e brasileiras. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer uma saudação ao nosso Presidente do Banco Central e a toda a sua equipe. Saúdo também a Comissão Mista de Orçamento e todas as Comissões que participam desta audiência conjunta.

Gostaria de parabenizar o Banco Central e o Governo pela condução da política econômica. Há muita coesão da equipe econômica. Nós temos sentido isso tanto na divulgação dos resultados econômicos como nas intervenções que fazem.

Quero dizer que temos muita segurança e muita tranquilidade com a condução dessa política, que tem um histórico e já demonstrou resultados importantes para a nossa economia.

Nós já tivemos a nossa dívida líquida em relação ao PIB em cerca de 60%, em 2002. Hoje, nossa dívida está em 40%. Já tivemos taxas de juros reais de 16%, quando o Presidente Lula assumiu. A taxa foi derrubada para 6% e a perspectiva é a de que com a Presidenta Dilma vá para 3,8%. O nosso crescimento médio saltou de 2,5% para 4,5%. E nunca é demais lembrar que, em dezembro de 2002, estávamos com um pico inflacionário, na realidade, quase um descontrole inflacionário, na casa de 12,5%, e chegou-se em maio a 17%. E todas as administrações feitas na política econômica trouxeram a inflação no último período na casa de 5%, em média.

Então, o nosso passado nos dá total confiança de que tanto o Banco Central como a área econômica do Governo estão com o controle da inflação. Aliás, é uma política econômica que tem como tripé o controle sistemático da inflação, o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, o que está dando sustentabilidade ao País.

Presidente, eu quero lhe dizer que, além dos dois desafios econômicos de curto prazo que V.Exa. apresenta, como fazer a inflação convergir para o centro da meta e lidar com intenso fluxo de capitais estrangeiros, que são inflacionários, acho que V.Exa. e o Banco Central também têm que administrar as expectativas de mercado, porque eu não tenho dúvida de que a expectativa inflacionária é muito prejudicial ao processo que estamos vivendo.

V.Exa. citou o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 1999, dizendo que a meta cumprida é aquela que está dentro do exercício de janeiro a dezembro do ano. Porém, quando se divulga a inflação acumulada dos últimos 12 meses, nós observamos um quadro que não demonstra isso. Daí a importância do controle das expectativas de mercado, até porque o Banco Central trabalha com a expectativa através da pesquisa Focus, que é também um instrumento de avaliação.

O que vai acontecer? Chegaremos a julho ou agosto, como disse V.Exa., com uma inflação de pico, quase 7%, porque se considerará a leitura dos últimos 12 meses e retiramos destes últimos 12 meses o período de inflação baixa — junho, julho e agosto do ano passado —, quando houve inflação quase zero.

Isso, com certeza, cria uma expectativa de mercado de não controle do processo inflacionário, embora o IGP, que antecipa o futuro, já esteja mostrando que nós estamos numa linha de queda.

Portanto, quero perguntar a V.Exa. como nós podemos trabalhar nisso, quais são os mecanismos utilizados por V.Exa. e que o Banco Central possui para fazer com que não haja essa expectativa e para controlar esse processo, que, a meu ver, é hoje o mais danoso, porque, na realidade, as profecias pessimistas muitas vezes acabam incutindo na sociedade uma necessidade de autodefesa que não existe, que remonta ao passado. Isso é importante.

A segunda questão diz respeito à SELIC. Parece-me que o Banco Central está muito coordenado em relação a essas políticas. Apresentava, em determinado momento, 0,5 pontos percentuais, mas houve uma redução de 0,25, porque há outros instrumentos.

Quero aqui fazer um elogio a isso. Nós precisamos realmente desse equilíbrio. Mas, no mercado, principalmente antes das reuniões do COPOM, há sempre uma ofensiva quase especulativa para que a taxa SELIC aumente mais, e dizem que o Banco Central não está sendo firme nas questões relativas ao combate da inflação.

Então, para que fique claro, seria bom que V.Exa. nos dissesse qual é verdadeiramente o impacto da SELIC no controle inflacionário e quanto tempo isso demanda, para que tenhamos plena consciência de que ela não é o instrumento, como no passado, mas um dos instrumentos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Palmeira.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Presidente Cláudio Puty, Deputado Sérgio, Presidente Tombini, Sras. e Srs. Congressistas, eu ouvi com atenção parte do debate. São muitos os temas importantes, como fluxo internacional, medidas macroprudenciais, política de esterilização, ciclo monetário, enfim. O Deputado Reguffe, que é economista, se esforçava para me explicar, porque eu confesso que tenho dificuldade de compreender, Presidente Tombini, essas questões extremamente técnicas que os senhores, economistas, entendem.

Então, vou ser extremamente direto e objetivo. Presidente Tombini, V.Exa. tem ido à feira? Não se constranja. Eu também não sou frequentador de feiras ou de supermercados. Vou a esses lugares esporadicamente, Presidente.

No jornal *Correio Braziliense* de hoje, observamos a variação anual dos preços. A carne sofreu variação de 21%; o feijão, 6,35%; o pão, 5%; o café, 8%; a banana, 10%; e o óleo, 25%.

Presidente, o cidadão sai desconsolado do supermercado e depois se dirige ao posto de gasolina. No ano passado, o preço da gasolina no DF era de R\$2,64. Hoje a média é de R\$2,94 — 30 centavos a mais por litro, Presidente Cláudio!

São interessantes as opiniões e as informações do Governo.

O site G1, do dia 15 de abril, informa: “*Mantega diz que, nos Estados Unidos, o preço da gasolina não sobe em abril*”. Ele deve ter-se referido ao preço da gasolina nos Estados Unidos, porque aqui o preço da gasolina disparou, como quase tudo, Presidente Tombini.

Ontem, acho que o Deputado Alfredo Kaefer já transmitiu, foi divulgado: “*Mantega pede ajuda para conter preços*”. Isso mostra que o Governo parece perdido na questão do combate à inflação.

É extremamente lamentável que a estabilidade econômica, a maior conquista deste País nos últimos anos, comece a deixar toda a população inquieta, porque a inflação volta a ser manchete dos principais jornais e revistas, como acontecia nos anos 80, quando éramos garotos. A maior preocupação do brasileiro, de acordo com as pesquisas, era sempre a inflação, e hoje, infelizmente, essa preocupação está de volta.

Parece-nos que estas tão propaladas medidas macroprudenciais — o Deputado Reguffe vai-se esforçar para me explicar do que se trata — são, na verdade, microefetivas, sobretudo para o bolso do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Ministro Alexandre Tombini, quero parabenizá-lo pela exposição. Temos confiança de que o Banco Central está atento ao que precisamos para, como disse a Senadora Gleisi Hoffmann, com a qual eu concordo plenamente, conter essa expectativa inflacionária.

Eu, que sou empresário e vivo isso no dia a dia, tenho algumas preocupações com relação à questão das taxas de juros. Parece-me que há uma certa contradição quando a equipe econômica diz que a inflação está ocorrendo em nível mundial. Inclusive,

houve uma comparação com Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, China e a zona do euro. E que essa inflação tem como base o preço das *commodities*. Até aí, estamos de acordo. Mas eu não consigo visualizar o aumento da taxa de juros, a SELIC, já que essa inflação não é de demanda. Geralmente aumentamos os juros quando existe uma inflação de demanda ou uma falta de oferta de produtos. E parece-me que não é essa a questão.

No que se refere à questão do preço das *commodities*, realmente percebemos um aumento, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Mas o que me preocupa, primeiro, é a questão dos próprios juros. Acho que foi prudente o Banco Central quebrar a expectativa do mercado, de 0,5 para 0,25. Isso foi importante. Quero parabenizar o Banco Central por isso.

No que se refere ao IOF em viagens internacionais, para mim, fica um pouco descasada a questão das *commodities*.

Ministro, o que me preocupa mesmo e que é o ponto central da minha pergunta é a tendência à indexação da economia. Eu votei favoravelmente, como membro do PSC, partido da base do Governo, à proposta do salário mínimo enviada pelo Governo, já indexando o salário mínimo nos próximos anos. E me parece que isso funciona como uma locomotiva no resto da sociedade.

Então, eu não pude me manifestar nesse dia, até porque isso era importante, inclusive para o trabalhador, mas me parece que essa proposta tem uma sensação falsa de ganho para o trabalhador, Senadora, e nos leva, no setor produtivo, a uma indexação.

Por exemplo, nós temos na construção civil contratos de até 12 meses sem reajuste. Temos um teto de 41 mil reais para o Programa Minha Casa, Minha Vida, que já faz um ano e meio que está sem reajuste, e quando indexamos o salário mínimo gera-se uma preocupação muito grande, porque todo mundo começa a querer indexar. Essa indexação — pelo menos vimos bastante na escola — é o que alimenta a inflação, e assim fica difícil combatê-la.

Então, nós precisamos realmente cortar toda e qualquer situação com relação à indexação da economia, principalmente por parte do Governo. Fica essa preocupação, para que V.Exa. possa nos dar um alento.

Vou pedir perdão a V.Exa. porque, apesar de eu ter utilizado a palavra, vou verificar a sua resposta depois, na gravação e na transcrição da palestra. Tenho um compromisso agora, meio-dia e meia, e infelizmente não posso permanecer para ouvi-lo, o que gostaria muito.

Parabéns pela sua apresentação. Estamos torcendo, Ministro, para que V.Exa. possa conduzir o Banco Central de forma com que consigamos realmente estar, em dezembro, no centro da meta da inflação, porque isso vai ser muito bom para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputado Audifax e, depois, o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX -Sr. Presidente do Banco Central, inicialmente eu queria parabenizar V.Exa. e toda a sua equipe pela conduta. Queria também parabenizar V.Exa. pela exposição feita com muita propriedade.

Farei, basicamente, quatro perguntas, querendo reforçar o companheiro Deputado que me antecedeu quanto à questão da indexação, não só salarial, mas também nos aluguéis e nas próprias tarifas públicas.

A minha pergunta também se traduz na página 25 do relatório que V.Exa. apresentou. V.Exa. abordou a questão das exportações, do crescimento que aconteceu no primeiro trimestre deste ano em comparação com o ano passado. Eu queria que V.Exa. falasse sobre as importações nessa mesma comparação — não vi a apresentação, mas me parece que não há no quadro —, o comportamento dos produtos básicos, dos semifaturados e manufaturados no que diz respeito às importações.

Segunda pergunta. Esteve no Senado Federal, uma semana atrás, o Secretário do Tesouro Nacional, que destacou a necessidade de uma reforma tributária. Um dos pontos que S.Sa. abordou diz respeito à guerra fiscal, basicamente à questão do ICMS. S.Sa. manifestou toda a preocupação com a inflação no que diz respeito aos produtos importados, em função de alguns Estados estabelecerem tarifa zero para esses produtos, e aí haveria um impacto muito grande de inflação.

Eu queria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso. Se poderia me informar que impacto é esse, qual é o tamanho desse impacto em relação à reforma tributária, ao ICMS sobre produtos importados; e se não é o contrário, ou seja, com todo o cuidado da questão industrial, se esses produtos importados não ajudariam no combate à inflação, e não como foi afirmado, com todo o respeito, pelo Secretário do Tesouro Nacional.

Além dessa questão, repito, da indexação dos aluguéis, não só da indexação salarial, como foi dito, e também das tarifas públicas, pergunto se há alguma previsão de mais redução dos prazos de financiamento, como já aconteceu no início do ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Agora, estão inscritos o Deputado Alexandre Santos e mais seis Deputados.

Eu gostaria de sugerir ao Presidente e aos Srs. Deputados e Senadores presentes que todos os Parlamentares fizessem as perguntas e depois passássemos para as considerações finais do Presidente do Banco Central. (Pausa.)

Então, com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente Cláudio Puty, Sr. Presidente Sérgio Brito, Sr. Ministro Alexandre Tombini, sou daqueles que advogam que o Banco Central deveria ser independente, o que, com certeza, daria para todos nós muito mais garantias em algumas de suas ações.

Estou de acordo com o que disse o Senador Lindbergh Farias acerca dos momentos de entrada de capitais em nosso País. Acho que foi ida e volta, uma vez que, nas primeiras medidas que o senhor tomou, pararam de migrar créditos fáceis para o Brasil.

Mas o que me traz aqui, além do objetivo de parabenizá-lo por sua apresentação, são notícias que venho acompanhando atentamente e que foram capa de jornais nesta semana. Há pouco tempo, tivemos o processo do PanAmericano, o que deixou o conhecido apresentador rindo da gente. Cada vez mais, viu-se aumentar o grande buraco deixado para o Fundo Garantidor arcar. Isso ocorrem em razão das más gestões dos bancos privados e também é um processo de inflação, pois O FGC é uma imposição em todas as regras bancárias. Para se fazer o FGC, alguém está pagando — e é a ponta quem paga tudo isso —, e, assim, gera-se inflação.

Findo o caso do Banco PanAmericano, vemos agora o Banco Schahin, que, além de todos os processos com a PETROBRAS, tem equipamentos e empresas. Ontem, no jornal *Valor Econômico*, os próprios chineses já anunciaram que não entregariam os equipamentos, face a não complementação dos pagamentos a esse grupo.

Independentemente de todas as notificações que o Banco Central teve ou que o Fundo Garantidor teve, obtivemos a informação de que, para a compra, o BMG usou 800 milhões do Fundo Garantidor de Crédito e mais 270 milhões que tiveram de ser acoplados. Todos esses recursos são de aplicações pagas na ponta. Por isso, venho dizendo que sou defensor da independência do Banco Central.

O senhor tem ciência de uma reunião que houve ao mesmo tempo, em três salas separadas, dos Bancos BMG, Morada e Schahin? O senhor recebeu algum

procedimento de alerta, jurídico ou administrativo, sobre essa transação e o perigo que ela representava? Isso tudo foi uma determinação, uma vez que o BMG também está com suas finanças não consolidadas?

É preocupante o processo por que passa agora o BMG para a Caixa Econômica adquirir todo esse acervo.

Gostaria que o senhor nos dissesse se tem conhecimento ou não disso, porque o Fundo Garantidor de Crédito é uma instituição de Direito Privado, sem fins lucrativos.

Na próxima semana, solicitaremos ao Ministério Público Federal uma fiscalização no Fundo, o que é de direito quando se tem ao menos conhecimento dos procedimentos que estão passando pelo mercado. São mais de 7 bilhões de rombo. E temos de tomar atitudes como a que estamos adotando aqui e como fizemos na CPI da Energia Elétrica, quando avisamos que o Banco Schahin iria quebrar. Mais uma vez, estamos vendo que a ponta é quem paga a conta, e esse é um dos grandes gargalos também para o combate à inflação no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Alexandre Santos.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Ministro Tombini, colegas Deputados e Senadores, inicio fazendo uma referência à importância da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, estamos aqui reunidos num procedimento por ela previsto e com a feliz coincidência de estarmos comemorando esta semana os 10 anos de sua edição.

Lembro-me bem de, quando Prefeito, pude observar, sobretudo na Marcha dos Prefeitos à Brasília, manifestações de apreensão quanto a essa lei. Na quase totalidade, havia discordância. Fui, de certa forma, a voz dissonante e não apenas me manifestei favoravelmente, mas também aplaudi essa norma que considero um divisor de águas na gestão pública.

Imagino que V.Exa. concorde em que, sem dúvida, a Lei de Responsabilidade Fiscal contribui — e muito — para alguns números positivos e, inclusive, para a queda do percentual do PIB com relação à dívida pública e para uma série de outros fatores positivos que se observam na última década.

O certo é que uma decisão apenas não resolve todas as questões da economia.

Não compartilho de todo o “economês” aqui exposto, mas tenho as minhas convicções pela experiência e pela vivência de gestor público. No meu entendimento, é preciso trazer uma linguagem mais direta para uma reunião como esta. Não há dúvida de que

houve avanços, que começaram no século passado com a implantação do Plano Real, mas muitos tentam, inclusive, encobrir o mérito disso.

Ainda hoje, houve uma nova tentativa de colocar em situação de demérito o Governo anterior, relembrando a inflação do período que antecedeu à posse do Presidente Lula. Uma tentativa absolutamente clara.

Ministro, o senhor é um homem muito mais da área econômica do que da área política e sabe que aquele foi o resultado da apreensão da sociedade com relação à assunção ao poder de um partido que votou contra o Plano Real, de um partido que votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e que, ao assumir o comando da economia brasileira, gerava toda uma expectativa negativa.

Nós, do PSDB, hoje na Oposição, não propagamos expectativas negativas, e a inflação que aí se encontra não é fruto de especulação. Aqui foi observado de maneira clara. Tentar dizer que os três meses de inflação baixa, que hoje impactam a média anual, deixarão de fazê-lo daqui alguns dias, de certa forma é maquiagem, é um absurdo! A média vem sendo usada, inclusive, por princípios técnicos há vários anos. Então, não vamos começar a querer criar alguma maneira de camuflar, não. O que existe é inflação real.

Agora, vou ser objetivo e trazer algumas preocupações bem pontuais.

Primeiro, a questão do combustível. Ora, é preciso ter seriedade com o povo brasileiro! Aqui foi lembrado que não temos inflação de demanda, mas, de repente, no caso dos combustíveis, temos, sim, porque houve um crescimento do preço no mercado internacional. Nas duas últimas campanhas, foi anunciada a autossuficiência do Brasil em petróleo, foi anunciada para o Brasil inteiro a nossa condição de exportador de petróleo. E o próprio Ministro afirmou que não haveria aumento da gasolina, mas, de repente, no dia seguinte, o povo estava pagando um aumento muito pesado. Isso é preocupante.

Outra coisa: na análise dos desafios econômicos de curto prazo, o senhor destacou dois itens: fazer a inflação convergir para a meta, o que é óbvio; e lidar com o intenso fluxo de capitais externos.

Embora eu também comungue desse sentimento de que o Banco Central tem de ser independente, há uma série de ações de políticas econômicas e de políticas de governo que interferem diretamente nisso. Aliás, esses dois itens impactam a inflação.

Mas existe um terceiro, e fico surpreso em que o Banco Central não o aborde e talvez isso ocorra por não ser independente. Refiro-me à questão do controle dos gastos públicos. Não tem cabimento um organismo que tem a responsabilidade de discutir a inflação no

Brasil e trabalhar para que possamos convergir para a meta sequer apresentar o controle dos gastos públicos como desafio de curto prazo. Afinal, segundo entendo, desafios de curto prazo são para a Nação.

A Nação brasileira não pode ignorar a questão dos gastos públicos. Podem até dizer: "Ah, mas houve um corte lá de 50 bilhões". Sim, mas, simultaneamente, mandaram para cá uma medida provisória para liberar 20 bilhões que, depois, viram mais de 30 bilhões para um trem-bala, um tema que não foi discutido; mandaram uma medida provisória para fazer a revisão de um acordo de algo que já está comprado e negociado, que é a energia do Paraguai, cujo gasto é de mais de 6 bilhões de reais. Então, não há controle. Enviaram uma medida provisória criando a Autoridade Olímpica e, se a Oposição não brigasse, criavam mais de 480 cargos de livre nomeação.

Então, é preciso enfrentar o problema do gasto público e do déficit fiscal.

Com essas duas perguntas e os comentários que me permiti fazer pelo momento grave que vivemos, encerro com mais esta interrogação: por que não há uma abordagem mais objetiva de quem comanda a política econômica com relação a gasto público? Essas perguntas são de segmentos, mas, embora o Banco Central tenha a macroeconomia, de certa forma está entrando na vida dos cidadãos de modo geral.

Quero ainda me referir ao cooperativismo de crédito. Há uma coisa bonita nessa análise de que o Brasil hoje tem serviço bancário em todas as cidades brasileiras e que cresceu, em menos de uma década, de 10 milhões para mais de 30 milhões o número de pessoas que têm acesso a crédito. O cooperativismo de crédito teve papel importantíssimo nisso, e está sendo discriminado. Então, deixo com o senhor não só uma interrogação, mas também um pedido.

O cooperativismo de crédito continua sendo impedido de operar com instituições públicas, o que é absurdo. Se ele tem todo o acompanhamento do Banco Central, se o cooperativismo de crédito, tanto mútuo quanto rural, presta um serviço fantástico ao País, uma socialização maior do acesso às questões de capital, por que impedir que as Prefeituras operem com ele? Há cidades que só têm a cooperativa de crédito, e a Prefeitura tem de movimentar uma conta na cidade vizinha, porque não pode fazê-lo na cooperativa de crédito. É um absurdo! Portanto, é preciso que o senhor analise isso, e o Banco Central nos ajude.

Uma última indagação: como o senhor vê, nas excelentes perspectivas — e concordo com a maioria delas e com essa também, que é objeto da minha indagação —, o potencial de ampliação da área cultivável? Numa exceção mundial, o Brasil tem o poten-

cial de ampliar sua área cultivável. Aliás, ano a ano, a safra brasileira tem crescido, e isso vem de vários Governos, da luta do produtor rural e do trabalhador brasileiro. Pois

bem. Temos a possibilidade de continuar ampliando, sim, a nossa agricultura, e sem fazer desmate desordenado. Temos a possibilidade de ampliar, mas precisamos ampliar tendo respeito ao produtor.

Há um grupo que continua insistindo, e ainda nessa madrugada ouvi manifestação no sentido de que estavam querendo voltar novamente com a ideia de moratória no Código Florestal. O que seria essa moratória? Uma pequena cláusula que diz que, durante 5 anos, não poderá haver, em lugar algum do País, qualquer tipo de supressão vegetal nova para plantio. Vejam que se trata de qualquer supressão vegetal, mas aqueles que querem simplesmente condenar falam apenas em desmatamento. Não é só desmatamento! Uma área, por exemplo, que já foi agricultada há 20, 30 anos e que novamente precisa ser preparada terá de ter licença para a supressão do que chamamos de vegetação remanescente, e aquilo está em risco.

Corremos o risco de, se aprovarmos isso, não termos crescimento da nossa área de agricultura e, pior, de termos dificuldade não só de continuar a crescer na exportação — e o senhor sabe o quanto ela ajuda na balança de pagamento — como de haver pressão inflacionária, porque aí vem alta do preço do alimento. Então, vamos impedir o produtor de plantar, sem lembrarmos que é esse alimento que, se faltar, vai aumentar a inflação e comprometer a balança.

Então, tenho dois pedidos e algumas perguntas. Primeiro, que o senhor olhe a questão do cooperativismo de crédito, porque não é justo ele ajudar tanto e ser punido, e que também acompanhe, junto com o Governo, pois uma das coisas que o senhor mesmo considera como perspectiva, que é óbvio, é o potencial do Brasil na agricultura. Há aqueles que não entendem nada disso e querem colocar uma cláusula absurda, para valer no território brasileiro inteiro, por intermédio da qual ficaríamos 5 anos sem permissão de plantio novo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Oziel Oliveira.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Sr. Presidente, Deputado Cláudio Puty; Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, inicio fazendo referência ao excelente trabalho que o Ministro vem prestando à Nação brasileira na Direção do Banco Central — e estendo esta menção aos Ministros que, desde a era

Lula e agora com a Presidente Dilma, valorizam a relação que têm com esta Casa.

Ontem mesmo, na discussão da proposta do Código Florestal, tivemos a presença do Ministro Wagner Rossi, da Ministra Izabella Teixeira e do Ministro Luiz Sérgio. Isso é muito importante, porque podemos discutir nossos assuntos, como acabaram de ressaltar os meus antecessores, tanto os Senadores como os Deputados.

Mas, Ministro, também sou do setor produtivo e venho falar da produção. Sou produtor rural na região oeste da Bahia, que representa 6% da produção nacional de grãos, e me preocupo com as altas dos juros que já vêm incomodando nossa produção de soja e algodão e com os aumentos que ocorrem no setor quanto à composição dos preços. Estamos vendo subir muito os preços do adubo, dos combustíveis, das peças e de uma série de componentes da produção agrícola. De fato, isso preocupa muito, e gostaria que V.Exa. expusesse sua posição quanto às estratégias da produção agrícola, uma vez que a produção nacional é uma questão também de segurança nacional. A produção agrícola não é somente uma questão de exportação, mas, de segurança nacional.

Há um embate toda vez que chega essa onda de inflação. E quem sempre segura e tem segurado nos últimos anos a balança comercial e a inflação é exatamente a produção agrícola.

Portanto, Sr. Ministro, faço essa indagação para que, de acordo com as novas fundamentações da área econômica e com toda a questão da alta dos juros, V.Exa. possa ter um cuidado especial para esse setor, que representa 22,4% do PIB nacional e 37% dos empregos gerados no Brasil.

Preocupa-nos — e não somente na Bahia, Estado aqui também representado pelos Deputados Sérgio Brito e Rui Costa — a perspectiva de crescimento da agricultura no Brasil e, nessa questão, o potencial de ampliação da área de cultivo, que o Deputado acabou de relacionar ao falar da proposta de reforma do Código Florestal. É algo que muito nos preocupa e que também traz insegurança jurídica.

Faço essa solicitação aos Parlamentares, à equipe econômica e, enfim, a todo o Governo, porque essa questão da moratória traz enorme prejuízo ao Nordeste do País e é uma medida que não pode ser colocada como moeda de troca na reforma do Código Florestal. A Bahia, por exemplo, perderá enormemente sua condição de crescimento. Por intermédio do Governo Lula e, agora, da Presidente Dilma, os investimentos têm chegado à região, onde agora estão sendo implantadas áreas de fronteira agrícola; ao Cerrado e à Caatinga,

para onde estão sendo levados investimentos do projeto de transposição do Rio São Francisco e serão

necessários novos investimentos na produção agrícola. Não podemos ficar 5 anos sem plantar.

Parabéns, Ministro, pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os nobres colegas e o Ministro Alexandre Tombini e sua equipe, que só têm aperfeiçoado o trabalho do Banco Central com competência e sabedoria.

A elevação da taxa de juros contém a demanda agregada, mas impacta as contas públicas com o pagamento de juros, que, em 2010, alcançou o patamar de 200 milhões. Esses recursos poderiam ter sido usados para a melhoria do sistema de saúde, preocupação da maioria dos brasileiros, da educação e também serem alocados para as obras de infraestrutura necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Qual a política correta que o País deve adotar para sair dessa armadilha?

Pergunto também, Presidente Alexandre Tombini: quando se aumentam os juros — e sei que os bancos ganham muito mais —, por que o ganho dos bancos não pode ser estipulado num patamar, e esse aumento dos juros não vai totalmente para o Banco Central? Não há algum mecanismo para que esse aumento de juros, devido à questão inflacionária e outras, não seja alocado somente para o Banco Central, a fim de que apenas o Banco Central obtivesse esse lucro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Deputado, agradeço a V.Exa. a objetividade.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha. E, depois, o último orador, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, quero trazer o cumprimento da Liderança do PMDB, que me pediu que aqui a representasse na condição de Vice-Líder. Cumprimento o Ministro pela exposição, que não pude acompanhar na íntegra devido à necessidade de estar também no plenário.

Ministro, ouvimos muitas coisas aqui, mas sabemos que a inflação funciona um pouco como expectativa inflacionária. Falar que preço A, B ou C está subindo não significa dizer que temos inflação. Alta de preço não quer dizer inflação. Inflação é alta contínua de preço. O que vemos, na prática, com o mercado

muito aquecido de uma maneira geral, é que o poder aquisitivo aumentou. E, se a inflação estivesse correndo, seria justamente o contrário. O poder aquisitivo estaria diminuindo, não estariamos nessa febre que estamos vendo aí.

É claro que estamos vivendo também uma inflação de demanda. O aumento dos preços das *commodities* que vem do mercado internacional está agregado ao crescimento da inflação de demanda que estamos tendo. É claro que não concordamos em que o instrumento de aumento continuado de taxa de juros seja suficiente para controlar a inflação. Estamos vivendo momento em que o aumento da taxa de juros pode significar aumento da despesa pública de pronto. E, necessariamente, não vai haver nenhum impacto na contenção da demanda, até porque, como estamos vendo, uma parte dessa inflação é importada.

Um dos grandes fatores de estímulo para o aumento dos preços das *commodities* é a falta de destino dos capitais especulativos. Eles mesmos são os grandes patrocinadores do próprio aumento de preços de *commodities* e de alimentos no mercado internacional. Eles têm de buscar o capital, tendo em vista o fim da bolha imobiliária e o fato de que não têm rentabilidade nem juro. Ou seja, vão buscar mecanismos de derivativos por meio das bolsas de Chicago e das bolsas de *commodities*. E, com isso, forçam também o aumento de preços, o que é inclusive uma forma de seus executivos conseguirem manter o seu rendimento de bônus, mecanismo que, de certa forma, foi subtraído com o fim da bolha imobiliária. Então, esse é um aspecto que tem influência.

A meu ver — em primeiro lugar, elogiando a sua atuação —, as intervenções pontuais são importantes. Todavia, preocupa-me muito o fato de que o capital especulativo tenha uma porta aberta demais no nosso País. Por meio do mecanismo do IOF, V.Exa. está controlando ou tentando sustar esse ingresso exagerado do capital especulativo, porém sabemos que o especulador estrangeiro faz a conta. Enquanto o IOF ainda é líder em rentabilidade, ele vai continuar trazendo para cá esse tipo de capital. O IOF vai servir apenas para diminuir um pouco a despesa pública com a remuneração da SELIC.

Não existe por parte — é a pergunta que formulo — do Banco Central algum estudo ou alguma tentativa de tentar impor prazo de permanência para o capital que não é aplicado em investimento? Esse talvez seja um fator que nos impossibilite impedir a apreciação exagerada da nossa moeda.

Em relação ao segundo ponto, pego o gancho de um colega e, no mesmo sentido, manifesto preo-

cupação com a forma com que os recursos do Fundo Garantidor estão sendo utilizados.

Existe algum problema de risco que necessite de intervenção maior do Banco Central acerca da liquidez de bancos que possam ter ficado abalados em razão da quebra do PanAmericano e, em consequência, utilizaram os recursos do Fundo Garantidor para sobreviver? Existe algum planejamento do Banco Central? Será necessário adotar alguma medida ou o mercado já está prontamente regulado?

Ressalto que o Fundo Garantidor é dinheiro dos correntistas. Houve uma mudança no seu procedimento de um tempo para cá, e os recursos desse Fundo passaram a ser emprestados sem qualquer tipo de juros, apenas com a correção. Isso, de certa forma, é um subsídio indireto dos contribuintes, que por meio de suas contas bancárias, sustentam o Fundo Garantidor, sem remuneração.

Preocupam-nos não as especificidades de uma operação A, B ou C, mas, sim, o sistema, para que não haja qualquer tipo de abalo com relação ao processo dos bancos médios e pequenos depois da quebra do Banco PanAmericano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Por último, e não menos importante, como diriam os nossos vizinhos ao Norte, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Sr. Presidente, Ministro Alexandre Tombini, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero me somar a todos os outros que parabenizaram a apresentação do Ministro pela precisão e didática. No entanto, apesar de ter sido muito didático, alguns dos presentes não conseguiram captar a mensagem do Ministro.

Fiz questão de registrar esta minha intervenção porque algum desavisado que chegasse à reunião não conseguia entender a lógica do comportamento de alguns Parlamentares. Digo isso, porque algumas semanas atrás, quando estávamos discutindo a questão do salário mínimo, muitos defenderam arduamente valores maiores e acusaram a atual política de compressão e arrocho salarial para os mais pobres. Chegaram a apresentar emendas ao projeto dizendo que o País tinha todas as condições de sustentar valores maiores para o salário mínimo.

Essas mesmas correntes, porém, hoje afirmam que um dos fatores inflacionários é o valor definido para

o salário mínimo e a garantia de reposição dos seus percentuais para os mais pobres. Realmente, pelo menos quando a diferença de tempo fosse tão curta assim, de semanas, um pouco de coerência faria

bem ao País. E acho que essa coerência faria bem à compreensão dos que não entendem de economia e querem a política tocada com um pouco mais de seriedade e conteúdo verdadeiro, de quem se preocupa com os destinos do Brasil e do povo mais pobre.

Então, fiz questão de fazer este registro. Em algum momento, isso tem de ser dito. Não é possível que, com diferença tão pequena de tempo, haja posições tão diferentes, e o que valha seja apenas o discurso fácil da Oposição. Há duas semanas, o discurso era para aumentar o valor do salário mínimo. Agora, o salário mínimo é

o responsável pela inflação.

Mas, Sr. Presidente, parabenizo também o Ministro pela decisão de aumentar o mínimo para o pagamento do cartão de crédito — e o mínimo é uma rolagem de dívida com base em taxas de juros absolutamente altas e inaceitáveis. Isso fará com que a demanda possa ser um pouco mais real em relação à renda de cada cidadão, e não seja rolada uma dívida a preços absurdos, como os hoje cobrados no cartão de crédito.

Pergunto se medida similar está sendo adotada também em relação a prazos de financiamento. Hoje, temos alguns bens que são financiáveis quase que pelo mesmo prazo dos financiamentos de imóveis. De certa forma, isso também é uma antecipação de renda futura. Diversos bens são financiados a prazos muito longos e, evidentemente, com taxas de juros bastante elevadas.

Para quem quer manter patamares altos de preços, isso é uma garantia daquele patamar mínimo de consumo, uma vez que aquilo é rolado a perder de vista. Embora pareça ser uma facilidade, há aí um custo, seja

o custo dos juros altos, seja o custo inflacionário, na medida em que esses segmentos não reduzem preços porque conseguem manter uma demanda mínima graças a esses financiamentos extremamente longos.

Gostaria também de saber se o Banco Central tem estudos sobre preços relativos e estoque de inflação no Brasil. E, se os tiver, eu gostaria muito de ter acesso a eles.

Na análise de muitos, os preços são altos em alguns segmentos no País, e algo deveria ser feito para restabelecer preços relativos, e comparar nossos preços com os de outros países em vários segmentos produtivos. Se houver esses estudos, então, eu gostaria de ter acesso a eles.

Em relação à possível moratória prevista na proposta de reforma no Código Florestal — e o tema não faz parte da pauta desta reunião —, acho que o as-

sunto está superado. Mais uma vez, ontem foi afirmado que existem apenas dois pontos a serem acordados, e essa moratória não está entre eles.

É evidente que, em relação à moratória, somo-me à opinião dos que aqui falaram. Temos de regular os critérios — e eles devem ser rígidos — da utilização e preservação do meio ambiente. Não podemos paralisar o País por qualquer tempo que seja. Exija-se mais rigor, e que a lei traga os rigores necessários.

A moratória significa paralisação de investimentos, quando precisamos, até para combater a inflação, alargar os investimentos, principalmente na área de produção agrícola. Isso não impede nenhum descuido com relação ao meio ambiente, até porque a exigência é a de que a lei a ser aprovada seja cumprida.

Parece-me, contudo, que isso está superado, uma vez que não consta entre os dois únicos pontos restantes a acordar. Apenas quis somar minha opinião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que me conceda 1 minuto para eu fazer um esclarecimento breve pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, há pouco, um colega fez uma referência sobre aqueles que propuseram um reajuste maior do salário mínimo — e nós, do PSDB, também defendemos, naquele momento, que era possível dar um reajuste melhor ao trabalhador brasileiro, até um salário de 600 reais.

Quero, então, esclarecer que quem se manifestou dizendo que estava preocupado com a indexação — e isso está gravado — disse: *“Sou da base do Governo e votei o projeto do reajuste do salário mínimo que indexa, inclusive, para os próximos reajustes...”* Portanto, não foi a Oposição que veio aqui dizer isso, e eu não ouvi nenhum colega do PSDB reclamar do reajuste dado, que é ínfimo.

Hoje, o jornal *O Globo* divulga: *“O Governo do PT, cujo berço é a luta sindical, vai defender que os trabalhadores sejam mais comedidos na hora de negociar reajustes salariais nos próximos meses”*. Portanto, é preciso deixar isso claro. Como Líder do PSDB nesta reunião, deixo claro que o partido, em momento algum, acha que o reajuste foi o responsável pela inflação, porque a inflação já estava alta antes do reajuste, que foi dado agora. E o reajuste foi aquém do que achamos que era justo dar ao trabalhador naquele momento. Agora, indexação para o futuro é outra história, inclusive vai ser por decreto — e naquele momento fomos contra ser isso feito por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Vamos passar a palavra ao Ministro Alexandre Tombini para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX - Presidente, questão de ordem. Quero responder, primeiro, com todo o respeito aos Deputados presentes e aos Deputados que se ausentaram... Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Deputado, como todas as questões versaram sobre o mesmo tema, acho que esse é um problema que não teremos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado a todos pelos comentários elogiosos, pelas perguntas e questionamentos.

Começando pela ordem, a Senadora Gleisi Hoffmann mencionou a questão da evolução da inflação acumulada em 12 meses, como isso pode afetar as expectativas e o que pode ser feito para controlar esse processo daqui para frente.

Em outra intervenção, respondendo a uma pergunta do primeiro bloco, mencionei que, muito provavelmente — e estamos trabalhando para isso —, a inflação mensal já começará agora a convergir para níveis compatíveis com o centro da meta anual, 4,5%; no mensal, seria algo entre 0,35% e 0,40%. Muito em breve, portanto, estaremos trabalhando nesses patamares. Maio, junho e julho tradicionalmente são meses de inflação um pouco mais baixa. Nosso trabalho continua, porque tudo o que é feito pelo Banco Central, inclusive as macroprudenciais, tem defasagens.

Vou voltar rapidamente a esse tema mais à frente ao responder uma pergunta específica, mas, no caso da política monetária e dessas defasagens, principalmente em 6 e 9 meses, o impacto mais cheio da política monetária sobre a inflação se dá em 3 trimestres. Então, tudo o que estamos fazendo é para fazer a inflação convergir para a meta no horizonte de 2012. Ao longo desse processo, veremos inflações mensais já compatíveis com o centro da meta, ainda que o acumulado esteja crescendo. Como fazer para isso não contaminar expectativas? Acho que, sendo consistente a própria política do Banco Central no combate à inflação, não há por que esse processo de contaminação ocorrer.

Então, quanto mais os indivíduos, inclusive o mercado, acreditarem que essa política é consistente para gerar esses resultados, tanto menor será esse problema. Agora, vai ser um esforço contínuo de consistência e de comunicação também. Esse já é um primeiro passo, mas acho que exigirá um trabalho pela frente.

A segunda questão é vinculada à SELIC, seus impactos sobre a inflação. Como já mencionei, em

9 meses, tem-se o impacto mais integral da SELIC sobre a inflação. Esse é um processo documentado, temos 12 anos de sistema e temos avaliado isso ao longo do tempo. Ela pode variar; mas, na média, o impacto máximo da política monetária sobre a inflação, sobre o aumento de preço, ocorre em 3 trimestres, em 9 meses.

O Deputado Rui Palmeira mencionou alguns aspectos específicos da inflação importantes — o preço na feira, o preço no posto de gasolina — e levantou algumas questões sobre as medidas macroprudenciais, que, segundo a sua visão, têm microefeitos.

Tenho de discordar do nobre Deputado. Acho que as medidas têm surtido efeito, inclusive a política monetária hoje adotada pelo Banco Central surtirá efeito. Não tenho dúvida em relação a esse processo. E o cidadão comum vai sentir, sim, essa inflação mais baixa ao longo do ano e uma inflação convergindo para o centro da meta estabelecida pelo Governo, de 4,5% para o preço ao consumidor.

Em relação a um considerável grupo de produtos agrícolas, temos visto algum alívio na margem, no período mais recente. Isso ajuda, e vamos acompanhar os preços.

No que se refere à inflação, como alguém mencionou, não se trata de produtos específicos, mas, sim, do global, é um processo contínuo, persistente — acho que foi o Deputado Eduardo Cunha que mencionou isso. Em tudo o que está sendo feito, a política monetária atinge a economia como um todo, e é justamente para controlar e fazer com que esse processo de elevação de preço converja para o objetivo do Governo, ou seja, 4,5% de inflação ao consumidor.

O Deputado Edmar Arruda também mencionou a questão das expectativas e perguntou se não haveria uma certa contradição entre aumento de juros e inflação. Disse o Deputado que a inflação não é de demanda. Essa não é a visão do Banco Central. A visão do Banco Central é a de que há múltiplos fatores por trás da elevação da inflação, vimos alguns que são comuns a todos os países, às principais economias, às economias comparáveis com o Brasil, às economias emergentes e à América Latina. Há alguns fatores que são comuns.

O que foi mencionado aqui pelo Deputado Rui Palmeira, quando se refere à feira e ao posto de gasolina, são dois fatores comuns que estão afetando a inflação em todo o mundo — nos países emergentes, mais os alimentos, porque pesam mais na cesta de consumo; e gasolina e energia, nos países desenvolvidos e economias maduras, embora tenham também impacto em países emergentes, em desenvolvimento.

Então, há essa questão dos fatores comuns, dos fatores vinculados talvez à demanda global, que aumentou muito o consumo de proteína e, consequentemente, manteve e elevou o preço das *commodities*, mas também há outros fatores que têm a ver com a política monetária extremamente expansiva no mundo, dando liquidez a esses mercados e mantendo os preços talvez acima do que estariam, caso não houvesse a política.

Agora, o Banco Central sempre reconheceu que um dos fatores tem a ver com a demanda, ou seja, a demanda cresceu, e cresceu bem no último ano, 10,5% à frente do crescimento do PIB, inclusive. Então, há o aspecto da demanda, isso é refletido, por exemplo, no preço do serviço, que roda um pouco acima da inflação. E é por isso, inclusive, que o Banco Central tem adotado essa política de combate à inflação, ainda que ajudado por outras políticas e também pelas políticas macro de outras áreas do Governo. Essa política visa justamente combater esse processo. E acho que estamos no caminho seguro para fazê-lo nos próximos meses.

Em relação à indexação, a questão foi tratada também pelo Deputado Audifax, que abordou sua preocupação com a indexação mais generalizada da economia. Creio que temos um arcabouço institucional no Brasil que já vem de longa data em relação a aluguéis e a outros preços. Aqui não se confunde o combate à inflação neste momento com uma agenda estrutural de médio prazo, de tratar de reduzir o grau de institucionalização da indexação de preço, coisa que já foi feita no passado. Houve progresso. Talvez essa seja uma área importante, e o Parlamento tem um papel relevante no sentido de avançar na questão da desindexação. Ela não deve ser confundida com o que estamos fazendo agora, o combate à inflação. Temos de combater a inflação com o arcabouço institucional vigente, ainda que se façam progressos paralelos. E também temos a ideia de que, se houvesse um pouco menos de indexação, poderia ser mais fácil.

Há países que têm indexação forte, como, por exemplo, o Chile, e a sua política monetária tem atuado nesse ambiente.

Resumindo, esse é um assunto importante de uma agenda de médio prazo, mas temos de combater a inflação, levar a inflação para a meta com o ambiente institucional vigente.

Ainda na sua exposição, o Deputado Audifax mencionou a questão das importações, que, de fato, não fez parte da nossa apresentação. Em relação à importação, ao *quantum*, temos, no primeiro trimestre, bens de consumo duráveis aumentando 36% em relação ao mesmo período do ano passado, os não

duráveis, 18%; as matérias-primas, 10,6%; os bens de capital, 27%, um aumento expressivo; e os combustíveis e lubrificantes caindo nesse primeiro trimestre. O total das importações em relação ao primeiro trimestre do ano passado foi um crescimento de 12,4%. As exportações aumentaram mais de 3%, sendo que o aumento das de manufaturados foram de 4,5%. Isso tem a ver com o fato de que a economia está crescendo bem no Brasil, a demanda está robusta. Inclusive é um dos elementos que está por trás desse crescimento das importações no primeiro trimestre.

Em relação ao ICMS de produtos importados, não acompanhei muito bem a discussão. Mas, resumindo o que V.Exa. perguntou, se as importações têm um papel a cumprir na estabilização, no controle da inflação, creio que sim. Acho que esse tem sido o caso do Brasil.

O Brasil, de fato, é uma economia que se abriu ao longo do tempo. Hoje, a corrente de comércio é de 400 bilhões. Mais de 15%, quase 20% da economia se abriu em termos do comércio exterior, o que é importante no combate à inflação.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX - Presidente...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX - O Secretário do Tesouro Nacional esteve aqui para falar da reforma tributária. E foi ao Senado, na semana passada, incentivando essa questão da reforma, falando que o Governo está mandando a reforma por partes e priorizando a questão da reforma tributária no que diz respeito à questão do ICMS, numa tese de que esse ICMS deveria, principalmente em relação aos produtos importados — proposta do Senador Romero Jucá —, cair para zero entre os Estados. E uma das alegações a favor disso é a de que seria bom no que diz respeito à inflação.

A minha pergunta é: a reforma tributária, principalmente no que se refere ao ICMS, contribui, tem peso significativo na inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Isso teria que ser avaliado, Deputado. Se V.Exa. me permite, vou fazer uma digressão rápida. Se a reforma tributária é consistente no sentido de ser neutra em relação à arrecadação, pode contribuir. Se não for neutra, se reduzir a arrecadação, tudo mais permanecendo do jeito que está — uma redução de arrecadação levando a déficit numa unidade da Federação, por exemplo —, isso pode não ajudar na inflação. Então, as implicações têm que ser avaliadas no seu sentido global, e não simplesmente o impacto direto sobre um preço específico. Eu teria que ver a arquitetura dessa reforma

para poder fazer uma análise mais precisa por parte do Banco Central.

Em relação à sua quarta pergunta, V.Exa. menciona a questão dos prazos de financiamento, pergunta se haveria alguma medida macroprudencial. Acho que isso também foi mencionado numa pergunta posterior. Temos trabalhado, sim, na questão dos prazos. Houve um conjunto de medidas prudenciais em dezembro, no qual estabelecemos um requerimento de capital, ou seja, a reserva que o banco tem que deixar de lado para fazer frente a riscos não esperados na sua carteira de crédito. Caso o financiamento se desse em prazos alongados — há uma regra, acho que está na apresentação —, cobra-se mais capital do banco. Ou seja, não há proibição, mas há necessidade de se deixar mais recursos apartados nessas operações de financiamento. Por exemplo, foi mencionado aqui um financiamento com prazo dilatado, acima da vida contábil da garantia, da vida útil da garantia, o que é uma operação mais arriscada, que merece um castigo de capital maior por parte das instituições financeiras. Essas medidas já foram tomadas. No futuro, se preciso for, tomaremos medidas adicionais nessa matéria para conter o risco.

O Deputado Alexandre Santos fez uma série de observações em relação ao Banco Central, à sua independência e a alguns episódios na área financeira bancária. Algumas dessas operações mencionadas são aquisições de venda e mudança de controle, que são operações privadas na sua essência. Obviamente, assim que consumadas elas têm que ser submetidas ao Banco Central, que as avalia em duas dimensões. Primeiro, se o ato de concentração — porque em geral envolve algum ato de concentração — tem repercussões sobre a concorrência no sistema. Havendo, pode-se exigir contrapartidas, inclusive não aprovar a operação. O Banco Central avalia também sob uma outra dimensão, que é a dos seus aspectos societários: quem detém o controle, como fica a nova configuração, qual é o acordo de acionistas, quem será responsabilizado num evento de solução final, por exemplo, da nova instituição. Então, avaliamos essa operação sob essas duas dimensões, e temos um tempo regulamentar para avaliar e tomar uma decisão.

O fundo garantidor é uma entidade de natureza privada, como foi mencionado aqui, regulada e tem amparo, previsão, inclusive, na Lei de Responsabilidade Fiscal, festejada por todos nós. Essa lei prevê a constituição de fundos privados que detêm a exclusividade de entrar no processo de prevenção de insolvência. Só para relembrar à Comissão, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, veda o uso de recursos públicos para socorrer instituições financeiras, salvo mediante

lei específica. Havendo lei específica, poderá haver o uso de recurso público para o socorro à instituição financeira. Esse tema foi, de certa forma, relacionado na sua intervenção. O fundo garantidor de crédito é um instrumento definido pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, §1º. Ou seja, é um fundo privado, constituído sob Direito Privado, que tem entre suas funções a prevenção da insolvência e também de outros riscos. O fundo funciona como um seguro, mas pode entrar nas etapas anteriores, se assim for decidido, para prevenir uma solução mais extrema em relação à instituição, porque ao fim e ao cabo o fundo garante o depósito. Ele garante os depósitos gerais até 70 mil reais, como V.Exa. bem sabe, e garante os depósitos a prazo, com garantia especial, até 20 milhões de reais por CNPJ, por CPF. Então, o fundo faz sua avaliação econômico-financeira também para saber se vale a pena ingressar no processo, na prevenção.

Nós, obviamente, como reguladores do Sistema Financeiro Nacional, consideramos que o fundo tem um papel importante dentro da rede de proteção do sistema financeiro, e vemos um papel relevante do fundo garantidor para ser exercido num momento anterior à solução final. Na solução final, ele só chega para cobrir esses depósitos garantidos pelo fundo. Então, vemos com tranquilidade esse processo de participação do fundo garantidor nos casos mencionados. Obviamente, são decisões privadas. Chegando qualquer denúncia ao Banco Central, será naturalmente avaliada em detalhe pelo seu departamento jurídico, pela Procuradoria-Geral, enfim, pelos departamentos diretamente envolvidos com esse tipo de assunto naquela autarquia.

O Deputado Domingos Sávio festejou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agradeço os elogios à apresentação. S.Exa. também fez duas perguntas mais específicas. Para responder à primeira, certamente não tenho a expertise. A segunda é para discorrer a respeito da questão da expansão da área cultivada, como isso se relaciona com a discussão que está havendo aqui. Acho que o Deputado já ofereceu algumas informações adicionais sobre esse processo que está em curso no Parlamento. Eu queria dizer que, de fato, o Brasil é um dos poucos países que tem área arável adicional para o futuro, respeitando, naturalmente, o que for decidido neste Parlamento em relação às questões ambientais ressaltadas por V.Exa.

Em relação às cooperativas de crédito, somos entusiastas do segmento. Temos patrocinado uma mudança importante na regulação do segmento cooperativista de crédito. Temos uma interlocução muito forte com todos os ramos, com todas as grandes federações do cooperativismo. Nos últimos anos tenho

a satisfação de ver o cooperativismo de crédito se expandindo, com o número de associados indo de 3 milhões para 5 milhões num curto período, com as cooperativas de livre admissão, que congregam vários ramos de cooperados. Enfim, isso tem sido um caso de sucesso, pela capilaridade, não tanto pela participação no sistema financeiro, que ainda é pequena. Pela capilaridade e pela reciclagem da poupança local. Vimos que tivemos a crise financeira de 2008 e não tivemos problema nesse segmento. Estou à disposição para entrar no detalhe da sua questão junto com o diretor da área para evoluir na participação dos entes públicos no cooperativismo.

O Deputado Oziel Oliveira menciona uma área que obviamente festejamos, agricultura. Não conheço os detalhes, a não ser a questão do crédito rural, que tem relação com o Banco Central, com o Conselho Monetário Nacional. A visão mais estratégica é, de fato, de que esse segmento continue dando a contribuição de âncora verde, dando grande contribuição às nossas contas externas ao longo do tempo. Isso não deve ser diferente para a frente no que diz respeito às políticas de financiamento, que têm participação, uma definição por parte do Conselho Monetário do Banco Central.

O Deputado Fábio Ramalho menciona alguns aspectos da política monetária, elevação dos juros, bater na demanda agregada, basicamente isso. O instrumento de política monetária é utilizado para controlar e para afetar a demanda agregada. Isso afeta a inflação em 6 a 9 meses, como mencionei anteriormente.

Agora, como vimos também na apresentação, um outro fator macroeconômico que afeta a dívida pública, além dos juros, é a inflação. Então, juros insuficientes, baixos, que não controlam inflação, geram

inflação. E a inflação acaba elevando o custo de financiamento do setor público. Então, essas coisas não têm essa relação tão direta, é uma relação um pouco mais complexa.

Naturalmente, ele menciona que a economia com juros poderia gerar recursos para emprego também. O pagamento de juros tem a ver com o que já foi feito no passado em termos de acumulação de déficit que se tornou dívida — a dívida precisa ser servida, remunerada.

É o que eu tenho a comentar em relação às perguntas do Deputado Fábio Ramalho.

Em relação às questões do Deputado Eduardo Cunha, eu já mencionei alguns aspectos citados na sua apresentação. Em relação a sua primeira pergunta, a quarentena não está no radar do Banco Central. Agora, obviamente, nós temos, como eu procurei apresentar na minha exposição, inclusive em alguns *slides*, a preocupação de lidar com esses fluxos, porque eles refle-

tem uma situação extraordinária, que não vai perdurar no mundo, que é uma política monetária de juro zero, com afrouxamento quantitativo, na Europa e nos Estados Unidos, com o Japão também injetando liquidez em função do próprio desastre do terremoto. É uma situação global que não é permanente, mas que pode deixar marcas permanentes em algumas economias que não se protegerem em relação a essa abundância de capital, porque parece tudo muito bom, dinheiro fácil e barato, mas em um momento a maré vira e, se não tivermos condição de moderar esse fluxo, poderemos ter problema na saída, na virada.

Creio que o Brasil está se preparando bem. Nós constituímos um colchão de reservas internacionais acima do que tínhamos antes da crise de 2008, mas, em relação ao tamanho da economia, é mais ou menos a mesma coisa, em torno de 14%, 15%. Temos um colchão de liquidez também em reais, depósito compulsório depositado no Banco Central já acima de 400 bilhões. Então, as nossas defesas foram restabelecidas.

Estamos bem para um momento mais adverso. Mas, obviamente, como vimos em 2008, essa absorção de liquidez desenfreada sem nenhum cuidado pode gerar impactos também na economia real, no setor privado não financeiro, que começa com a percepção de que não há risco cambial, de que a direção é uma só. Isso nós bem sabemos que pode virar e, ao virar, pode gerar uma saída de fluxo, afetar o preço relativo da moeda e comprometer a capacidade de pagamento dos que contraíram financiamento sem proteção em moeda estrangeira.

Em relação à questão do FGC, também eu faço referência às respostas que passei ao Deputado Alexandre Santos. Quero dizer que, quanto à questão dos bancos, do segmento que V.Exa. mencionou, o modelo de negócios de originar créditos e distribuir, seja no mercado de capitais ou para as outras instituições, está sendo reforçado com o aumento da capacidade de retenção das carteiras dentro das instituições onde se originam, sem perder de vista que securitização é um instrumento importante para o futuro.

Essa não é uma discussão brasileira, mas global. O modelo de originação e distribuição, onde se têm fontes de *funding* das instituições do sistema, que não são aquelas fontes pulverizadas, de milhares de depositantes, de maior estabilidade. Enfim, essa é uma discussão na Europa e nos Estados Unidos; e não é diferente no Brasil, mas, mais uma vez, o Brasil está na frente, olhando para as questões. O próprio sistema tem reagido de forma robusta aos episódios que ocorreram. O próprio segmento tem dado passos seguros na direção do seu fortalecimento.

Eu creio, com isso, que ficam, então, respondidas as perguntas do Deputado Rui Costa em relação à questão do aumento do prazo. Também agradeço as suas palavras em relação à didática da apresentação.

Vou procurar na próxima também levar em consideração os comentários feitos por outros colegas seus na apresentação. Mas, em relação às suas perguntas específicas, quero dizer que quanto à questão do prazo de financiamento, como eu mencionei, nós já estamos endereçando, em alguns casos, não com proibição, mas com requerimento de capital adicional. Pode-se fazer a operação, ela é mais arriscada, tenha consciência disso, mas ponha mais capital apartado para que, numa eventualidade, perdas não esperadas não criem um desequilíbrio patrimonial na instituição.

Em relação aos preços relativos, tenho ideia de que há especialistas, sim, que tratam da matéria, mormente quanto à frequência de ajuste de preços, preços relativos. Terei o prazer de passar, via Assessoria Parlamentar, o nome das pessoas para futuros contatos e debates.

Muito obrigado, Presidente. São esses os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Ministro Tombini.

Eu quero agradecer, em nome das três Comissões da Câmara dos Deputados e das duas do Senado Federal, que aqui promoveram esta audiência pública, pela presença do Ministro, assim como da Diretoria do Banco Central, dos Diretores presentes, Anthero Meirelles, Altamir Lopes e Carlos Hamilton.

Agradeço pela presença de todos vocês e de toda a equipe técnica do Banco.

Agradeço aos Parlamentares que resistiram até quase 2 horas da tarde sem almoçar e ao nosso Ministro, que demonstrou uma notável resistência física e intelectual.

Quero falar da confiança que nós, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, temos em relação ao trabalho que sua equipe tem desenvolvido, Ministro, no sentido de garantir padrões de crescimento econômico e o combate à inflação como a prioridade do Governo Dilma, mas sem fazer como em outros Governos, quando a dose do remédio matava o paciente, jogando o Brasil em crises recessivas.

Hoje o Brasil não é a jabuticaba do crescimento mundial, no sentido de estar sempre no fim da fila. Ao contrário, lideramos um bloco de países latino-americanos que têm um crescimento expressivo.

Acredito que a política do Banco Central, prudente, múltipla, diversificada nas ações e também comprometida com o crescimento econômico conseguirá

debalar esse leve repique inflacionário e garantir o crescimento econômico mantido nos últimos 8 anos.

Agradeço a todos o comparecimento.

Está encerrada a reunião.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SÉSSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 17 DE MAIO DE 2011.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 5. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares**: Ademir Camilo, André Zacharow, Dilceu Sperafico, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Jorge Pinheiro, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro, Rui Costa e Vitor Penido;

- **Senadores titulares**: Cyro Miranda, Gleisi Hoffmann, João Vicente Claudino e Vital do Rêgo; - **Deputados suplentes**: Carlos Brandão, Heuler Cruvinal, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke e Weliton Prado; **Senador Suplente**: Delcídio do Amaral. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados**: André Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Giroto, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **Senadores**: Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Itamar Franco, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro.

Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Júlio Cesar. **ABERTURA**: às quinze horas e quinze minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO**: Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o disposto no art. 29, § 1º do Regimento Comum, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, comunicou que havia reunião extraordinária marcada para o dia 18 de abril, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e dezesseis minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Pre-

sidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo)

- Boa tarde, senhores. Há número regimental para a abertura dos nossos trabalhos. Declaro iniciada a 5ª reunião

ordinária da Comissão Mista de Orçamento, destinada à apreciação da Pauta nº 5/11. Informo que os avulsos das matérias se encontram sobre as mesas de trabalho. Não há *quorum* para deliberação nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado Federal. Fizemos uma reunião com as Lideranças e estamos em trabalho de aprovação do relatório

preliminar. Já houve algum avanço. Temos uma reunião extraordinária já marcada para amanhã.

Portanto, informo às senhoras e aos senhores que amanhã, às 14h30min, haverá reunião extraordinária para a deliberação do relatório preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus. Está encerrada a reunião.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 18 DE MAIO DE 2011.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 5. Foi registrada a assinatura na lista de presença dos membros: - **Deputados titulares**: João Dado, Jorge Pinheiro, Marçal Filho, Rubens Bueno e Wellington Roberto; - **Senadores titulares**: Cyro Miranda, Francisco Dornelles e João Vicente Claudino; - **Deputados suplentes**: Alex Canziani, Benjamin Maranhão, Hugo Leal e Vaz de Lima; - **Senador suplente**: Ataídes Oliveira e Ivo Cassol. Não será consignada a ausência dos membros que deixaram de assinar a lista de presença, tendo em vista o transcurso da Or-

dem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

ABERTURA: às quinze horas e um minuto, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente em exercício, Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da continuação da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária, para o dia 24 de maio, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e um minuto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital Do Rêgo**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ataídes Oliveira)

- Boa tarde a todos.

Declaro iniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 5, de 2011.

Em virtude do início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, vou encerrar a presente reunião. Antes, convoco reunião ordinária para o dia 24 de maio, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 17/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (4)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (4)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (3)	1.
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (5)	1. Gim Argello (DF) (5)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. N° 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

- Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
- Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
- Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
- Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
- Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
- Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
- Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - IV CONFERÊNCIA DE PREFEITOS DA C40

Finalidade: Representar o Senado Federal na IV Conferência de Prefeitos da C40, que acontecerá em São Paulo, no período de 30 de maio a 3 de junho de 2011.

(Requerimento nº 588, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Inácio Arruda, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 31.05.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 068/2011 - GLDBAG).

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁴⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vlcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,6)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. N° 269/11-CDH).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Mário Couto (PSDB) ⁽⁵⁾
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blaio Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Lobão Filho (MA)		1.
João Alberto Souza (MA)		2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)		3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)
PT		
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)
PSDB		
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2. Marisa Serrano (MS)
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
DEM		
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR		
Vicentinho Alves (TO)		1.
PP		
Ciro Nogueira (PI)		1.
PDT		
Acir Gurgacz (RO)		1.
PSB		
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹¹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁹⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁵⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 19/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁵⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das em presas de rádio (inciso I)		
Representante das em presas de televisão (inciso II)		
Representante de em presas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área da de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01/2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme aliança estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

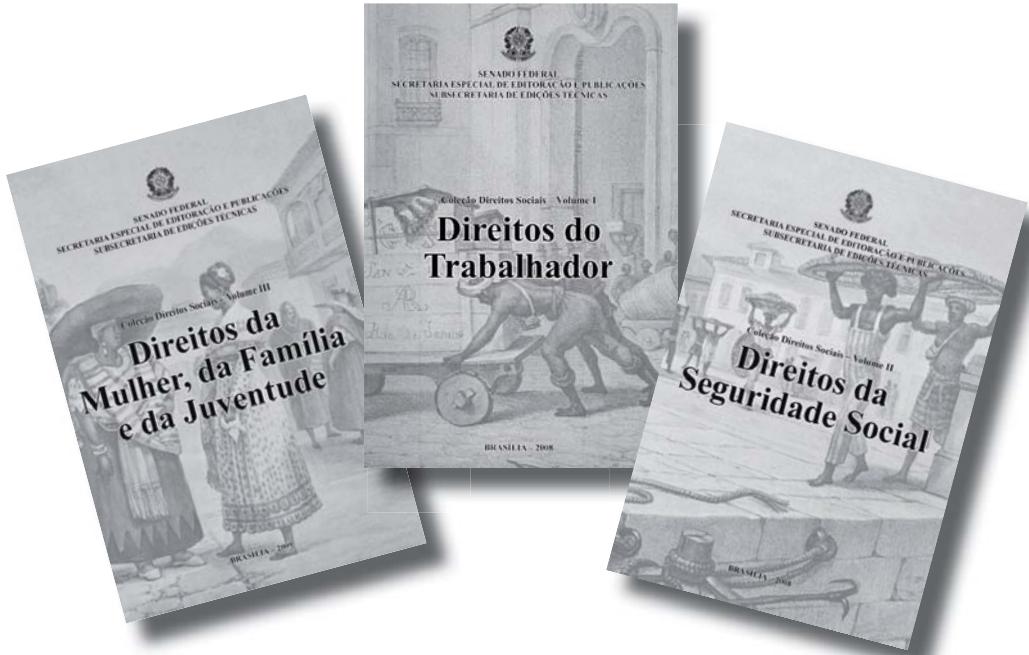
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 124 páginas

OS: 2011/12677